

Relatório de Actividades e Auto-Avaliação



FICHA TÉCNICA

Coordenação: Presidente - Dr. João Cordovil

Responsável Técnico: Eng^a Jesuína Rosalino, com colaboração da DSDR (Dr. Amável Candeias)

Editor: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Edição: 1^a edição, Janeiro de 2012

ÍNDICE

1	NOTA DE ABERTURA.....	4
2	INTRODUÇÃO.....	7
	PRIMEIRA PARTE - ENQUADRAMENTO	
1	BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL DA ÁREA DE ACTUAÇÃO DA CCDRA	8
	SEGUNDA PARTE –AUTO-AVALIAÇÃO	
2	ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS PROSEGUIDAS PELO ORGANISMO ..	12
	TERCEIRA PARTE – BALANÇO SOCIAL	
1	QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO (QUAR).....	14
	QUARTA PARTE – AVALIAÇÃO FINAL	
2	AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA	17
2.1	Metodologia	17
2.2	Avaliação Global da Estratégia Definida	19
2.2.1	Ao Nível do QUAR	19
2.2.2	Ao Nível do Plano de Actividades.....	21
2.2.3	Avaliação Global das Actividades.....	22
2.3	Avaliação por Unidade Orgânica.....	25
2.3.1	Presidência	26
2.3.2	Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional.....	29
2.3.3	Direcção de Serviços de Ordenamento do Território	39
2.3.4	Direcção de Serviços do Ambiente.....	48
2.3.5	Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local.....	52
2.3.6	Direcção de Serviços de Fiscalização	61
2.3.7	Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativas e Financeira.....	63
2.3.8	Divisão da Cooperação Inter-Regional	71
2.3.9	Divisão de Informação e Informática	75
2.3.10	Serviço Sub-regional de Portalegre.....	77
2.3.11	Serviço Sub-regional do Litoral.....	82
2.3.12	Serviço Sub-regional de Beja	86
2.3.13	Unidade de Controlo e Auditoria.....	88
2.3.14	Programa InAlentejo.....	91
3	AFFECTAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS .	94
3.1	Publicidade Institucional	95
4	GRAU DE SATISFAÇÃO DOS “STAKEHOLDERS” EXTERNOS.....	97

5	AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO.....	100
6	ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DESVIOS NEGATIVOS.....	102
7	PLANO DE MELHORIAS	103
8	COMPARAÇÃO DE DESEMPENHO ENTRE SERVIÇOS IDÊNTICOS	104
9	GRAU DE SATISFAÇÃO DOS “STAKEHOLDERS” INTERNOS.....	105
1	SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL	111
1	APRECIÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS	118
1.1	Conclusões Prospectivas.....	121

ANEXOS

ANEXO I - AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE CADA UNIDADE ORGÂNICA	122
ANEXO II - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL.....	155
ANEXO III - DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DO RECONHECIMENTO DE MÉRITO	166

A Presidência dirige a todos os colaboradores o seu agradecimento pelo empenho e responsabilização revelados no exercício de todas as actividades desenvolvidas no ano de 2011.

1 NOTA DE ABERTURA

O Relatório agora apresentado reflecte um balanço positivo, como se evidencia pelos resultados relativos à concretização dos objectivos operacionais definidos no Plano de Actividades e no QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) para 2011.

O início de funções do actual Governo em Junho de 2011 determinou que a Presidência fosse exercida, no decurso de segundo semestre do ano, com um enquadramento que poderemos identificar como de “gestão corrente”. Tal circunstância não afectou no entanto o nosso compromisso com a missão de serviço público, procurando sempre salvaguardar condições de estabilidade e eficácia ao desempenho da CCDR Alentejo.

A nossa actuação centrou-se na valorização e qualificação da intervenção da CCDRA enquanto serviço público e a equipa da presidência deu continuidade à forma de gestão colegial já adoptada no primeiro ano de mandato. De igual modo, prosseguimos os esforços direccionados para promover e divulgar o potencial da região, com base numa política de reforço da comunicação com os stakeholders internos e externos, consubstanciada num processo de maior abertura, aproximação e cooperação.

Cumprir referir a participação nas reuniões do Conselho Regional, Órgão Consultivo da CCDRA. O Conselho, na sua função consultiva, constituiu-se simultaneamente como um fórum regional de participação dos Serviços Desconcentrados da Administração Central do Estado, do Poder local e da Sociedade Civil, com vista à concertação de interesses e à construção de uma visão estratégica sobre o Alentejo.

Transcreve-se da comunicação realizada pelo Presidente da CCDRA, em reunião Plenária de 31 de Janeiro de 2011:

“Um aspecto que consideramos nuclear no desempenho da CCDR Alentejo é o da coordenação e articulação de iniciativas no plano regional, envolvendo não apenas a administração desconcentrada do Estado, mas também outros agentes e instituições de natureza pública ou privada.

É por esta razão que atribuímos primazia à Cooperação Estratégica para o desenvolvimento regional. Na base deste princípio de intervenção pretendemos estar na linha da frente, em conjunto com parceiros públicos e privados, na promoção de acções concretas que conduzam a uma maior afirmação das aspirações regionais, em particular no que respeita à concepção e aplicação das políticas públicas. (final de citação)

Em coerência com os princípios acima enunciados, concretizaram-se no decurso de 2011 diversas iniciativas dirigidas ao aprofundamento da reflexão sobre as opções de desenvolvimento e a adaptação das políticas públicas ao nível regional.

Uma referência breve para a tomada de posição sobre a rede de oferta formativa regional, no âmbito da representação da CCDRA no Conselho Consultivo da Delegação de Évora do IEFP, e em parceria com esta entidade e com a DREA, na sequência da audição das escolas profissionais da região.

Destaque para a publicação em Dezembro de 2011 do "Relatório de Observação das Dinâmicas Regionais - Políticas Públicas para os Territórios de Baixa Densidade", em resultado de trabalho desenvolvido ao longo do ano sob coordenação da Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional e que contou com a colaboração de técnicos de diferentes áreas de actividade da CCDR e, ao nível externo, com a participação activa de mais de três dezenas de técnicos, ligados a diferentes organismos públicos ou a entidades privadas, que deram importantes contributos pela sua intervenção em reuniões de trabalho, ou através de textos que nos fizeram chegar.

O objectivo fundamental que presidiu à realização desse trabalho foi o de contribuir para a melhor adaptação das políticas públicas ao contexto específico da nossa região, em particular no que respeita ao que identificámos como "territórios de baixa densidade". As conclusões apresentadas constituem-se como uma base de reflexão a aprofundar, tendo presente nomeadamente que em 2012 se verificarão opções determinantes para a futura aplicação dos fundos europeus afectos à política de coesão e de desenvolvimento rural no período de 2014-2020.

A edição periódica, em suporte papel e on-line, do Relatório e da Revista "Alentejo - Análise Regional" demonstram que na CCDRA, tal como noutras áreas, também nas áreas da comunicação e informática, existe uma capacidade instalada com potencial de resposta a novos desafios. Reconhecemos que a linha editorial ainda tem caminho a percorrer, mas para tal é necessário tempo e o nosso foi breve. Todavia, fica a satisfação de termos lançado um desafio à organização que, a ter continuidade, vai contribuir para disseminar conhecimento no Alentejo e sobre a Região.

Nesta senda, continuámos a apostar em novos serviços. Assim, concretizou-se o projeto do ano anterior de instalar uma plataforma de SMS para comunicar com maior eficiência com o cidadão e as empresas, lançámos o concurso para aquisição de uma plataforma de

videoconferência (multiponto), ao abrigo de um projeto em parceria com a ADRAL e continuámos a investir no desenvolvimento da plataforma destinadas às autarquia, na certeza que ainda tem um vasto a campo a explorar ao nível do apoio da CCDRA às autarquias.

Esta nota não ficaria completa, sem uma referência à celebração do Protocolo ". Parceria Estratégica para a Inovação e o Empreendedorismo na Região do Alentejo", um projeto desenhado conjuntamente com a Universidade de Évora, o IAPMEI e a ADRAL, em colaboração DRE. Para trás fica a vontade de conferir à CCDRA um papel pro ativo na dinamização da rede de apoio ao empreendedor, tornando-a mais amigável dos investidores, com a participação na instalação de um observatório da inovação na Região Alentejo.

Em todo o trabalho desenvolvido existiu sempre um denominador comum: adaptar as políticas públicas ao território do Alentejo.

No final do segundo ano de mandato da actual Equipa de Presidência da CCDR Alentejo, verifica-se que há um reconhecimento positivo, ao nível interno e ao nível externo, sobre o percurso percorrido em termos de qualidade do serviço público que asseguramos, o que se evidencia nomeadamente pelos resultados de auscultação de interlocutores externos e de colaboradores internos da CCDRA, publicados nos pontos 4. e 9. do presente Relatório. Estes resultados são particularmente relevantes, se tivermos em linha de conta as adversidades enfrentadas pela generalidade dos colaboradores da instituição no período em causa, nomeadamente em termos de quebra acentuada das suas remunerações.

É nossa expectativa que 2012 seja um ano de novos desafios para a CCDRA, na certeza que a capacidade técnica instalada é um factor de diferenciação regional que deve ser objeto de investimento público, em nome do planeamento e desenvolvimento sustentável do Alentejo.

O Presidente



João de Deus Cordovil

A Vice-Presidente



Lina Jan

A Vice-Presidente



Paula Nobre de Deus

2 INTRODUÇÃO

O ciclo de gestão em análise corresponde ao ano de 2011. Foi um ano de consolidação do desempenho da equipa em exercício desde Fevereiro de 2010. O período em análise caracterizou-se por grandes desafios ao nível da gestão financeira, pelos grandes esforços ao nível de uma melhoria na qualidade da prestação de serviços e também por uma tentativa de aumentar a aproximação ao cidadão. Neste âmbito desenvolveram-se fortes esforços para melhorar a qualidade ambiental da região, desenvolveram-se contributos para melhorar o ordenamento do território, ampliaram-se as relações internacionais e inter-regionais, intensificou-se o apoio técnico às autarquias, aumentou-se o conhecimento da região através de estudos efectuados, de levantamentos realizados, actualizou-se e reuniu-se mais informação sobre a região, promoveu-se o desenvolvimento através de diversas formas de actuação. O diálogo com os parceiros e cidadãos e o desempenho financeiro constituíram prioridades durante o ano em apreciação.

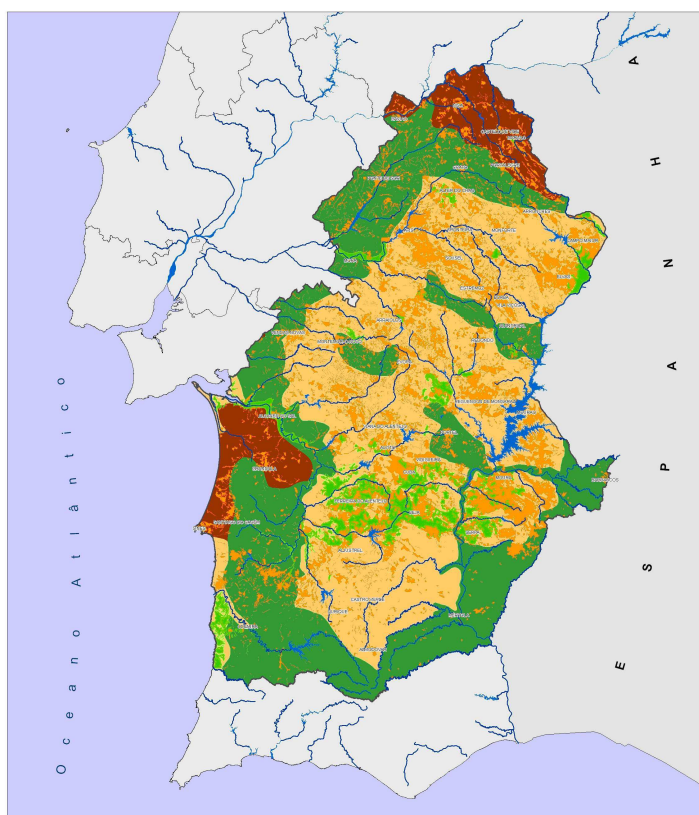
A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, assentou o seu desempenho na implementação do seu Plano de Actividades para o ano de 2011, pois este plano é uma fonte valiosa de informação para ajudar as Unidades Orgânicas e respectivas equipas no desenvolvimento dos seus objectivos, uma vez que nele se encontram definidos os processos-chave, os objectivos globais e os de cada serviço, as suas iniciativas e custos globais.

A avaliação efectuada e que é apresentada neste relatório, traduz o envolvimento de toda a organização na persecução dos seus objectivos e revela por cada uma das suas Unidades Orgânicas, a incidência dos seus maiores esforços e das suas dificuldades para levar a cabo a estratégia delineada e o alinhamento desejado entre o centro de decisão e os centros de operacionalização.

A importância de analisar os resultados é fundamental no processo de melhoria de qualidade contínua, pois permite a consciencialização para a necessidade de mudanças nos processos ou o seu ajuste ou mesmo a transposição das suas práticas para outros sistemas. Avaliar é prosperar.

PRIMEIRA PARTE - ENQUADRAMENTO

1 BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL DA ÁREA DE ACTUAÇÃO DA CCDR



Sub-sistema das Actividades Agro-florestais



Potencialidades Estratégicas*

Identidade cultural e paisagem
Sistemas culturais mediterrâneos
Recursos hídricos e EFMA,
Valor natural do litoral e zona costeira,
Cidades equipadas e seguras e qualidade dos centros históricos,
Transportes.
Estrutura do povoamento urbano indutora de uma sustentabilidade ambiental,
Recursos extractivos
Recursos energéticos endógenos
Posicionamento geográfico e acessibilidades

Factores de Estrangulamento*

Erosão do solo e desertificação,
Dimensão e estrutura demográfica,
População activa,
Dimensão produtiva da região,
Rede Viária e Serviços de Transportes

Desafios*

Crescimento económico e emprego
Demografia, população e recursos humanos
Reforço dos principais Centros Urbanos e nova relação urbano-rural
Criar escala e reforçar as relações com o exterior
Implementar um modelo de turismo sustentável
Garantir adequados níveis de coesão territorial interna
Preservar e valorizar o património natural e cultural
Potenciar as grandes infra-estruturas
Combater os processos de desertificação

- Análise prospectiva extraída do PROTA

TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

O Alentejo é a maior região de Portugal, ocupando uma área de 27 332,4 km², na qual residem 509 741 habitantes distribuídos por 4 sub-regiões: Alentejo Litoral com 97 895, Alto Alentejo com 118 352, Alentejo Central com 166 802 e Baixo Alentejo com 126 692 habitantes.

É a região portuguesa de menor densidade populacional, com valores ligeiramente inferiores aos 19 hab/km², enquanto que a média nacional se situa nos 115 hab/km².

Os últimos anos têm-se caracterizado pelo decréscimo continuado da sua população residente, fenómeno que é extensível a todas as sub-regiões.

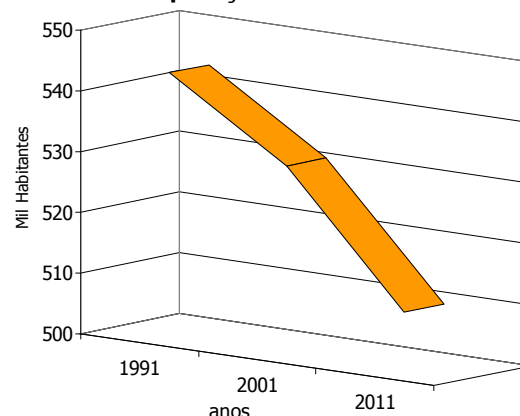
Na última década a Região do Alentejo sofreu uma variação negativa de 4.9% da sua população.

Território, População e Estrutura Territorial

NUTS	Área	População 2011	Densidade Populacional
Alentejo	27323,78	509741	18,7
Alentejo Litoral	5303,36	97895	18,5
Alto Alentejo	6248,9	118352	18,9
Alentejo Central	7227,9	166802	23,1
Baixo Alentejo	8544,64	126692	14,8

Fonte: INE - Censo de 2011 - Resultados Provisórios

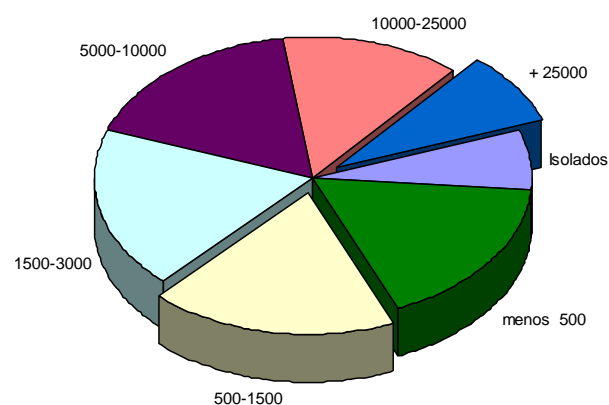
População Residente



DISTRIBUIÇÃO PELO TERRITÓRIO

No Alentejo, o povoamento configura-se numa estrutura cada vez mais de tipo concentrado, com reforço continuado da importância da população que reside nos lugares de maiores dimensões ou nas sedes de concelho ou de distrito, em detrimento dos lugares de menor dimensão ou importância, que têm vindo a assistir a uma diminuição continuada do seu efectivo demográfico, com o consequente despovoamento das zonas rurais.

População residente por dimensão de lugares

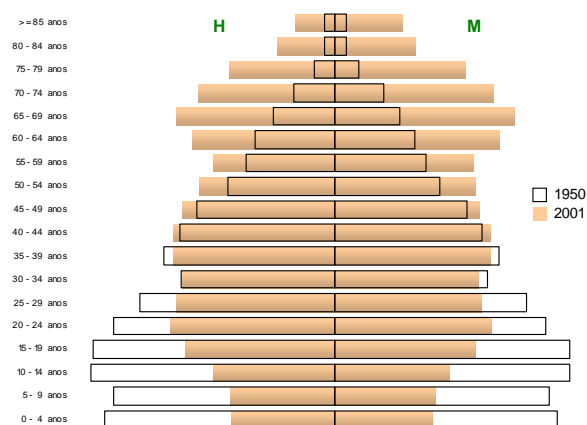


CAPITAL HUMANO

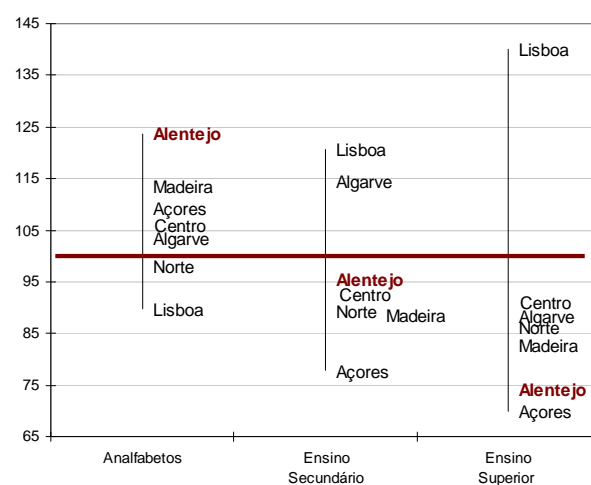
Um traço marcante da estrutura demográfica da região Alentejo reside no seu elevado grau de envelhecimento, característica que tem registado uma continuada tendência para o agravamento e que advém da redução continuada dos nascimentos e da população jovem, e do aumento da população idosa, principal beneficiária dos ganhos continuados na esperança de vida, que apresenta valor consideravelmente altos (78.4 anos), próximos da média nacional (79.2 anos). Os níveis de qualificação dos recursos humanos da região melhorou, patente no facto de, na última década, o peso dos activos com formação secundária ou superior ter passado de 16.4 para 30.5% (8.0 para 17.4% no secundário e 8.4 para 13.1% no superior), enquanto que a Taxa de Analfabetismo da população activa reduziu-se para menos de metade, passando de 10.8 para 3.8%, valor abaixo da média.

Mesmo assim, segundo os dados provisório do recenseamento de 2011, o Alentejo continua a evidenciar um dos mais baixos níveis de instrução da população residente, quando comparada com as restantes sub-regiões de Portugal,

**População residente por idades
1950 - 2001**



**População residente por nível de instrução
Portugal = 100**

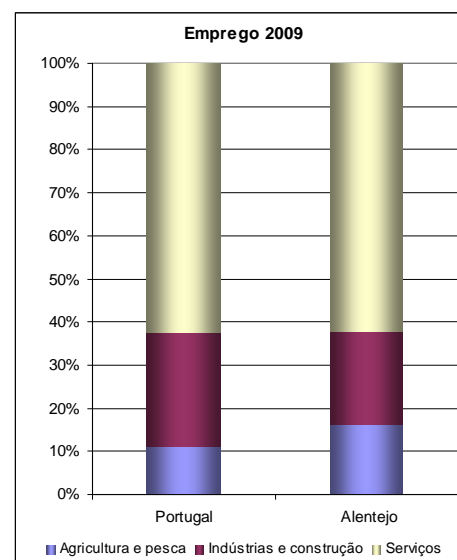
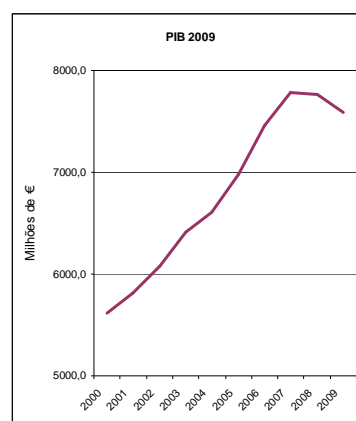
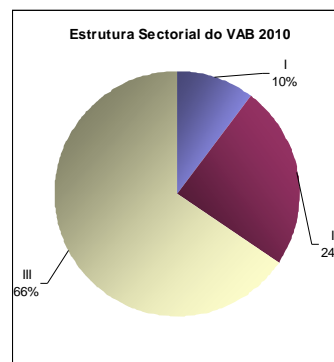


COMPETITIVIDADE REGIONAL

O Produto gerado no Alentejo tem vindo a sofrer um ligeiro decréscimo nos últimos anos e que acompanha a trajetória observada ao nível do país. O contributo regional para o PIB nacional não tem sofrido alterações relativas dignas de menção, mantendo-se em torno de 4,5%.

A estrutura do VAB regional mostra que o sector terciário é dominante, com dois terços do total regional. Comparativamente com o país e as restantes regiões do continente, o sector primário ocupa, regionalmente, um posicionamento relativo superior.

O emprego no sector terciário conta com a mesma importância relativa que a observada a nível do país, sendo o grande sector empregador da região. A agricultura ainda apresenta alguma importância, quando comparada com os níveis registados a nível nacional, sendo assim o sector da indústria e construção é o menos criador de emprego na região do Alentejo.



2 ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS PROSSEGUIDAS PELO ORGANISMO

A gestão por objectivos pressupõe um forte empenhamento de toda a organização e um bom alinhamento tendo por base as orientações estratégicas que decorrem das orientações da tutela. A missão, a visão, os objectivos estratégicos, o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos para o período programado, completam os factores a tomar em linha de conta para estabelecer a estratégia da organização. Os programas e as actividades delineadas para cada Unidade Orgânica traduzem o alinhamento da organização face à sua estratégia e sustentam o seu Plano de Actividades. Estas foram as ideias que orientaram a estratégia organizacional da CCDRA.

Missão

“Executar, no âmbito da respectiva área geográfica, as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, assim como o planeamento estratégico regional e apoio às autarquias locais e suas associações, procurando antecipar soluções e contribuir para a superação dos constrangimentos ao desenvolvimento económico e social da região, num quadro de sustentabilidade e de optimização dos recursos disponíveis. A CCDRALentejo deve ainda assegurar a gestão dos fundos estruturais do Programa Operacional regional no contexto da política de coesão da U.E. e a dinamização da cooperação inter-regional e transfronteiriça”

Objectivos Estratégicos Plurianuais

OE 1 Contribuir proactivamente para a concretização, na região, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, bem como das orientações estratégicas comunitárias em matéria de ambiente, ordenamento do território e desenvolvimento regional

OE 2 Capacitar estrategicamente a região para a salvaguarda e valorização da natureza, do ambiente e do território, para a gestão adequada do uso do solo e para um eficiente aproveitamento do potencial de desenvolvimento regional

OE 3 Dinamizar a articulação intersectorial e interinstitucional de políticas públicas ao nível da região e promover a cooperação com as autarquias locais e outras instituições e agentes regionais

OE 4 Contribuir para a aplicação eficiente e eficaz dos fundos comunitários na região

OE 5 Dinamizar a promoção da região em Portugal e no estrangeiro, bem como a participação dos agentes regionais em redes nacionais e internacionais de cooperação

OE 6 Qualificar os serviços prestados, promovendo a modernização dos processos internos e o aumento da transparência nas relações com a sociedade civil

Objectivos Operacionais

Vector de Eficácia

OB 1 Implementar a Estratégia de Ordenamento do Território Regional, definida no PROTA.

OB 2 Reduzir os Passivos Ambientais da Região

OB 3 Contribuir para a implementação do QREN na Região.

OB 4 Reforçar a colaboração Estratégica para a Promoção do Desenvolvimento Regional.

OB 5 Dinamizar a cooperação transnacional e inter-regional.

Vector de Eficiência

OB 6 Reforçar a comunicação e a transparência com os stakeholders.

OB 7 Decidir os processos de contra-ordenação em instrução, resultantes dos autos de notícia.

OB 8 Aumentar a capacidade de resposta às solicitações das autarquias locais em matéria de pareceres jurídicos.

Vector da Qualidade

OB 9 Facilitar a acessibilidade aos processos de Avaliação Ambiental.

OB 10 Executar o Plano de Formação 2011/2013.

OB 11 Avaliar a qualidade dos serviços prestados.

SEGUNDA PARTE –AUTO-AVALIAÇÃO

1 QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO (QUAR)

O QUAR apresentado, bem como o respectivo Plano de Actividades para o ano de 2011, constituíram-se como o suporte para a metodologia de avaliação levada a cabo pela CCDRA. Foi sempre preocupação que este instrumento contivesse em si a ideia de unidade organizacional e de linearidade de objectivos entre os diversos níveis de gestão. O cumprimento dos indicadores estabelecidos e respectivas metas constituíram a matéria de avaliação no caso do QUAR, para avaliar o grau de cumprimento da estratégia inicialmente definida.

O QUAR da CCDR Alentejo evidencia:

- A missão do serviço;
- Os objectivos estratégicos plurianuais determinados superiormente;
- Os objectivos anuais hierarquizados;
- Os indicadores de desempenho e respectivas formas de poderem ser verificados;
- Os meios disponíveis para proceder á verificação;
- O grau ou índice de realização dos resultados alcançados no cumprimento dos objectivos;
- Identificação dos desvios e suas causas;
- A avaliação final do desempenho do serviço;

O Quadro de Avaliação e Responsabilização(QUAR 2011), proposto para a CCDR Alentejo foi aprovado pela Senhora Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território em 30 de Maio de 2011.

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2011							
Ministério: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional							
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo							
Missão: "A CCDR Alentejo tem como missão executar, no âmbito da respectiva área geográfica, as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, assim como o planeamento estratégico regional e apoio às autarquias locais e suas associações, pro							
Objectivos estratégicos (OE):							
OE 1 Contribuir proactivamente para a concretização, na região, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, bem como das orientações estratégicas comunitárias em matéria de ambiente							
OE 2 Capacitar estrategicamente a região para a salvaguarda e valorização da natureza, do ambiente e do território, para a gestão adequada do uso do solo e para um eficiente aproveitamento do potencial de desenvolvimento regional							
OE 3 Dinamizar a articulação intersectorial e interinstitucional de políticas públicas ao nível da região e promover a cooperação com as autarquias locais e outras instituições e agentes regionais							
OE 4 Contribuir para a aplicação eficiente e eficaz dos fundos comunitários na região							
OE 5 Dinamizar a promoção da região em Portugal e no estrangeiro, bem como a participação dos agentes regionais em redes nacionais e internacionais de cooperação							
OE 6 Qualificar os serviços prestados, promovendo a modernização dos processos internos e o aumento da transparência nas relações com a sociedade civil							
Objectivos operacionais	Meta Ano n-1	Meta Ano n	Resultado	Concretização			Desvios
				Classificação com critério superação			
				Superou	Atingiu	Não atingiu	
EFICÁCIA			100%	117,4%	X		
OB 1			Ponderação de 10%	104,8%		X	
Implementar a Estratégia de Ordenamento do Território Regional, definida no PROTA	Ind 1	Índice de PDM em revisão com a estratégia municipal definida, refletindo as orientações do PROTA	45%	40,0%			X
	Peso	60%		88,9%			
	Ind 2	Número de Planos de Urbanização iniciados em articulação com a estratégia do PROTA	7	9		X	
Peso	40%		128,6%				29%
OB 2			Ponderação de 15%	114,9%	X		
Reduzir os Passivos Ambientais da Região	Ind 3	Plano de fiscalização anual executado	349	297	X		
	Peso	100%		114,9%			15%
OB 3			Ponderação de 30%	107,4%		X	
Contribuir para a Implementação do QREN na Região	Ind 4	INALENTEJO Taxa de Compromisso (FEDER aprovado/FEDER programado)	80%	85,2%	X		
	Peso	40%		106,5%			7%
	Ind 5	INALENTEJO Acréscimo de despesa validada relativamente ao ano transacto (valor FEDER)	(1)	100%		X	
	Peso	40%		102,0%			2%
Ind 6	POCTEP Índice de validação de despesa em verificação [(despesa validada/despesa a verificar x100)	80%	96,0%	X			
Peso	20%		120,0%				20%
OB 4			Ponderação de 30%	126,5%	X		
Reforçar a Colaboração Estratégica para a Promoção do Desenvolvimento Regional	Ind 7	Nº de reuniões com entidades lider PROVERE	19	30	X		
	Peso	20%		157,9%			58%
	Ind 8	1º Relatório de Observação das Dinâmicas Regionais executado	166	166		X	
	Peso	20%		100,0%			0%
	Ind 9	2º Relatório de Observação das Dinâmicas Regionais executado	349	347		X	
Peso	20%		100,6%			1%	
Ind 10	Assinatura de um Acordo de Estratégia para a Inovação e Empreendedorismo na Região Alentejo	181	114	X			
Peso	40%		137,0%				37%
OB 5			Ponderação de 15%	130,0%	X		
Dinamizar a Cooperação Transnacional e Interregional	Ind 11	Nº de acções de cooperação transnacional e interregional asseguradas	12	16	X		
	Peso	50%		133,3%			33%
Ind 12	Nº de acções de cooperação transfronteiriça asseguradas	15	19	X			
Peso	50%		126,7%				27%
EFICIÊNCIA			100%	190,6%	X		
OB 6			Ponderação de 50%	109,4%		X	
Reforçar a Comunicação e a Transparência com os Stakeholders	Ind 13	Operacionalização da acessibilidade à rede de conhecimento CCDRA / Plataforma autárquica	304	209	X		
	Peso	30%		131,3%			58%
	Ind 14	4 Novos serviços multicanal disponibilizados	304	304		X	
Peso	70%		100,0%				0%
OB 7			Ponderação de 20%	139,5%	X		
Decidir os processos de contra-ordenação em instrução, resultantes dos autos de notícia.	Ind 15	Índice de decisão de processos de contra-ordenação em instrução (Nº de notificações de decisão/Nº de processos em instrução*100)	43%	60,0%	X		
	Peso	100%		139,5%			40%
OB 8			Ponderação de 30%	360,0%	X		
Aumentar a Capacidade de Resposta às Solicitações das Autarquias Locais, em Matéria de Pareceres Jurídicos	Ind 16	Acréscimo do índice de pareceres emitidos	5%	18,0%	X		
	Peso	100%		360,0%			260%

QUALIDADE		100%	109%	X	
OB 9	Ponderação de 40%		100,0%		X
Facilitar a acessibilidade aos processos de Avaliação Ambiental	Ind 17	Funcionalidade instalada para disponibilização on-line dos processos	349	349	X
	Peso	100%		100,0%	
OB 10	Ponderação de 40%		120,0%	X	
Executar o Plano de Formação 2011/2013	Ind 18	Taxa de execução	35%	42,0%	X
	Peso	100%		120,0%	
OB 11	Ponderação de 20%		105,7%	X	
Avaliar a qualidade dos serviços prestados	Ind 19	Grau de satisfação dos stakeholders externos numa escala de 1 a 5	3,50	3,7	X
	Peso	100%		105,7%	

Justificação para os desvios:

Explicação da fórmula utilizada

O cálculo da classificação obtida em cada indicador é obtido de forma distinta entre os indicadores de incremento positivo e os indicadores de incremento negativo. No caso dos indicadores de incremento positivo a classificação obtida é dada pela soma aritmética entre a realização plena (100%) e o desvio ocorrido [(Resultado - Meta N)/Meta]. No caso dos indicadores de incremento negativo a classificação obtida é dada pela soma aritmética entre a realização plena (100%) e o desvio ocorrido [(Meta N - Resultado)/Meta]. O resultado obtido em cada parâmetro é apurado por uma média ponderada da classificação obtida em cada um dos indicadores que concorrem para esse parâmetro, utilizando como ponderadores o peso de cada um dos indicadores conjugado com o peso do objectivo que incorporam.

Listagem das Fontes de verificação

Objectivo	Peso *	Indicador	Meta	Critérios Superaçã	Listagem das Fontes de verificação	
Objectivo 1	4%	ind 1	Índice de PDM em revisão com a estratégia municipal definida, refletindo as orientações do PROTA	45,0%	46,0%	Relatório de PDM
		ind 2	Número de Planos de Urbanização iniciados em articulação com a estratégia do PROTA	7	9	Relatório de estratégia urbanística
Objectivo 2	6%	ind 3	Plano de fiscalização anual executado	349	334	Relatórios de fiscalização
Objectivo 3 Relevante	12%	ind 4	INALENTEJO Taxa de Compromisso (FEDER aprovado/FEDER programado)	80,0%	85,0%	SIGPOA-Sistema de Informação e Gestão do Programa Operacional do Alentejo
		ind 5	INALENTEJO Acréscimo de despesa validada relativamente ao ano transacto (valor FEDER)	100,0%	110,0%	SIGPOA-Sistema de Informação e Gestão do Programa Operacional do Alentejo
		ind 6	POCTEP Índice de validação de despesa em verificação [= (despesa validada/despesa a verificar x100)	80,0%	85,0%	Sistema de Informação FONDOS2007
Objectivo 4 Relevante	12%	ind 7	Nº de reuniões com entidades lider PROVERE	19	21	Relatórios de conclusões de cada reunião
		ind 8	1º Relatório de Observação das Dinâmicas Regionais executado	166	151	Relatório
		ind 9	2º Relatório de Observação das Dinâmicas Regionais executado	349	334	Relatório
		ind 10	Assinatura de um Acordo de Estratégia para a Inovação e Empreendedorismo na Região Alentejo	181	151	Acordo assinado
Objectivo 5	6%	ind 11	Nº de acções de cooperação transnacional e interregional asseguradas	12	13	Relatório das acções efectuadas
		ind 12	Nº de acções de cooperação transfronteiriça asseguradas	15	16	Relatório das acções efectuadas
Objectivo 6 Relevante	15%	ind 13	Operacionalização da acessibilidade à rede de conhecimento CCDRA / Plataforma autárquica	304	274	Plataforma autárquica em funcionamento
		ind 14	4 Novos serviços multicanal disponibilizados	304	274	Novos serviços disponibilizados
Objectivo 7	6%	ind 15	Índice de decisão de processos de contra-ordenação em instrução (Nº de notificações de decisão/Nº de processos em instrução*100)	43,0%	48,0%	Base de dados interna
Objectivo 8	9%	ind 16	Acréscimo do índice de pareceres emitidos	5,0%	8,0%	Base de dados interna
Objectivo 9	12%	ind 17	Funcionalidade instalada para disponibilização on-line dos processos	349	334	Funcionalidade disponibilizada
Objectivo 10 Relevante	12%	ind 18	Taxa de execução	35,0%	36,0%	Inscrições /certificados
Objectivo 11	6%	ind 19	Grau de satisfação dos stakeholders externos numa escala de 1 a 5	3,5	3,6	Inquéritos realizados

* Peso do objectivo ponderado pela importância percentual do vector respectivo (Eficiência:40%, Eficácia:30%, Qualidade:30%)

(*) O valor estimado de FEDER validado até 31/12/2010 é de 95 milhões de euros.

2 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

2.1 Metodologia

No presente Relatório é traduzida a avaliação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo bem como a sua Auto-Avaliação relativa ao ano de 2011. O documento agrega toda a actividade da organização cujo enfoque se centra no grau de cumprimento dos seus objectivos e indicadores programados, bem como na eficácia de uso dos seus recursos financeiros e humanos. A apresentação gráfica dos resultados aliada ao texto explicativo do desempenho de cada uma das 14 Unidades Orgânicas em que a organização se encontra constituída são a base metodológica de apresentação dos resultados. Assim, a informação adquire uma leitura mais sistematizada e mais operacional.

As actividades levadas a cabo pelas várias unidades orgânicas, enquadram-se no contexto das competências atribuídas a cada uma delas, de acordo com os Programas, previamente definidos, em congruência e concorrendo para a observância e realização dos objectivos globais identificados no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização definido para a organização.

A informação foi recolhida através de uma ficha com modelo próprio, em suporte informático a fim de permitir uma boa sistematização e um mais fácil tratamento dos dados. A cada Unidade Orgânica bastou indicar o valor de resultado alcançado para cada um dos seus indicadores de avaliação nessa mesma ficha e reenviá-la para a “Unidade de Avaliação”, para posterior análise de resultados.

A monitorização do QUAR foi contínua tendo existido dois momentos de reporte obrigatório ao Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, (actualmente extinto). Durante o período em análise ocorreram diversas reuniões de trabalho entre a equipa da presidência da CCDR e todas as suas chefias intermédias com o objectivo de avaliar o decurso do desempenho.

Coerência Objectivos Estratégicos e Operacionais do QUAR

Objectivo Estratégico QUAR	Objectivo Operacional QUAR
OE 1 Contribuir proactivamente para a concretização, na região, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, bem como das orientações estratégicas comunitárias em matéria de ambiente	Obj 1 -Implementar a Estratégia de Ordenamento do Território Regional, definida no PROTA
	Obj 2 -Reduzir os Passivos Ambientais da Região
	Obj 6 - Reforçar a Comunicação e a Transparência com os stakeholders
OE 2 Capacitar estrategicamente a região para a salvaguarda e valorização da natureza, do ambiente e do território, para a gestão adequada do uso do solo e para um eficiente aproveitamento do potencial de desenvolvimento regional	Obj 1 -Implementar a Estratégia de Ordenamento do Território Regional, definida no PROTA
	Obj 2 -Reduzir os Passivos Ambientais da Região
	Obj 4 - Reforçar a Colaboração Estratégica para a Promoção do Desenvolvimento Regional
	Obj 7 - Decidir os processos de contra-ordenação em instrução, resultantes dos autos de notícia.
OE 3 Dinamizar a articulação intersectorial e interinstitucional de políticas públicas ao nível da região e promover a cooperação com as autarquias locais e outras instituições e agentes regionais	Obj 9 - Facilitar a acessibilidade aos processos de Avaliação Ambiental
	Obj 4 - Reforçar a Colaboração Estratégica para a Promoção do Desenvolvimento Regional
	Obj 6 - Reforçar a Comunicação e a Transparência com os stakeholders
OE 4 Contribuir para a aplicação eficiente e eficaz dos fundos comunitários na região	Obj 8 - Aumentar a Capacidade de Resposta às Solicitações das Autarquias Locais, em Matéria de Pareceres Jurídicos
	Obj 3 - Contribuir para a Implementação do QREN na Região
OE 5 Dinamizar a promoção da região em Portugal e no estrangeiro, bem como a participação dos agentes regionais em redes nacionais e internacionais de cooperação	Obj 5 - Dinamizar a Cooperação Transnacional e Inter-regional
OE 6 Qualificar os serviços prestados, promovendo a modernização dos processos internos e o aumento da transparência nas relações com a sociedade civil	Obj 4 - Reforçar a Colaboração Estratégica para a Promoção do Desenvolvimento Regional
	Obj 6 - Reforçar a Comunicação e a Transparência com os stakeholders
	Obj 10 - Executar o Plano de Formação 2011/2013
	Obj 11 - Avaliar a qualidade dos serviços prestados

2.2 Avaliação Global da Estratégia Definida

2.2.1 Ao Nível do QUAR

Coerência Objectivos Estratégicos e Operacionais do QUAR Contributo para os objectivos estratégicos dos resultados alcançados nos objectivos operacionais

Objectivo Estratégico QUAR	Objectivo Operacional QUAR	Avaliação Objectivos Operacionais	Avaliação Objectivos Estratégicos
OE 1 Contribuir proactivamente para a concretização, na região, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, bem como das orientações estratégicas comunitárias em matéria de ambiente	Obj 1 -Implementar a Estratégia de Ordenamento do Território Regional, definida no PROTA	104,8	109,7
	Obj 2 -Reduzir os Passivos Ambientais da Região	114,9	
	Obj 6 - Reforçar a Comunicação e a Transparência com os stakeholders	109,4	
OE 2 Capacitar estrategicamente a região para a salvaguarda e valorização da natureza, do ambiente e do território, para a gestão adequada do uso do solo e para um eficiente aproveitamento do potencial de desenvolvimento regional	Obj 1 -Implementar a Estratégia de Ordenamento do Território Regional, definida no PROTA	104,8	117,1
	Obj 2 -Reduzir os Passivos Ambientais da Região	114,9	
	Obj 4 - Reforçar a Colaboração Estratégica para a Promoção do Desenvolvimento Regional	126,5	
	Obj 7 - Decidir os processos de contra-ordenação em instrução, resultantes dos autos de notícia.	139,5	
OE 3 Dinamizar a articulação intersectorial e interinstitucional de políticas públicas ao nível da região e promover a cooperação com as autarquias locais e outras instituições e agentes regionais	Obj 4 - Reforçar a Colaboração Estratégica para a Promoção do Desenvolvimento Regional	126,5	198,6
	Obj 6 - Reforçar a Comunicação e a Transparência com os stakeholders	109,4	
	Obj 8 - Aumentar a Capacidade de Resposta às Solicitações das Autarquias Locais, em Matéria de Pareceres Jurídicos	360,0	
OE 4 Contribuir para a aplicação eficiente e eficaz dos fundos comunitários na região	Obj 3 - Contribuir para a Implementação do QREN na Região	107,4	107,4
OE 5 Dinamizar a promoção da região em Portugal e no estrangeiro, bem como a participação dos agentes regionais em redes nacionais e internacionais de cooperação	Obj 5 - Dinamizar a Cooperação Transnacional e Inter-regional	130,0	130,0
OE 6 Qualificar os serviços prestados, promovendo a modernização dos processos internos e o aumento da transparência nas relações com a sociedade civil	Obj 4 - Reforçar a Colaboração Estratégica para a Promoção do Desenvolvimento Regional	126,5	115,4
	Obj 6 - Reforçar a Comunicação e a Transparência com os stakeholders	109,4	
	Obj 10 - Executar o Plano de Formação 2011/2013	120,0	
	Obj 11 - Avaliar a qualidade dos serviços prestados	105,7	

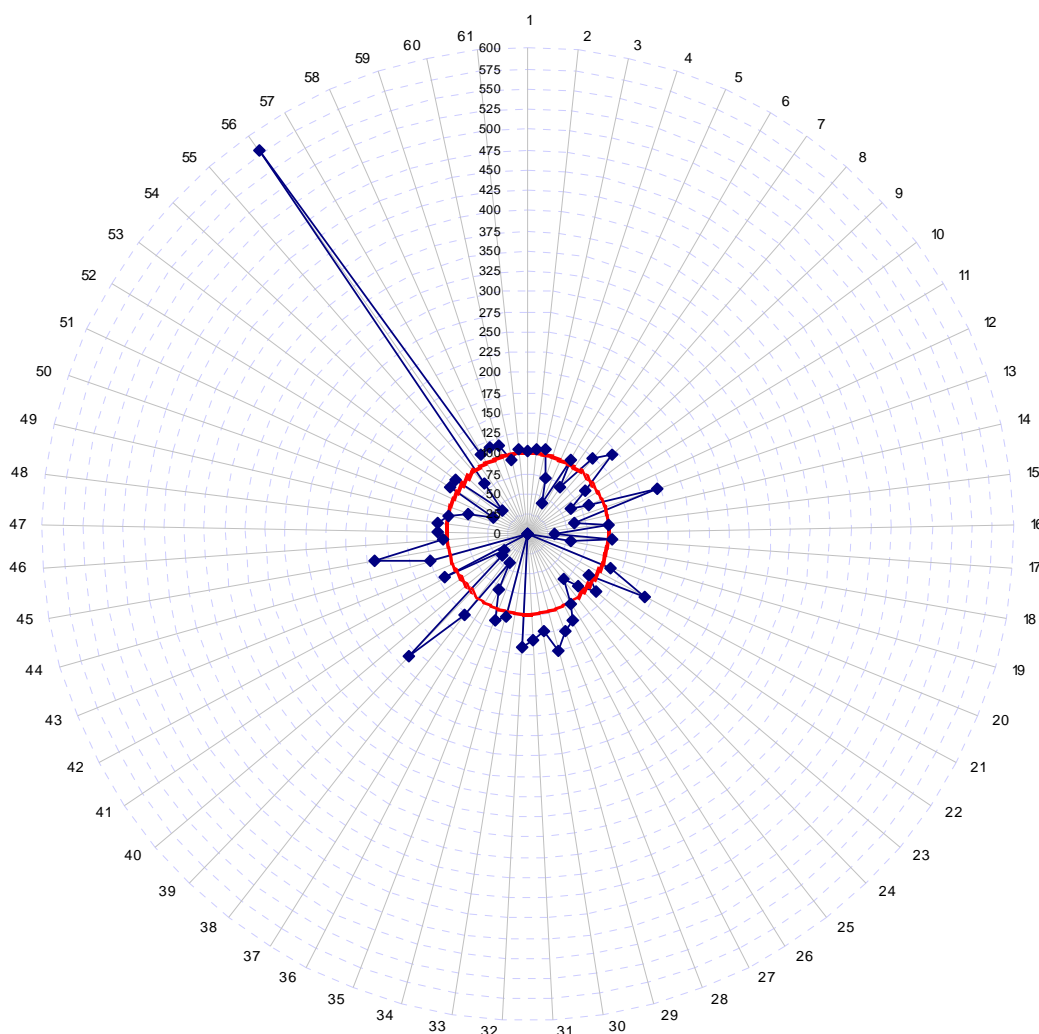
Ao nível global todos os objectivos foram atingidos.

Avaliação dos Objectivos Estratégicos de Intervenção

Avaliação Objectivos Estratégicos de Intervenção	Avaliação
1- Contribuir proactivamente para a concretização, na região, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, bem como das orientações estratégicas comunitárias em matéria de ambiente	109,7
2- Capacitar estrategicamente a região para a salvaguarda e valorização da natureza, do ambiente e do território, para a gestão adequada do uso do solo e para um eficiente aproveitamento do potencial de desenvolvimento regional	117,1
3- Dinamizar a articulação intersectorial e interinstitucional de políticas públicas ao nível da região e promover a cooperação com as autarquias locais e outras instituições e agentes regionais	198,6
4- Contribuir para a aplicação eficiente e eficaz dos fundos comunitários na região	107,4
5- Dinamizar a promoção da região em Portugal e no estrangeiro, bem como a participação dos agentes regionais em redes nacionais e internacionais de cooperação	130,0
6- Qualificar os serviços prestados, promovendo a modernização dos processos internos e o aumento da transparência nas relações com a sociedade civil	115,4

2.2.2 Ao Nível do Plano de Actividades

Avaliação dos Programas



Posicionamento dos Programas face ao índice 100

1 - Elaboração de estudos temáticos	11 - Planeamento estratégico e coesão económica e social intra-regional
2 - Assessoria ao Serviço Sub-Regional de Beja	12 - Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal 2007-2013
3 - Aproximação aos interlocutores Regionais	13 - Cooperação Territorial transfronteiriça
4 - Promover a delimitação da REN de acordo com o Decreto-Lei nº 166/2008 de 22 de Agosto	14 - Cooperação Territorial transnacional e inter-regional
5 - Avaliação da aplicação do Decreto-Lei nº 166/2008 de 22 de Agosto	15 - Relações internacionais de cooperação e promoção
6 - Dinamizar o planeamento estratégico para a CCDR Alentejo	16 - Desenvolvimento do sistema de monitorização e avaliação do PROTA
7 - Planeamento estratégico e coesão económica e social intra-regional	17 - Garantir a aplicação da política de cidades, do desenvolvimento urbano e a conservação da natureza e da biodiversidade em coerência com a estratégia de ordenamento do território regional do. PROTA
8 - Dinamização e monitorização de programas e projectos de interesse regional	18 - Acções de cooperação transfronteiriça no domínio do ordenamento do território
9 - Desenvolvimento sustentável e ordenamento do território	19 - Melhorar a qualidade da prestação de serviços ao utilizador – autarquias e particulares
10 - Gestão operacional da DSDR no quadro da gestão estratégica da CCDR	20 - Procedimentos de avaliação ambiental

Posicionamento dos Programas face ao índice 100	
21 - Procedimentos de licenciamento de projectos e actividades	42 - Execução do Plano Anual de Fiscalização
22 - Procedimentos de monitorização ambiental (ar e ruído)	43 - Plano de Formação
23 - Procedimentos de pós-avaliação de projectos e de instalações licenciadas	44 - Tratamento de reclamações/denúncias
24 - Projectos e estudos em matéria ambiental	45 - Elaboração do auto de notícia
25 - Sistematização e divulgação de informação ambiental	46 - Garantir uma estratégia concertada de ordenamento do território resultante da aplicação da Política de Cidades e de Desenvolvimento Urbano, de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
26 - Cooperação Técnica e Financeira	47 - Procedimentos de licenciamento de projectos e actividades
27 - Caracterização da Região	48 - Procedimentos de monitorização ambiental (ar e ruído)
28 - Cooperação Institucional	49 - Apreciação e acompanhamento de projectos
29 - Contra-Ordenações	50 - Garantir uma estratégia concertada de ordenamento do território resultante da aplicação da Política de Cidade e, de Desenvolvimento Urbano, de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
30 - Colaboração com os Serviços da CCDRA	51 - Procedimentos de licenciamento de projectos e actividades
31 - Modernização Autárquica	52 - Procedimentos de monitorização ambiental (ar e ruído)
32 - Contribuir para a simplificação e modernização administrativa	53 - Apreciação e acompanhamento de projectos
33 - Desenvolver instrumentos de apoio ao desempenho dos colaboradores	54 - Garantir a aplicação da Política de Cidades, do Desenvolvimento Urbano e a Conservação da Natureza e da Biodiversidade em coerência com a Estratégia de Ordenamento do Território Regional do PROTA
34 - Qualificar os recursos humanos	55 - Procedimentos de monitorização ambiental
35 - Garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados	56 - Planos, Projectos e Protocolos em matéria ambiental
36 - Melhorar a eficiência nas actividades inerentes à DSAF	57 - Sistematização e divulgação de informação ambiental
37 - Desenvolvimento da Sociedade de Informação	58 - Execução do Plano Anual de Fiscalização
38 - Promoção e divulgação da actividade da CCDRA	59 - Programa operacional do Alentejo - INALENTEJO
39 - Gestão do sistema informático e informacional	60 - Avaliação de sistemas de controlo interno
40 - Tecnologias de informação no suporte ao ordenamento e gestão territorial e ambiental sustentável	61 - Prevenção de Corrupção e infracções conexas
41 - Processo de Reestruturação e Modernização Administrativa da CCDR Alentejo	

2.2.3 Avaliação Global das Actividades

O desempenho global da CCDRA, medido através da concretização das actividades de cada uma das suas Unidades Orgânicas situou-se nos **95,9 %**.

A avaliação das actividades globais da organização evidencia um razoável grau de superação das mesmas (56.6%). Este resultado traduz um bom empenho dos colaboradores e uma atenção centrada em objectivos por parte dos dirigentes para a estratégia programada. Cerca de 18.5% das actividades não apresentaram execução, devido essencialmente a restrições de natureza orçamental derivadas de despacho ministerial, não sendo distribuído o seu impacto de forma homogénea por todas as Unidades Orgânicas. As razões que motivaram este valor encontram-se expressas no anexo I junto aos resultados de cada uma das Unidades Orgânicas. Foram atingidos os resultados em cerca de 9.5% das actividades e em 15.3% das actividades não foi possível alcançar a meta.

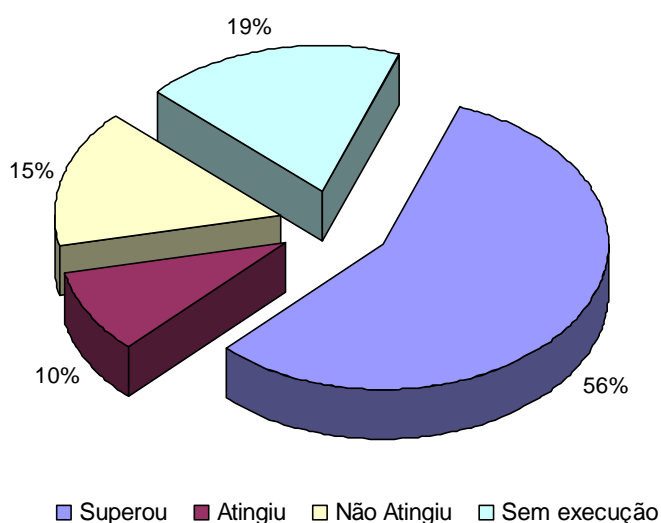
Avaliação das actividades por unidade orgânica

Avaliação	PRE	DSDR	DCI	DSOT	DSA	DSAJAL	DSCGAF	DII	DSF	SSP	SSB	SSL	INALENTEJO	UCIA	CCDRA	CCDRA (%)
Superou	7	16	8	7	10	15	10	10	3	5	4	5	6	1	107	56,6
Atingiu	3	0	1	0	2	0	2	2	0	2	2	0	4	0	18	9,52
Não Atingiu	4	6	5	1	3	0	2	4	0	0	1	1	1	1	29	15,3
Sem execução	2	4	1	2	1	0	6	7	6	0	3	3	0	0	35	18,5
Total	16	26	15	10	16	15	20	23	9	7	10	9	11	2	189	100
Avaliação Média	80,6	92,4	104,4	77,0	108,2	128,3	83,2	103,2	47,8	106,0	68,8	121,8	113,9	99,1	95,9	
Desvio Médio	36,0	39,6	53,7	39,5	25,2	21,3	53,0	73,7	63,7	5,4	49,5	101,4	14,9	5,8	45,3	
Desvio Padrão	43,8	48,9	67,8	46,3	41,4	29,2	63,9	135,2	74,5	7,4	54,6	178,6	18,9	8,1	76,1	

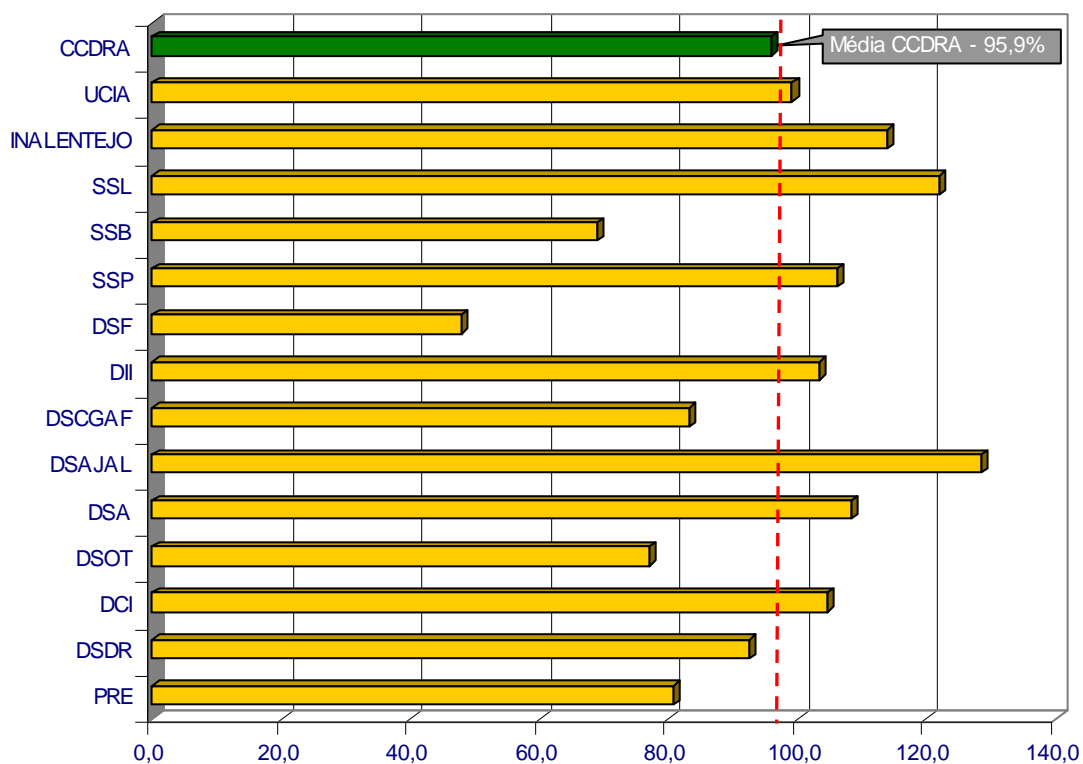
Avaliação das actividades da CCDR Alentejo

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	107	56,6
Atingiu	18	9,5
Não Atingiu	29	15,3
Sem execução	35	18,5
Total	189	100,0
Avaliação Média	95,9	
Desvio Médio	45,3	
Desvio Padrão	76,1	

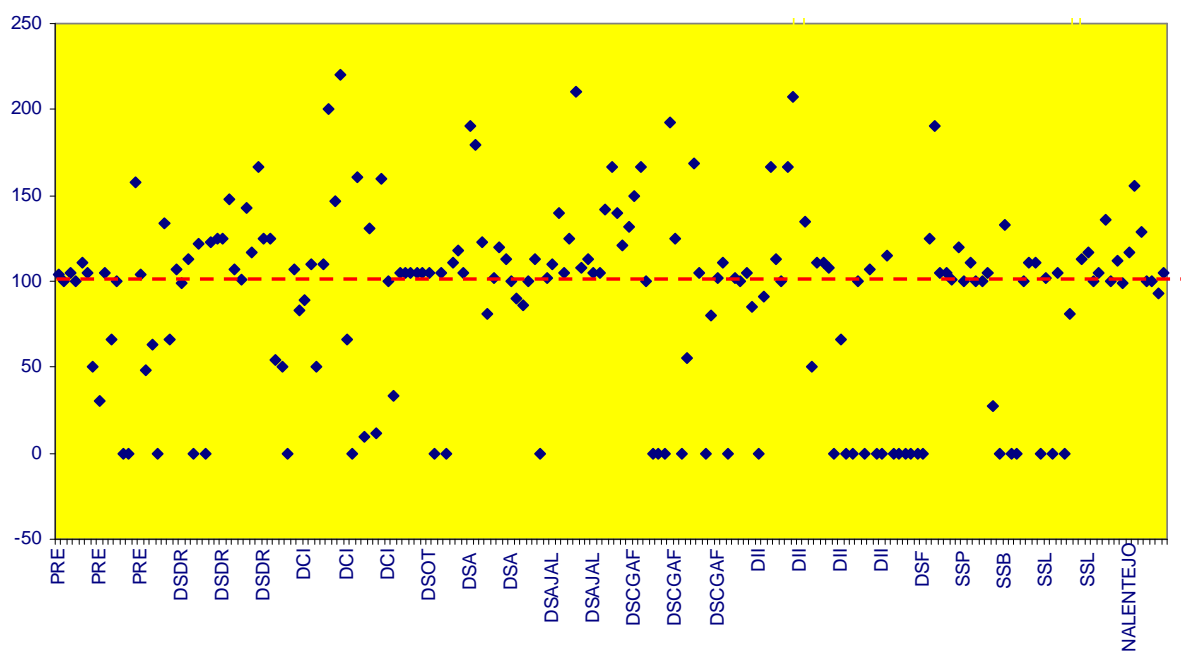
Grau de realização das actividades das unidades orgânicas



Avaliação das actividades das unidades orgânicas.



Dispersão dos valores encontrados para as actividades das unidades orgânicas.



2.3 Avaliação por Unidade Orgânica

A abordagem por Unidade Orgânica tomou em conta os resultados de cada actividade, através do cumprimento dos seus indicadores e que por sua vez sustentam os respectivos programas. Foi efectuada uma avaliação de cada uma das Unidades Orgânicas bem como uma reflexão por parte de cada um dos seus dirigentes, baseada sempre que possível nas seguintes abordagens:

- **O que se fez em 2011;**
- **Actividades mais relevantes do conjunto das actividades desenvolvidas**
- **Principais limitações encontradas para desenvolver as tarefas.**

2.3.1 Presidência

O que se fez em 2011?

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %	
Elaboração de estudos temáticos	Caracterização dos Aproveitamentos Hidroagrícolas do Baixo Alentejo	Elaboração do II volume do estudo sobre os Aproveitamentos Hidroagrícolas do Baixo Alentejo	104	102	
		Colaboração em estudos a realizar pela DSDR (Relatórios de observação das dinâmicas regionais)	100		
Assessoria ao Serviço Sub-Regional de Beja	Melhorar a capacidade de resposta ao nível do Serviço Sub-Regional de Beja	Assessorar os SSB em matéria de ambiente, Ordenamento do território, administração local e INALENTEJO	105	105	
Aproximação aos interlocutores Regionais	Reforçar a comunicação com parceiros na Região	Assegurar todas as representações da CCDR em que é elemento permanente	100	106	
		Assegurar todas as representações da CCDR de carácter pontual, para as quais venha a ser designado pela presidência	111		
Promover a delimitação da REN de acordo com o Decreto-Lei nº 166/2008 de 22 de Agosto	Acompanhamento das orientações estratégicas de âmbito nacional e do esquema nacional de referência, da REN até à sua aprovação.	Participação em reuniões com membros da CNREN, consultores e SEOTC	105	73	
		Produção de recomendações técnicas e guias de apoio para a elaboração da nova cartografia da REN	Produção de recomendações técnicas para a elaboração da nova cartografia da REN		50
			Produção de guias de apoio para a elaboração da nova cartografia da REN		30
		Apreciação dos processos de delimitação, submetidos a parecer da CNREN	Emissão de pareceres		105
Avaliação da aplicação do Decreto-Lei nº 166/2008 de 22 de Agosto	Colaboração na avaliação da gestão da REN (aplicação do Decreto-Lei nº 166/2008 de 22 de Agosto)	Recolha de informação com vista à avaliação da gestão da REN	67	42	
		Produção de relatório de avaliação	100		
	Concepção de projectos piloto para a aplicação das orientações estratégicas nacionais, e do respectivo sistema de monitorização	Concepção de projectos piloto	0		
		Concepção do sistema de monitorização	0		
Dinamizar o planeamento estratégico para a CCDR Alentejo	Elaborar os instrumentos de planeamento estratégico para a CCDR Alentejo	Elaborar o Plano de Actividades	158	104	
	Monitorização do desempenho da organização	Monitorização do QUAR 2011	104		
	SIADAP1 - Avaliação da organização	Elaboração do Relatório de Actividades e Auto-Avaliação	49		

Este capítulo refere-se essencialmente à actividade desenvolvida pelos técnicos que se encontram na dependência directa da presidência, não reflectindo toda a actividade

desenvolvida pela Presidência da CCDR. Assim, durante o ano de 2011, os técnicos afectos à equipa da presidência desenvolveram a sua actividade, em diversas vertentes e de modos diferenciados. Houve elementos que se dedicaram essencialmente à dinamização do planeamento estratégico para a CCDR Alentejo e outros desenvolveram estudos e prestaram colaboração com equipas multidisciplinares nas quais a CCDRALentejo tinha assento. Foi também efectuado apoio ao nível da assessoria técnica a algumas Unidades Orgânicas nomeadamente as sub-regionais, bem como funções de representação e de aproximação aos interlocutores regionais, num complemento à equipa da presidência. Foram igualmente executadas diversas actividades de teor variado como apoio directo a solicitações específicas, como foram a preparação de resposta a inúmeros assuntos solicitados superiormente pela tutela ministerial ou a matérias de carácter interno. No que respeita às acções de delimitação da REN de acordo com o Decreto-Lei nº 166/2008 de 22 de Agosto e à avaliação da aplicação do Decreto-Lei nº 166/2008 de 22 de Agosto, importa referir que estas não foram totalmente concluídas conforme o proposto em Plano de Actividades devido à passagem à aposentação da técnica superior responsável pelos trabalhos em causa e por não terem sido aprovadas pelo governo as orientações estratégicas da REN. Foram também desenvolvidas no âmbito da igualdade de género 2010 – 2011 as seguintes medidas:

Stakeholders internos

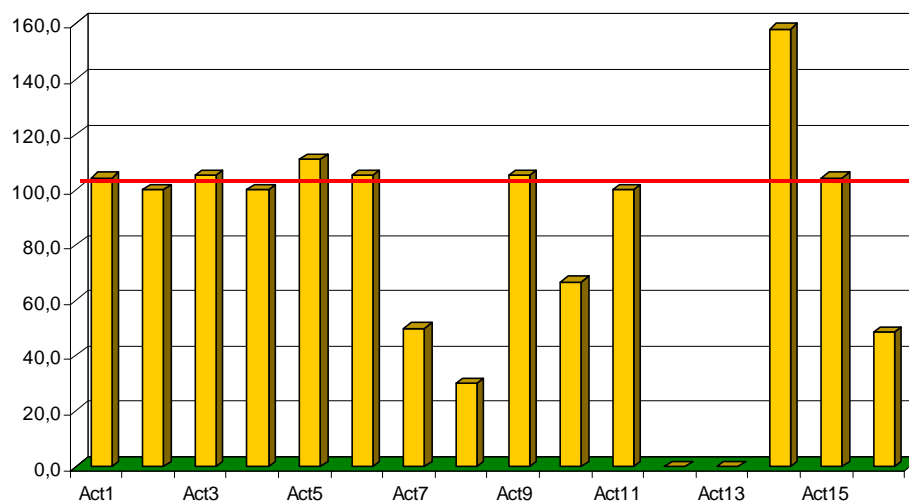
1. Deferimento dos 9 pedidos de exercício do direito a horário de trabalho especial para trabalhadores com filhos até à idade de 12 anos, previsto no Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009 – ao abrigo da Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e da protecção da maternidade e paternidade.
2. Deferimento 5 pedidos de gozo da Licença Parental.
3. Divulgação do Guia para uma “Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública”.
4. Divulgação da Linha Nacional de Apoio a Vítimas de Violência, no site da CCDRA.
5. Divulgação do cartão “Mostra o Cartão Vermelho à Violência Doméstica” nos gabinetes de todas as Direcções de Serviço, de acordo com a orientação de cada Director.

Stakeholders externos

Identificação de boas práticas sobre o empreendedorismo feminino no Alentejo, conjugadamente com outras regiões europeias, no âmbito do projecto europeu WINNET8.
Entidade responsável pela coordenação da medida: CCDR Alentejo

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	7	43,8
Atingiu	3	18,8
Não Atingiu	4	25,0
Sem execução	2	12,5
Total	16	100,0
Avaliação Média	80,6	
Desvio Médio	36,0	
Desvio Padrão	43,8	



2.3.2 Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

O que se fez em 2011?

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %		
Planeamento estratégico e coesão económica e social intra-regional	Análise regional e prospectiva	Elaboração de uma matriz <i>input-output</i> para a região Alentejo, nos termos do protocolo celebrado entre a CCDR, a UE e o INE	64	70		
		O turismo regional no período 2000/2010 no quadro dos instrumentos de apoio financeiro existentes	0			
		Dinamização de uma rede regional de oferta formativa	133			
		Acordo estratégico para a inovação e o empreendedorismo na região Alentejo	66			
	Desempenho regional e oportunidades no contexto da estratégia EUROPA 2020	Relatório anual de aplicação dos fundos comunitários na região	107			
		Elaboração de relatórios de observação das dinâmicas regionais	99			
		Edição trimestral de boletim de monitorização de aplicação dos fundos comunitários na região	113			
	Outras acções no âmbito do desenvolvimento regional	Implementação do projecto "Construção Sustentável" nos termos do protocolo celebrado entre a CCDR e a Associação Terras Dentro	0			
		Representação da CCDR em órgãos colegiais e grupos de trabalho (CA do PRODER, PROMAR, Rede Rural Nacional, Conselho Consultivo do Observatório Regional do Turismo do Alentejo, Comité de Acompanhamento local do projecto Odyssea, Conselho Consultivo Regional Avaliação da aplicação do Decreto-Lei nº 166/2008 de 22 de Agosto n	122			
		Preparação de informação sistematizada sobre a situação regional e a execução do INALENTEJO para apoio técnico à Comissão de Aconselhamento Estratégico do INALENTEJO	0			
	Dinamização e monitorização de programas e projectos de interesse regional	Apoio à gestão de programas de iniciativa pública	Análise e acompanhamento regional de projectos no âmbito do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas Obras		123	121
			Apreciação do mérito regional das candidaturas ao sistemas de incentivo do QREN		125	
Apreciação e acompanhamento físico projectos (contratos programa, programa de equipamentos da DGAL...)			125			
Acompanhamento e avaliação do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE)		Análise de relatórios de acompanhamento e de propostas de reprogramação de programas de acção	148			

		Elaboração de pareceres de enquadramento dos projectos candidatos a financiamento do QREN	107	
		Relatório global de avaliação decorridos 24 meses sobre a aprovação dos 7 PROVERE regionais	101	
Desenvolvimento sustentável e ordenamento do território	Instrumentos de planeamento com incidência regional	Análise da componente socioeconómica e de acessibilidades e logística em instrumentos de gestão territorial	143	142
		Análise da componente socioeconómica e de acessibilidades em estudos de impacte ambiental referentes a projectos de investimento estruturantes do desenvolvimento regional	117	
		Análise da componente socioeconómica e de acessibilidades em planos e programas de investimento com incidência regional	167	
Gestão operacional da DSDR no quadro da gestão estratégica da CCDR	Elaboração e monitorização dos documentos de gestão da CCDR e da DSDR (QUAR, PA 2011 e RA2010)	Elaboração dos contributos da DSDR para o QUAR, o Plano de Actividades e o Relatório de Actividades	125	89
		Apoio técnico/informático à elaboração e à monitorização destes documentos	125	
		Coordenação e monitorização das actividades da DSDR	54	
	Sistema de gestão documental (2ª fase)	Implementação do classificador de processos da DSDR, após a operacionalização da aplicação informática	50	
Planeamento estratégico e coesão económica e social intra-regional	Outras acções no âmbito do desenvolvimento regional	Observatório dos países do mediterrâneo sobre energias renováveis	0	63
	Gestão de informação relevante para o desenvolvimento regional	Actualização de informação no site da CCDR	107	
		Reorganização da base de dados de suporte à análise prospectiva regional	83	

Como elemento marcadamente distintivo da actividade da DSDR em 2011 regista-se a opção da Presidência da CCDR em integrar nesta área de serviços as competências do “Centro de Observação das Dinâmicas Regionais” previsto no modelo de governação do QREN, dando-se assim conteúdo efectivo a algumas das competências legalmente atribuídas a esta Direcção de Serviços.

Actividades mais relevantes desenvolvidas em 2011

1. No âmbito da dinamização do planeamento estratégico e da coesão económica e social intra-regional

Elaboração de Relatório de Observação das Dinâmicas Regionais

Entre outras actividades, este trabalho envolveu a coordenação técnica e a produção de diversos conteúdos para os documentos, a realização de reuniões de trabalho com técnicos ligados a diferentes organismos públicos ou entidades privadas e o acompanhamento dos

trabalhos desenvolvidos pelos consultores externos. A dinamização das iniciativas de análise e reflexão processou-se com base numa metodologia de trabalho aberta e de desenvolvimento gradual dos resultados do estudo, que contou ao nível interno à CCDR Alentejo com a participação de técnicos ligados a diferentes áreas de actividade.

O objectivo fundamental deste trabalho foi contribuir para o “desenho” de instrumentos de política pública ajustados ao contexto específico do Alentejo, em particular no que respeita aos “territórios de baixa densidade”. As conclusões apresentadas constituem-se como uma base de reflexão a aprofundar, tendo presente que importa começar desde já a preparar a estratégia de desenvolvimento regional para o período 2014/2020 e em que a articulação estruturada entre a política de coesão, nomeadamente o futuro Programa Operacional Regional, e o desenvolvimento rural são fundamentais.

Zooms Territoriais – Inclusão Social e Qualificação de Activos

Num contexto até então muito marcado por uma monitorização fundamentalmente financeira da aplicação dos fundos comunitários visa-se com esta iniciativa nacional de Abril pp, promovida pelo Observatório do QREN e em parceria com a CCDRALentejo, o desenvolvimento de análises que permitam um conhecimento sobre os resultados das intervenções co-financiadas pelos fundos estruturais e em que medida as intervenções apoiadas pelos diferentes PO, estão a convergir de forma coerente em territórios específicos e de forma a atingir os objectivos formulados na fase de programação.

No Alentejo os territórios seleccionados para se constituírem como foco de análise foram o concelho de Mértola para a temática da Inclusão Social e o Alentejo Central e Litoral para a temática Qualificação de Activos.

Os trabalhos desenvolvidos em 2011 culminarão com a edição no 1º semestre de 2012 dos respectivos relatórios.

Rede Regional de Oferta Formativa

O trabalho decorreu da participação da CCDR Alentejo nos Conselhos Consultivos Regionais dos Centros de Formação Profissional do IEFP e das solicitações para dar parecer sobre novos cursos promovidos pelas Escolas Profissionais da região. O contacto com estas realidades, bem como com outras entidades promotoras ou destinatárias de formação profissional, bem como as orientações estratégicas constantes do PROT sobre esta matéria, revelou a necessidade de promover o desenvolvimento de uma rede regional de cursos profissionalizantes adequado às necessidades do tecido económico regional e que responda a

novas necessidades do mercado de trabalho. As actividades envolveram a realização de várias reuniões da parceria (CCDR, IEFP e DREA) e com entidades externas (ANQ).

Desta iniciativa resultaram algumas linhas programáticas de trabalho futuro para a racionalização e qualificação da oferta formativa regional, nomeadamente sobre o maior envolvimento das entidades públicas na regulação da oferta; no maior ajuste da oferta às necessidades e oportunidades do mercado; na diferenciação da oferta e captação externa de formandos; monitorização da empregabilidade dos formandos; marketing das profissões; coesão territorial.

As primeiras conclusões deste trabalho foram superiormente apresentadas, sendo expectável e desejável que o mesmo possa vir a ter desenvolvimentos no curto/médio prazo, até porque, para além da sua relevância intrínseca, a preparação do próximo período de programação dos fundos comunitários para a região isso recomendaria.

Acordo Estratégico para a Inovação e o Empreendedores na Região Alentejo

A problemática da inovação e do empreendedorismo são dois determinantes da melhoria da competitividade regional.

Neste enquadramento foi celebrado um Protocolo de Colaboração entre CCDR, a ADRAL, o IAPMEI e a Universidade de Évora com vista a implementar, no curto e médio prazo, um plano de acção ancorado em três domínios fundamentais: observação e disseminação da inovação no Alentejo; a inovação como elemento de marketing territorial; apoio ao empreendedor e ao investimento.

Nesta primeira fase do projecto (2011) as actividades desenvolvidas envolveram fundamentalmente a preparação do Protocolo, a participação em reuniões com diversas entidades, recolha e tratamento de informação, e início das acções previstas no protocolo, nomeadamente a definição da estrutura da base de suporte à futura recolha de informação junto das empresas.

Matriz Input-Output para a região Alentejo

Esta iniciativa, liderada pela Universidade de Évora em parceria com CCDRALentejo e o INE, decorre desde 2010 e visa essencialmente dotar a região de um instrumento de análise prospectiva que permita estimar as interacções entre os sectores da economia regional e como tal dispor de um precioso auxiliar de suporte à tomada de decisões sobre a estratégia regional em domínios relevantes e à formulação de propostas de políticas públicas.

Em 2011 foi elaborada a proposta metodológica de desenvolvimento dos trabalhos bem como constituído um painel de peritos com reconhecida notoriedade na temática em causa. Prevê-se a continuidade do projecto em 2012.

Boletim Trimestral “Alentejo Hoje – Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional”

Procura-se com esta nova iniciativa divulgar periodicamente informação relevante sobre a execução e os impactes dos principais instrumentos das políticas públicas na região, principalmente dos que decorrem da Política de Coesão da União Europeia e que integram o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), bem como acompanhar a evolução económica, social, ambiental e territorial da região e contribuir para a reflexão estratégica sobre as dinâmicas territoriais de desenvolvimento.

Foram assim editados 3 boletins trimestrais, o que para além da divulgação de informação regional e de análises específicas de variados temas, permitiu igualmente criar dinâmicas internas de recolha e de tratamento dados, com a participação dos técnicos e das chefias da DSDR na definição de métodos e conteúdos dos documentos a produzir, o que se tem da respectiva autonomia técnica, o que se tem revelado de grande utilidade para o aprofundamento do “conhecimento” da região e do seu contexto nacional e europeu.

Desenvolvimento da Base de Dados

A base de dados de que se dispõe e que se procura expandir e actualizar de forma sistemática, foi no corrente ano reestruturada e parcialmente integrada no site da CCDR com vista a constituir-se externamente como um importante instrumento de caracterização do Alentejo.

Para este efeito disponibiliza agora informação sobre “Monitorização Regional” desagregada em 3 grandes domínios temáticos (Pessoas, Economia e Território) e uma diversidade de variáveis e indicadores sobre o Alentejo.

Das actividades desenvolvidas em 2011 destaca-se ainda a actualização e expansão das variáveis já integradas na base de dados, com análise estatística temporal e gráfica das respectivas variáveis.

Elaboração de Conteúdos para o Site da CCDR

Constituindo-se como meio privilegiado de ligação com o exterior, o site da CCDR, nos domínios “Região” e “Desenvolvimento Regional”, foram melhorados no sentido de acolher outras vertentes. Assim, as actividades desenvolvidas em 2011 permitiram implementar uma

estrutura de divulgação dos vários aspectos do desenvolvimento regional e actualizar outros conteúdos (dados estatísticos, estratégia regional, ligações para documentos relevantes; dinâmicas regionais,..).

Não integrado no site mas também na vertente da promoção regional e institucional, foi complementado e actualizado o banco de imagens da CCDR, bem como os conteúdos informativos de que a CCDR dispõe com vista à sua participação promocional em eventos regionais e nacionais.

Revista da CCDR “Alentejo –Análise Regional

A edição semestral da revista da CCDR contou com a colaboração desta Direcção de Serviços, seja pela participação no respectivo Conselho Editorial seja pela elaboração de um conteúdo denominado “Valorização Socioeconómica do Espaço Rural”

2. No âmbito da dinamização e monitorização de programas e projectos

Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE)

Durante o ano de 2011, deu-se continuidade ao acompanhamento e avaliação dos 7 PROVERE (Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos) aprovados para a NUT II – Alentejo.

Os PROVERE constituem-se como um instrumento com o qual se pretende concretizar programas de acção, construídos em parceria e enquadrados em estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo, que contribuam de forma decisiva para o reforço da base económica e para o aumento da atractividade e da competitividade de territórios específicos e considerados de baixa densidade.

Os 7 PROVERE aprovados para o Alentejo, em Julho de 2009, cuja execução, acompanhamento e avaliação decorreu em 2010 e teve continuidade em 2011, são os seguintes:

PROVERE Aprovados Líder do Consórcio

Reinventar e Descobrir - Da Natureza à Cultura CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral

Montado de Sobro e Cortiça - Câmara Municipal de Coruche

AMBINOV - Soluções Inovadoras em Ambiente, Resíduos e Energias Renováveis-Câmara Municipal da Chamusca

Zona dos Mármoreos Câmara Municipal de Borba

InMOTION - Alentejo, Turismo e Sustentabilidade ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP

Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo - Uma Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade do Sul de Portugal - Câmara Municipal de Almodôvar

A Cultura Avieira a Património Nacional - Instituto Politécnico de Santarém

Durante 2011 foram desenvolvidas as seguintes acções:

Análise e parecer sobre as reprogramações apresentadas pelos líderes dos consórcios. Só um PROVERE (AMBINOV - Soluções Inovadoras em Ambiente, Resíduos e Energias Renováveis), não apresentou reprogramação.

Após as reprogramações, o valor total de investimento previsto nos Programas de Acção passou a totalizar 137,1 M€ para os 68 projectos âncora identificados (antes 129,8 M€ e 62 projectos) e 1.162 M€ para os 411 projectos complementares (antes 1.212 M€ e 517 projectos). Análise de relatórios de cada PROVERE após 2 anos da sua aprovação, ou seja, da sua execução em 30 de Julho de 2011.

Esta análise revelou uma baixa taxa de execução, seja no número de candidaturas apresentadas, seja no montante de investimento que lhes está associado. Com efeito, nos projectos âncora, só havia sido candidatado 10,5% do investimento previsto, no valor de 14,4 M€ e referente a 30 projectos. Quanto aos projectos complementares, o investimento candidatado ascende a 132,M€, a que corresponde uma taxa de 11,4% e a 133 projectos candidatados. Foi assim elaborado um relatório de análise de cada um dos PROVERE e foi elaborado um relatório global da situação em termos regionais.

Realização de 30 reuniões com os líderes dos consórcios tendo em vista a criação de dinâmicas conducentes à melhoria de resultados. Destas 30 reuniões, 7 foram realizadas junto dos líderes dos consórcios, seguidas de visitas a projectos. Foram elaboradas informações relativas a cada uma das visitas efectuadas.

Sendo os objectivos do PROVERE muito relevantes para a promoção do desenvolvimento local e regional, tem-se verificado que o modelo encontrado para a sua operacionalização se revela pouco eficaz, sendo por isso recomendável que se promova atempadamente uma reflexão participada entre a administração e os agentes locais e regionais potencialmente interessados, com vista a que o “desenho” dos instrumentos de política pública de apoio ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade no próximo ciclo de programação dos fundos comunitários (2014/2020) possa beneficiar da experiência existente.

Sistema de Incentivos do QREN

A CCDR/DSDR participa na apreciação do mérito das candidaturas aos Sistemas de Incentivo do QREN, nomeadamente no que concerne à apreciação do critério de mérito regional das candidaturas apresentadas.

Foram abertos pelas autoridades de gestão competentes (INALENTEJO e COMPETE) 7 concursos, que conjuntamente com os concursos ainda não concluídos que transitaram de 2010, levaram à apreciação do mérito regional de 101 candidaturas.

Relatório de Monitorização da Aplicação dos Fundos Comunitários na Região

(análise reportada a 30 de Junho de 2011)

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), na sua génese, assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses, a valorização do conhecimento, da ciência, da tecnologia e da inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

É neste contexto que o Alentejo tem acesso a um conjunto de programas, que lhe proporcionam diversas oportunidades de apoio ao investimento, que podem assim potenciar o desenvolvimento regional nas vertentes: territorial, económica e das pessoas.

Em termos mais concretos têm incidência na região, os seguintes programas:

1) Programas Operacionais Temáticos

- Potencial Humano – POPH
- Factores de Competitividade – COMPETE
- Valorização do Território – POVT

2) Programa Operacional Regional - INALENTEJO

3) Programas Operacionais de Cooperação Territorial

- Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo)
- Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo)
- Inter-regional (INTERREG IV C – INTERACT)
- Redes de Cooperação Inter-regional

4) Outros Programas Nacionais

- Programa de Desenvolvimento Rural – PRODER
- Programa Operacional da Pesca – PROMAR

Com este relatório visou-se fundamentalmente analisar de forma detalhada como se tem processado a aplicação dos fundos comunitários no Alentejo e identificar os sectores de actividade e as dinâmicas económicas que lhes estão implícitas.

Considera-se no entanto que o relatório elaborado pode igualmente contribuir para a definição de novas políticas que visem o desenvolvimento do Alentejo, seja pela melhoria da eficácia dos instrumentos existentes para os sectores e territórios que se revelam mais dinâmicos, seja pela concepção de novos que permitam a dinamização socioeconómica dos territórios e dos sectores que não “aderiram” aos actuais .

Acompanhamento físico de obras

Neste âmbito, a DSDR participa no acompanhamento de alguns programas nacionais de apoio à rede de equipamentos locais e de reabilitação urbana geridos nacionalmente quer pela Direcção Geral das Autarquias Locais quer pela Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Em 2011 esta actividade centrou-se fundamentalmente nas seguintes intervenções:

- Apreciação e acompanhamento de projectos no âmbito do programa de equipamentos, contratos programa, bibliotecas municipais e juntas de freguesia, mediante a elaboração de 1 parecer sobre novas candidaturas e a elaboração de 19 relatórios de acompanhamento físico de projectos com financiamento aprovado
- Acompanhamento regional do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas, mediante o acompanhamento físico e financeiro dos 4 projectos em curso na região.

Foram ainda elaborados dois relatórios globais – um reportado ao último semestre de 2010 e outro reportado ao 1º semestre de 2011.

Este programa tem revelado alguns constrangimentos ao nível da intervenção regional. Com efeito o facto de já se prolongar demasiado no tempo, levou a que algumas rotinas de articulação com os Municípios e com a DGOTDU tenham sido perdidas. Será necessário renovar e adequar novas rotinas, no que concerne a esta articulação tripartida (CCDR, Municípios envolvidos e DGOTDU).

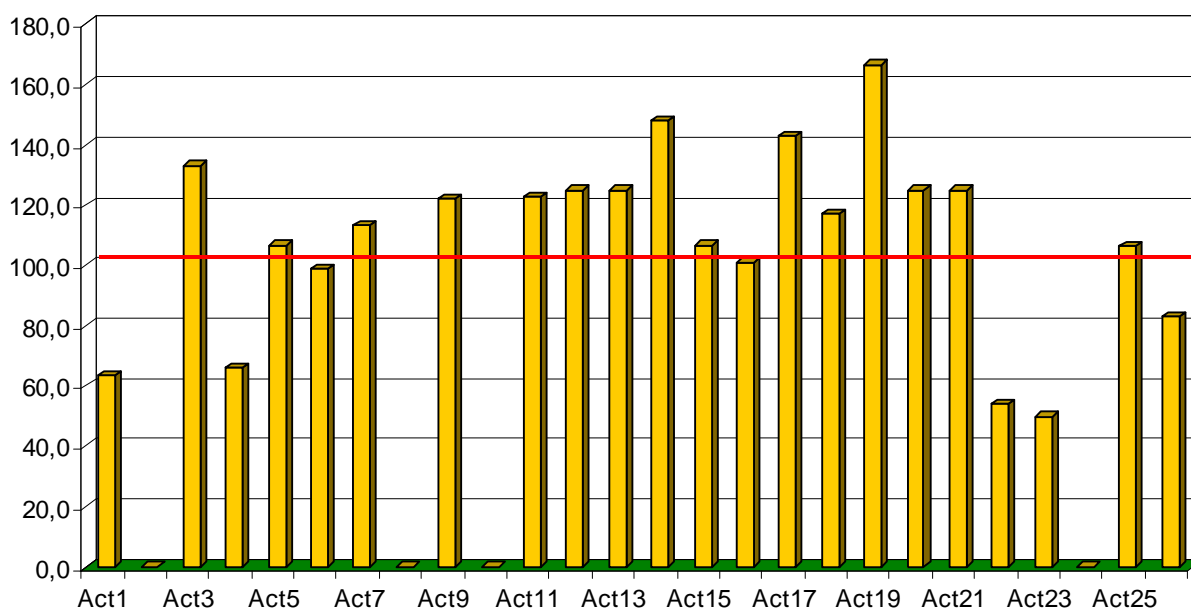
3. No âmbito do desenvolvimento sustentável e do ordenamento do território

Estudos de Impacte Ambiental e revisões de PDM

Foram emitidos 45 pareceres sobre os descritores sócio-económicos e acessibilidades, inerentes às diversas fases de processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), processos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e processos de revisões de PDM.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	16	61,5
Atingiu	0	0,0
Não Atingiu	6	23,1
Sem execução	4	15,4
Total	26	100,0
Avaliação Média	92,4	
Desvio Médio	39,6	
Desvio Padrão	48,9	



2.3.3 Direcção de Serviços de Ordenamento do Território

O que se fez em 2011?

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %
Desenvolvimento do sistema de monitorização e avaliação do PROTA	Aferição das componentes do sistema de monitorização e avaliação do PROTA em articulação com o Sistema Nacional de Indicadores e Informação de Base de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.	Definição das funcionalidades das componentes do Sistema de Monitorização e Avaliação do PROTA	33	33
Garantir a aplicação da política de cidades, do desenvolvimento urbano e a conservação da natureza e da biodiversidade em coerência com a estratégia de ordenamento do território regional do PROTA.	Acompanhamento dos processos de Avaliação Ambiental Estratégica de Planos e Programas, Avaliação de Impacte Ambiental de projectos, acompanhamento da incorporação das orientações, directrizes e normas do PROTA nos IGT e nos instrumentos da Política de Cidades	Análise e emissão de pareceres sobre Definições de Âmbito, Relatórios Ambientais, Estudos de Impacte Ambiental.	105	105
		Pareceres sobre as diversas fases dos Instrumentos de Gestão Territorial.	105	
		Pareceres sobre Programas de Acção e Programas Estratégicos dos instrumentos da Política de Cidades Parcerias para a Regeneração Urbana e Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação.	105	
		Análise e procedimentos subsequentes de autorização ou registo de comunicação prévia no âmbito da aplicação do regime da REN.	105	
		Procedimentos inerentes ao regime Jurídico da Urbanização e Edificação.	105	
		Procedimentos inerentes ao regime Jurídico da RAN.	105	
Acções de cooperação transfronteiriça no domínio do ordenamento do território	Participação no PEGLA e NECSTOUR.	Participação no âmbito dos cronogramas aprovados do projecto PEGLA	0	52
		Participação no âmbito do plano de trabalho da Rede NECSTOUR	105	
Melhorar a qualidade da prestação de serviços ao utilizador – autarquias e particulares	Realização de 4 sessões técnicas para divulgação das metodologias de aplicação dos novos critérios da REN.	Aplicação adequada do Regime Jurídico da REN	0	0

1. Actuação Global

Como comentário global, considera-se relevante a actividade desenvolvida em 2011 pela Direcção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT), apesar de penalizada devido a restrições orçamentais traduzidas em medidas excepcionais de contenção de despesa, o que impediu a realização de trabalhos como a implementação do Sistema de Monitorização do PROTA ou a publicação do Plano estratégico no âmbito do projecto de cooperação transfronteiriça Plano Estratégico do Grande Lago de Alqueva.

Ainda, mesmo perante limitações como a falta de publicação das Orientações Estratégicas de Âmbito Nacional e Regional para cumprimento do regime da REN, que poderia vir a comprometer a dinâmica dos processos de ordenamento, designadamente o regular prosseguimento da tramitação dos instrumentos de gestão territorial, estão em curso 26 processos de revisão ou alteração de planos directores municipais, e 41 processos de elaboração, alteração ou revisão de planos de urbanização e planos de pormenor.

Implementou-se, nesse quadro, a metodologia concertada com a Direcção Regional de Agricultura do Alentejo para a actualização da delimitação da RAN em suporte digital, no âmbito da formação de planos municipais de ordenamento do território, incluindo a respectiva validação pela Entidade Regional da Reserva Agrícola.

Regista-se, no âmbito do acompanhamento dos referidos Instrumentos de Gestão Territorial, que foi efectuada, com sucesso e atempadamente, a necessária articulação com as questões de salvaguarda e valorização ambiental, sendo notória uma melhoria apreciável no que diz respeito à implementação e compreensão dos procedimentos de avaliação ambiental, por parte das entidades intervenientes.

De destacar que foi significativamente reforçada a capacidade funcional e operacional do SIG geral da CCDR Alentejo, através da actualização e validação de informação geográfica disponível e da incorporação de novas componentes, incidindo em sectores como a base económica, ambiente, educação e formação profissional, cooperação transfronteiriça, energia, evolução demográfica (Censos 2011), etc., incluindo sempre a criação dos respectivos metadados e assegurando a resposta atempada às solicitações externas e internas.

No que diz respeito à articulação com outras direcções de serviços ou Serviços Sub Regionais, no referente à apreciação de processos (EIA), à partilha de informação (REN,

AAE) e procedimentos (fiscalização) afigura-se que os resultados demonstram um esforço de harmonização de critérios e um diálogo fluído e profícuo, com vista à optimização da articulação interna na CCDR que se reflecte na prestação do serviço público. Neste âmbito é de assinalar o esforço de sensibilização com vista à fiscalização das questões relacionadas com o Ordenamento do Território.

De salientar igualmente que se desenvolveram várias tarefas relevantes, não previstas no Plano de Actividades 2011, com destaque para:

- Procedimento de actualização das alterações da REN, tanto no acompanhamento dos novos processos, como na sistematização do formato digital respeitante a processos já concluídos. Este procedimento, que tem continuidade em 2012, permitiu sistematizar e actualizar a informação geográfica referente à REN, incluindo a vertente de disponibilização através da Web.
- Construção de base de dados para integração no SIG da Região com a informação referente a 58 Planos de Gestão Florestal aprovados para o Alentejo, o que permite a progressiva avaliação da evolução da transformação da importante dinâmica do sector florestal no espaço rural.
- Proposta de base de dados ACCESS para gestão e acompanhamento de todos os processos de Ordenamento do Território entrados na DSOT.
- Colaboração em diversas reuniões preparatórias para definição e implementação da nova aplicação de gestão documental da CCDR na área do ordenamento do território e da sua vertente de reengenharia de processos.
- Colaboração no Relatório Intercalar “Observação das Dinâmicas Regionais”, com o desenvolvimento do tema Ordenamento e Sistema Urbano, participação nas reuniões de trabalho e apresentação interna e externa.
- Participação no Conselho Editorial e Redactorial da Revista Alentejo / Análise Regional e publicação de 2 artigos nos 2 números editados - “Qualidade e Inovação na Nova Lógica Territorial do Alentejo: a Visão do PROTA” (Janeiro de 2011) e “Política de Cidades – Propostas com futuro para problemas urbanos do presente” (Junho 2011).
- Gestão da aplicação progressiva da plataforma digital que permite a prática de autorização e comunicação prévia on-line das acções e usos na REN, concebida e elaborado na CCDR Alentejo, e a qual foi distinguida em 2011 enquanto uma das dez melhores práticas do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

- Apresentação a convite do Conselho da Europa da comunicação Landscape And Regional Spatial Planning - The Experience Of The Regional Spatial Plan Of Alentejo (Prot Alentejo) In Tenth Council Of Europe Meeting Of The Workshops For The Implementation Of The European Landscape Convention “Multifunctional Landscapes”.
- A convite ANCPA, Comentário da Sessão de Trabalho no âmbito da Feira do Montado “As diferentes funcionalidades dos montados nas políticas Europeias. Caso da política Agrícola Comum”.

2. Gestão de Servidões e Restrições de Utilidade Pública – RAN e REN

Apesar do considerável volume de processos que dão entrada anualmente, face à disponibilidade de recursos humanos desta unidade orgânica, conseguiu-se uma gestão das competências da CCDR, no que diz respeito à REN e à RAN, sem falhas assinaláveis quer na análise, quer no cumprimento dos prazos. De assinalar ainda a procura de colaboração com outras CCDR na afinação de critérios e procedimentos.

Foram analisados 567 processos, em que 235 corresponderam a autorizações e 245 a comunicação prévias, relativos ao regime jurídico da REN, que consubstanciaram uma quantidade e complexidade elevados, face aos prazos a cumprir, sobretudo tendo em atenção que envolvem um atendimento (presencial e telefónico) a requerentes, o que consome tempo significativo.

Foi também efectuada uma proposta de base de dados ACCESS para gestão dos processos REN da DSOT.

Foram ainda instruídos 3 processos de Reconhecimento de Interesse Público para ocupação da REN para o membro do Governo responsável pelo Ambiente e Ordenamento do Território, apresentadas à Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional 6 propostas de alteração da REN no âmbito da formação de planos municipais de ordenamento do território e acompanhados 6 processos de novas delimitações.

No âmbito da Entidade Regional da RAN, foram analisados 376 processos.

3. Ordenamento e Gestão Territorial

As competências inerentes ao ordenamento e gestão territorial consubstanciam-se fundamentalmente em implementar a estratégia de ordenamento territorial regional identificada pelo PROTA.

Nesse quadro de referência é assegurado o acompanhamento de planos municipais de ordenamento do território – planos directores municipais, planos de urbanização e planos de pormenor – elaborando análises e pareceres, em particular sobre o desenvolvimento e ordenamento das áreas urbanas e as estratégias de base territorial para o espaço rural.

Envolvem ainda para além da realização de conferências de serviços, coordenando a participação de entidades exteriores, sessões de trabalho com as autarquias para esclarecimentos na fase de ponderação da aplicação, gestão e dinâmica dos Instrumentos de Gestão Territorial.

A implementação da estratégia de ordenamento com o subsequente procedimento de gestão territorial, traduziu-se em:

Processos de acompanhamento da revisão de planos directores municipais – 20 (3 reuniões sectoriais de Ferreira do Alentejo, 2 reuniões sectoriais de Nisa, 4 reuniões sectoriais Santiago do Cacém, 2 reuniões sectoriais de Castelo de Vide, 3 reuniões sectoriais REN Grândola, 1 reunião sectorial REN PDM Beja, 1 reunião sectorial REN de Alter do Chão, 1 reunião sectorial PDM Serpa, 1 reunião plenária PDM Serpa, 1 reunião plenária PDM Alter do Chão, 1 reunião plenária PDM Alandroal).

Acompanhamento de planos com realização de conferências de serviços e eventual concertação, para a alteração de PDM e elaboração ou alteração de planos de urbanização e/ou de pormenor – 41 processos com 37 reuniões de preparação/acompanhamento:

Alteração PDM Arraiolos -1

Alteração do PDM Crato -1

Alteração do PDM Estremoz -1

Alteração do PDM de Mourão - 1

Alteração do PDM de Ponte de Sor – 1

Alteração do PDM de Portalegre – 2

Elaboração do PU da Landeira - 1

Alteração PU Évora -1
Alteração PU Grândola -1
Alteração do PU de Santiago do Cacém - 2
Elaboração do PP Herdade da Cegonha - 2
Elaboração do PP da Muda - 3
Elaboração do PP Remourinho -1
Elaboração do PP do T4 de Mourão -1
Elaboração da UOPG 0 / Borba - 1
Elaboração do PP de Brejos da Carregueira / Alcácer do Sal-2
Elaboração do PP da Turgela-Évora – 2
Elaboração do PP da Rebola/Montemor - 1
Elaboração do PP Zona Nascente e Sul de Sines - 1
Elaboração e alteração do PP Casa Pidwel –Sines -1
Alteração PP Parque de Feiras de Alandroal – 1
Alteração PP Zona Industrial de Portalegre -1
Elaboração do PIER de Monfurado - 3
Elaboração do PIER da Quinta do Cruzeiro – 1
Elaboração do PIER de Águas Frias-Alandroal - 1
Elaboração do PIER para pedreira em Elvas – 1
Elaboração do PIER Tapada do Rego/Fronteira -1
Elaboração do PIER do Ameal/Vila Viçosa – 1

Pareceres na perspectiva global da administração R.J.U.E. e conferências decisórias – 150.

Pareceres RJUE operados através da plataforma digital – 28.

Pareceres relativos a usos e ocupações do território, designadamente em matéria de ordenamento do território, no âmbito da Regulação do Exercício da Actividade Pecuária, operações de valorização/gestão de resíduos – 27.

Pareceres de localização e/ou emissão de certidões de localizações para licenças de pesquisa e/ou exploração de massas minerais – 16.

Apreciação de processos no âmbito do artº 5 do DL 340/2007 (adaptação de pedreiras) – 7.

Análise e elaboração / apreciação para despacho (quando provenientes dos Serviços Sub-Regionais) de pareceres dos Planos de Gestão Florestal – 146.

Participação em reuniões das COMAC – 4 para apreciação de 7 processos (Modelo, Modalfa e Worten de Vendas Novas e Sportzone, Worten, Continente e Moviflor de Évora, Brico Pet Évora, Brico Jardim Évora, Minipreço Évora e Modelo de Reguengos).

-Participação na vistoria para a instalação de 2 cemitérios (Alcáçovas/Viana do Alentejo e Porto Espada/Marvão)

Colaboração em 5 acções de Inspeção da IGAOT respeitantes à REN (Alvito, Viana, Montargil, Parque Natural do Vale do Guadiana e aplicação do regime da REN na região) envolvendo respostas atempadas às solicitações daquela Inspeção Geral que, ponderando o carácter das observações e recomendações, se consubstanciam no que se refere à actuação da CCDR em matéria de ordenamento do território como positivas.

Clarificação técnica e análise de processos remetidos por tribunais referentes a 6 situações Montemor-o-Novo, Odemira, Santiago do Cacém, Viana do Alentejo, Castelo de Vide, Marvão.

Processos no âmbito de reclamações (junto da Secretaria de Estado e do Tribunal Administrativo) – 4 (Atlantic, Soltróia, Reclamação de Marina Naumann/Implementação do Pu do Carvalhal e Lagoas Travessa e Formosa e PIER da Rebola).

Processos relacionados com enquadramento de pareceres, interpretação de dúvidas quanto aos instrumentos de gestão territorial - 56.

Acompanhamento e apreciação de 2 candidaturas referentes à "Política de Cidades" no Programas das Redes Urbanas para a competitividade e Inovação".

Colaboração com a Direcção Geral de Ordenamento do Território e Urbanismo na avaliação do Sistema de Gestão Territorial e na elaboração da Norma Técnica do "modelo de dados para PDM".

- Colaboração com a Direcção Geral de Ordenamento do Território e Urbanismo Sistema Nacional de Indicadores de Ordenamento do Território com participação em 5 reuniões e elaboração do 1º Relatório de Progresso.

Acompanhamento da implementação do Plano de Gestão do Parque Natural do Vale do Guadiana.

Elaboração do Plano Regional de Combate à Desertificação.

Elaboração do Plano de Gestão do Saramugo.

Participação no Júri do concurso público de concepção para a "Requalificação dos moinhos das ribeiras de Alferreira e Barrocas", promovido pela CM Gavião;

4. Avaliação Ambiental – Processos de Avaliação Ambiental Estratégica, Avaliação de Incidências Ambientais; Colaboração nos Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental

Elaboração Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Nacional de Combate à Desertificação.

Foram analisados e objecto de parecer 16 processos de Avaliação Ambiental Estratégica e 21 processos com pronúncia sobre o descritor de ecossistemas de Estudos de Impacte ambiental.

Em 59 processos de Avaliação de Impacte Ambiental foi feita a análise e elaboração de pareceres em matéria de uso, ocupação e transformação do território.

5. Projectos de Cooperação

No âmbito da NECSTOUR realizaram-se 7 reuniões e apresentação internacional do trabalho desenvolvido no quadro no sistema de indicadores de destinos turísticos sustentáveis – a reserva Dark Sky Alqueva.

O Processo de Certificação STARLIGHT, já concluído, envolveu 11 reuniões, incluindo acções de formação com 6 câmaras municipais e uma apresentação pública na Bolsa de Turismo de Lisboa.

O projecto ULYSSES envolveu a participação em 4 reuniões e a elaboração do comentário técnico de apreciação do Relatório Interino apresentado e discutido para validação dos parceiros.

O acompanhamento do projecto EVUE, traduziu-se na participação em 5 reuniões. Este projecto ficou concluído em Outubro de 2011, não tendo sido realizadas algumas das actividades previstas, devido a dificuldades orçamentais da Câmara Municipal de Beja, traduzidas na impossibilidade de assegurar a comparticipação nacional.

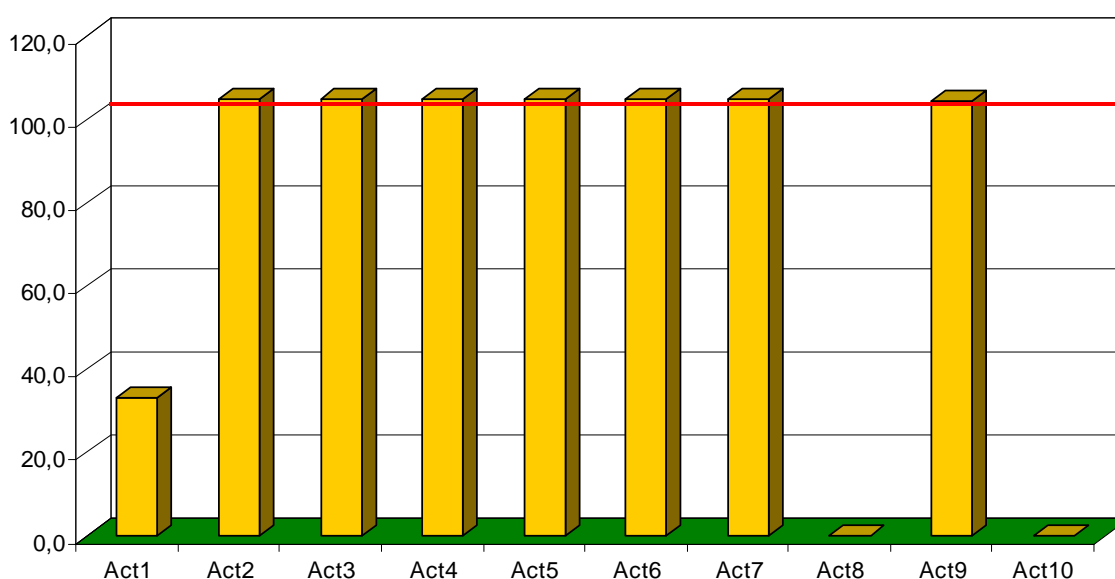
Sobre o projecto PEGLA, embora estivesse prevista a conclusão em 2011, tal não foi possível pelo facto de a componente nacional do PIDDAC não ter sido assegurada devido a medidas excepcionais de contenção de despesa, que se efectivaram com efeitos a Março de 2011. Foi autorizada a prorrogação de prazo do projecto, prevendo-se a sua conclusão em 2012, com a publicação do plano estratégico.

Em 2011 foi assegurada a participação em 2 reuniões e realizado o acompanhamento permanente da preparação do material e editar, com diversos contactos com os parceiros espanhóis e com a CIMAC.

Dado não ter sido possível ultrapassar dificuldades orçamentais, foi inviabilizada a participação no Projecto OTALEX C - Observatório Territorial e Ambiental Alentejo-Extremadura-Centro (iniciado em Abril de 2011), que previa a actualização de cartografia e ortofotomapas da área da Região Alentejo (através da subscrição de serviços WMS) e a melhoria tecnológica e funcional do nó local da IDE OTALEX (através da disponibilização de serviços WMS). A não continuidade da CCDR como parceiro do OTALEX foi comunicada ao respectivo Beneficiário Principal em Outubro de 2011.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	7	70,0
Atingiu	0	0,0
Não Atingiu	1	10,0
Sem execução	2	20,0
Total	10	100,0
Avaliação Média	77,0	
Desvio Médio	39,5	
Desvio Padrão	46,3	



2.3.4 Direcção de Serviços do Ambiente

O que se fez em 2011?

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %
Procedimentos de avaliação ambiental	Avaliação ambiental de planos e projectos	Gestão dos processos de AIA enquanto Autoridade de AIA	111	111
		Colaboração com outras Autoridades de AIA	118	
		Participação em processos de Avaliação Ambiental Estratégica	105	
Procedimentos de licenciamento de projectos e actividades	Licenciamento de projectos e actividades com repercussão no Ambiente	Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias	190	164
		Participação no processo de licenciamento de unidades extractivas	179	
		Licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros	123	
Procedimentos de monitorização ambiental (ar e ruído)	Monitorização ambiental de ar e ruído	Exploração da rede de monitorização da qualidade do ar	81	92
		Avaliação de mapas e planos de ruído	102	
Procedimentos de pós-avaliação de projectos e de instalações licenciadas	Pós-avaliação de projectos e de instalações licenciadas	Implementação de processos de pós-avaliação em AIA	120	111
		Análise de relatórios exigidos em fase de licenciamento	113	
		Desenvolvimento de serviço multi-canal de comunicação de dados de auto-controlo das emissões gasosas	100	
Projectos e estudos em matéria ambiental	Desenvolvimento de projectos e estudos em matéria ambiental	Acompanhamento técnico e ou financeiro de protocolos/projectos da área da DSA ("GISA" e "Reabilitação para Valorização e Qualificação Ambiental")	90	88
		Resposta a solicitações de parecer por parte do QREN	86	
Sistematização e divulgação de informação ambiental	Sistematização e divulgação de informação ambiental	Disponibilização online de processos de Avaliação Ambiental	100	71
		Disponibilização ao público de dados de qualidade do ar	113	
		Sistematização de informação produzida ou disponível sobre ar, ruído e resíduos para o CODR	0	

Actividades mais relevantes desenvolvidas em 2011

A actividade da DSA distribui-se, na sua maioria, por três áreas de actuação:

- Gestão de resíduos;
- Avaliação ambiental (a cargo da DAAMB)
- Licenciamento das actividades industrial, pecuária e extractiva (a cargo da DLMA).

Gestão de Resíduos

Foram avaliados 56 processos, entre licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros (incluindo averbamentos e renovações) e pareceres relativos a valorização agrícola de lamas. Verificou-se um acréscimo relativamente a 2010 – 41 processos.

Apesar de se conseguir atingir e superar o objectivo de reduzir os prazos de resposta, nas condições em que ele foi formulado, há muitos processos cujos prazos de resposta foram ultrapassados, o que determina a necessidade de rever a formulação dos objectivos, dos indicadores e das metas para 2012; igualmente não se procedeu ao acompanhamento dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos, através da avaliação dos relatórios produzidos por estes Sistemas, dadas as limitações em termos de recursos humanos nesta área de actuação, já sobejamente conhecidas. Neste sentido, foi solicitado o apoio dos SSB, mas que terá que ser mais acompanhado e acertado entre a DSA e os SSB e melhor definidos os trâmites desta cooperação, que em 2011 não atingiu nenhum resultado digno de nota.

Avaliação Ambiental

Em número total de processos, a actividade da DAAMB foi muito idêntica a 2010, embora com um ligeiro aumento relativo no que respeita a processos aqui desenvolvidos enquanto Autoridade de AIA:

EIA (enquanto AAIA) – 13 (12 em 2010)

EIA (em representação) – 11 (11 em 2010)

RECAPE (em representação) – 1 (6 em 2010) e 2 enquanto AAIA (sem termo de comparação em 2010)

Concluíram-se também 3 processos de Estudos de Incidências Ambientais (EIncA) para instalações de centros electroprodutores que utilizam fontes de energia renováveis, encontrando-se outros em curso, o que demonstra a manutenção do interesse e consequente investimento nesta matéria.

Iniciaram-se 6 processos de pós-avaliação, que traduzem a entrada em obra de outros tantos projectos anteriormente avaliados e superiormente decididos quanto ao seu impacte ambiental.

Manteve-se a disponibilização online dos processos de AIA e AIncA em fase de consulta pública, permitindo o download de todos os documentos que constituem o EIA ou o EIncA, e entrou em funcionamento uma aplicação que viria a melhorar esta situação e permitir a

utilização de uma plataforma colaborativa entre todas as entidades que constituem as comissões de avaliação dos processos.

Licenciamento das Actividades Industrial, Pecuária e Extractiva

A maioria das actividades de licenciamento da DLMA recai nos processos REAI e REAP e na apreciação e aprovação de PARP de pedreiras, com conseqüente definição das respectivas cauções, tendo sido verificado um acréscimo de processos analisados: 61 contra 37 em 2010 .

Prosseguiram as actividades de pós-avaliação, através da análise de relatórios de autocontrolo de emissões atmosféricas e de relatórios PCIP.

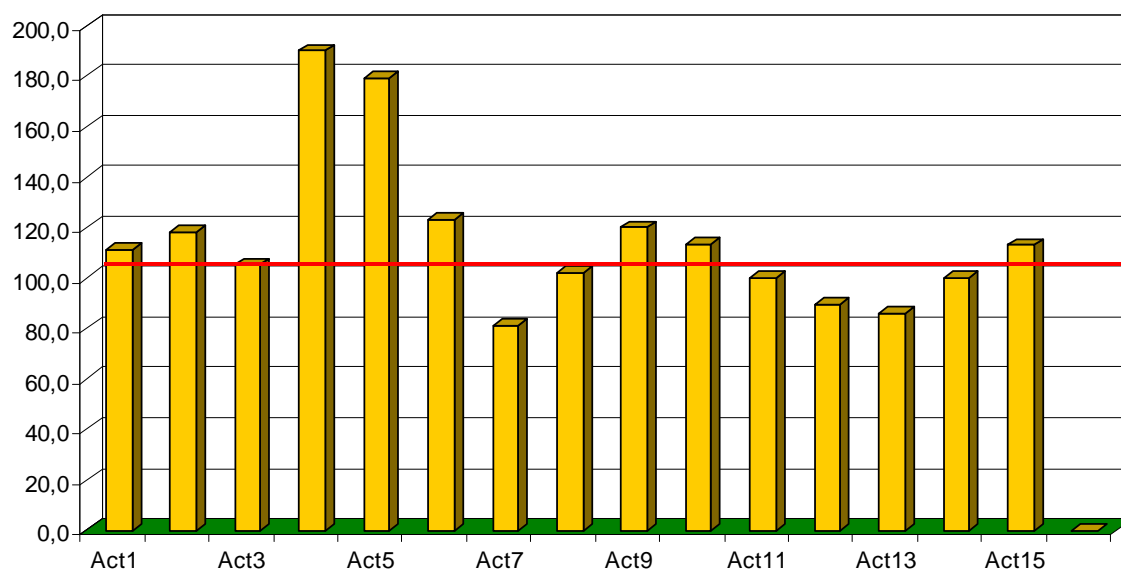
Colaborou-se internamente com a DSOT e com a DAAMB com a emissão dos pareceres solicitados no âmbito da revisão dos IGT e da avaliação de impacte ambiental.

As metas de alguns objectivos que dependem da execução do PIDDAC ficaram aquém do estabelecido, devido ao facto de ter surgido em Abril de 2011 um despacho do Ministro das Finanças a suspender a realização de despesa com efeitos a 31 de Março.

Também as metas estabelecidas para as 3 áreas de actuação e que pretendem reduzir os prazos de resposta, de forma a melhorar o desempenho diante dos utentes/requerentes, deverá ser revista em 2012, dado que foi amplamente ultrapassada, porventura devido à utilização de plataformas electrónicas gerais (caso do REAI), bem como à "internalização" dessa necessidade em todos os colaboradores da DSA, que desta forma organizam o seu trabalho tendo em vista esse objectivo.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	10	62,5
Atingiu	2	12,5
Não Atingiu	3	18,8
Sem execução	1	6,3
Total	16	100,0
Avaliação Média	108,2	
Desvio Médio	25,2	
Desvio Padrão	41,4	



2.3.5 Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local

O que se fez em 2011?

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %
Cooperação Técnica e Financeira	Cooperação Técnica e Financeira	Cooperação Técnica e Financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e Suas Associações e Particulares	102	102
Caracterização da Região	Conhecer a Realidade e Dinâmica Financeira Autárquica	Análises Financeiras Regionais - Administração Local	110	120
		Estudo das Finanças Municipais (2003/2010) - Análise por Município	140	
		Validação entre as Prestações de Contas Municipais e o SIIL (DGAL)	105	
	Actualização da Informação para a DSDR	Tratamento da informação disponível das autarquias (área financeira e cooperação), pareceres jurídicos e contra-ordenações	124	
Cooperação Institucional	Apoio Técnico e Financeiro às Autarquias	Apoio Técnico às Autarquias Locais	210	128
		Acompanhar a execução do Plano Oficial de Contabilidade Para as Autarquias Locais (POCAL)	108	
		Acompanhar os processos relativos à Administração Local (Fundo Social Municipal e Outros)	113	
	Grupos de Trabalho (Engenharia Militar, SATAPOCAL, Coordenação Jurídica)	Participação em reuniões	105	
		Elaboração de propostas	105	
Contra-Ordenações	Processos de Contra-Ordenação	Instauração de Processos de Contra-Ordenação no âmbito do Ambiente e Conservação da Natureza	142	149
		Instauração de Processos de Contra-Ordenação no âmbito do Ordenamento do Território	167	
		Instrução de Processos de Contra-Ordenação	140	
Colaboração com os Serviços da CCDRA	Apoio Jurídico aos Serviços da CCDRA	Elaboração de pareceres e esclarecimentos de natureza jurídica aos Serviços da CCDRALentejo	121	121
Modernização Autárquica	Rede do Conhecimento - CCDRA / Plataforma Autárquica	Acessibilidade à Rede de Conhecimento	131	131

Actividades Mais Relevantes Desenvolvidas em 2011

Neste ano a Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL) desenvolveu um conjunto de actividades que, de forma sintética e por Divisão, passamos a apresentar:

Divisão de Apoio Jurídico (DAJ)

A actividade da DAJ desenvolveu-se em conformidade com as competências que lhe estão atribuídas, nomeadamente nas três grandes vertentes: Apoio aos Serviços da CCDRA, Apoio às Autarquias Locais e Instrução de Processos de Contra-Ordenação, constituindo estas duas últimas objectivos operacionais fixados no QUAR 2011.

No âmbito do apoio jurídico aos órgãos das autarquias locais e suas associações, registou-se, por parte destes, uma cadência regular da procura dos pareceres propiciados pela DAJ, tanto ao nível das consultas formais (escritas) como das informais (telefónicas sobretudo, mas também presenciais).

Foram emitidos 133 pareceres jurídicos escritos, assim distribuídos, por tipo de entidade consulente:

95 Pareceres para Municípios

30 Pareceres para Freguesias

8 Pareceres para Comunidades Intermunicipais

Relativamente às matérias que serviram de base à consulta destaca-se o regime jurídico aplicável aos recursos humanos da administração local, confirmando uma vez mais uma constante observável de há vários anos a esta parte. A densa legislação vigente, aliada a uma ainda recente reestruturação de carreiras vínculos e remunerações e os constrangimentos de contenção de despesa associados ao recrutamento e gestão de pessoal suscitam inúmeras dúvidas na sua aplicação a situações práticas, colocadas pelas câmaras municipais e juntas de freguesia.

Na área dos eleitos locais, os pedidos de parecer sobre o seu regime remuneratório adquiriu também alguma notoriedade. Para além das habituais questões acerca do funcionamento dos órgãos, no que se refere à gestão autárquica assumiu igualmente significado a quota-parte de pedidos de parecer sobre o regime jurídico da urbanização e da edificação.

Ao nível da consultadoria informalmente prestada aos serviços das autarquias locais, foram registados acima de 340 atendimentos telefónicos, incluindo 8 reuniões presenciais, a solicitação de eleitos ou dirigentes.

Na sua maioria solicitados por câmaras municipais (cerca de 60%), a tipologia de pedidos de esclarecimento jurídico mais frequente revela-se coerente com a dos pedidos de parecer escritos: interpretação e aplicação de regras relativas a procedimentos concursais, ao regime do contrato de trabalho em funções públicas remuneratório e à avaliação do desempenho.

Na vertente do Apoio Jurídico aos serviços da CCDRA, foram emitidos 42 pareceres escritos, assim distribuídos, por órgãos:

- 15 Pareceres para a Presidência e as Vice-Presidências
- 4 Pareceres para a Direcção Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira
- 20 Pareceres para a Direcção de Serviços de Ordenamento do Território
- 2 Pareceres para Direcção de Serviços de Ambiente
- 1 Parecer para a Direcção de Serviços de Fiscalização

Também neste âmbito foi permanentemente assegurado apoio jurídico informal aos serviços da CCDRA, registando-se cerca de 75 reuniões de trabalho.

Na vertente das contra-ordenações ambientais, foram instaurados 39 novos processos, num total de 115 em instrução, tendo sido concluídos 69, assim distribuídos:

- 11 em matéria relativa ao regime geral de resíduos
- 25 em matéria de regimes de resíduos e de veículos em fim de vida
- 2 propostas para decisão da IGAOT, em matéria de veículos em fim de vida
- 11 em matéria de queimas a céu aberto
- 3 em matéria relativa ao regime de Reserva Ecológica Nacional
- 11 em matéria de conservação da natureza e biodiversidade
- 2 em matéria de resíduos da construção e demolição
- 2 em matéria relativa ao regime do ruído
- 2 em matéria relativa ao regime de publicidade

Outras tarefas foram desenvolvidas durante 2011, de entre as quais se realçam:

A disponibilização da informação acerca dos pareceres jurídicos e das contra-ordenações junto da DSDR.

A divulgação dos pareceres jurídicos relacionados com a administração local, na plataforma electrónica “Rede de Conhecimento”, com vista a seu acesso, designadamente por parte das autarquias.

A preparação e participação em 2 Reuniões de Coordenação Jurídica em matéria de Apoio à Administração Local, agendadas e organizadas pela Direcção-Geral das Autarquias Locais.

A colaboração com a ATAM (Associação dos Técnicos Administrativos Municipais) em Reunião de Aperfeiçoamento Profissional, com apresentação de comunicação em matéria do SIADAP.

A preparação de peças processuais e acompanhamento das acções administrativas interpostas de decisões da CCDRA, em articulação e colaboração com a Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e de Contencioso da Secretaria-Geral do ex-MAOT.

A apreciação preliminar e o acompanhamento de recursos hierárquicos interpostos de decisões da CCDRA.

A colaboração na apreciação jurídica e fundamentação das respostas a interpelações dos Serviços do Ministério Público e dos Tribunais (nomeadamente em matéria de ordenamento do território), bem como a relatórios de auditoria da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (pela CCDRA), e da Inspeção-Geral de Finanças (pelo INALENTEJO).

Colaboração com os Técnicos Superiores Juristas do INALENTEJO na contestação de 2 acções administrativas interpostas de deliberações da Comissão Directiva.

Apoio jurídico, embora com menos regularidade a partir de Março, à Comissão Directiva e Secretariados Técnicos do INALENTEJO.

Em termos de balanço global dos conteúdos trabalhados pela DAJ no período em apreço, para além da constante procura de desempenhos eficientes demonstrada nos diferentes segmentos em que se decompôs a sua actividade, duas vicissitudes são dignas de nota.

Por um lado, o facto de a DAJ ter deixado de coordenar a emissão de pareceres jurídicos em matéria do INALENTEJO, a partir de 22 de Fevereiro, veio permitir reforçar o enfoque desta unidade orgânica, particularmente da sua chefia, na missão mais tradicional, e porventura mais emblemática, a que está adstrita: os pareceres às autarquias locais. Factor, este, que concorreu para o incremento da capacidade de resposta nesta vertente da actividade da DAJ.

Em contraponto, assinala-se o facto de as alterações registadas na composição da DAJ (nomeadamente as saídas de técnicos superiores para outras unidades orgânicas) condicionarem a planificação estabelecida e implicarem invariavelmente um esforço acentuado da chefia de divisão e de outros técnicos na conclusão de processos anteriormente atribuídos ao técnico que cessou funções, com vista à ultrapassagem de tal constrangimento face aos objectivos - fixados no plano de actividades e no QUAR - prosseguidos pela unidade orgânica. Esta circunstância foi particularmente sentida em 2011 no âmbito da instrução dos processos de contra-ordenação ambiental.

Divisão de Finanças Locais e Modernização (DFLM)

Foram executadas pela DFLM as seguintes actividades:

Acompanhamento de programas de financiamento com municípios, freguesias e particulares:

Programas de Financiamento	Candidaturas (nº)	Projectos Acompanhados (nº)	Despesa Apresentada, Elegível e Visada (€)
Contratos-Programa (DGAL)	1	3	888 807,21
Edifícios Sede Freguesia (DGAL)	1	1	87 341,80
Programa Equipamentos Urbanos Utilização Colectiva (Sub-Prog 2) (DGAL)	1	7	330 930,00
Protocolos Modernização Administrativa (DGAL)	0	1	5 802,18

Recepção, verificação de conformidade, emissão de parecer técnico e registo de candidaturas;

Acompanhamento financeiro dos projectos aprovados, processamento da despesa, registo de dados e emissão de informação às entidades financiadoras;

Apoio aos promotores e outros interessados (autarquias e particulares) na formalização de candidaturas, nos procedimentos de execução dos projectos e esclarecimento de todas as questões relacionadas com esta matéria;

Emissão de informação de situação, quer às entidades financiadoras, quer à Presidência.

Acompanhamento da aplicação do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL), nas autarquias locais e entidades equiparadas:

Participação em todas as actividades do grupo de trabalho de uniformização interpretativa, titulado como SATAPOCAL, criado pelo Despacho nº 4839/99 (SEALOT) de 22 de Fevereiro, coordenado pela Direcção Geral das Autarquias Locais, materializados em suportes técnicos (fichas de apoio técnico, memorandos, folhetos, etc.):

Uma reunião presencial (plenário) do SATAPOCAL;

Divulgação às autarquias locais e suas associações de 3 suportes técnicos;

Elaboração, por iniciativa desta CCDR, de 3 suportes técnicos;

Prestação de contributos a 5 suportes técnicos de iniciativa das outras CCDR ou da coordenação (DGAL).

Mencione-se o facto de esta Divisão ter sempre a preocupação de cumprir os prazos exigidos pela coordenação para emitirmos os contributos solicitados, e termos uma atitude positiva perante todas as actividades do SATAPOCAL.

Emissão de pareceres/entendimentos técnicos de cariz contabilístico e financeiro sobre questões solicitadas pelas autarquias locais consubstanciadas em:

34 email / ofício;

352 contactos telefónicos.

Recepção, registo e tratamento de informação financeira, proveniente dos documentos previsionais de 2011 e das prestações de contas de 2010 de municípios e respectivas associações, comunidades intermunicipais e freguesias do Alentejo.

Participação no Observatório de Dinâmicas Regionais (da responsabilidade da CCDR Alentejo), consubstanciada na actualização da matriz de dados contabilístico – financeiros dos municípios alentejanos.

Processo de validação de dados, analisando comparativamente a informação inscrita nas prestações de contas e documentos previsionais municipais de 2010 e 2011 do Alentejo e a inserta em plataforma electrónica (SIIAL) da responsabilidade da DGAL. Este processo é coordenado pela DGAL com a participação das CCDR. Este processo compreende as tarefas de verificação de dados e emissão de relatório aos municípios, sobre os erros encontrados, com a finalidade de estes efectivarem posteriormente a respectiva correcção. Este processo correu, da parte da CCDR, muito positivamente, cumprindo escrupulosamente com o tecnicamente exigido e antecedendo a sua execução relativamente ao prazo estabelecido, confirmando, assim, a óptima relação institucional entre a CCDR Alentejo e a DGAL.

Em matéria de Fundo Social Municipal (artigos 19º, 24º e 28º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), processo coordenado pela DGAL com a colaboração das CCDR, procedeu-se à recepção e validação das fichas trimestrais remetidas pelos 47 municípios, para o ano de 2010. Acresce-se o facto de cumprirmos esta tarefa com a devida correcção técnica e anteciparmos o prazo de execução em relação ao estabelecido pela coordenação.

Elaboração, para conhecimento e divulgação, do estudo titulado como “Relatório Preliminar de Execução Financeira – Municípios da Região Alentejo – 2010”, com base na informação financeira incerta nas prestações de contas dos 47 municípios alentejanos, numa agregação regional e por NUT.

Elaboração, numa quota de execução de 70 %, do estudo titulado como “Estudo das Finanças Municipais (2003/2010) – Análise por Município”, composto por registo (em colecção) município a município contendo a descrição, por intermédio de quadros e gráficos, relativos a 27 indicadores de gestão/económicos/financeiros e 14 variáveis financeiras pré-definidos, num processo evolutivo, no período temporal de 2003 a 2010.

Executou-se e finalizou-se em 2011, num prazo anterior ao estabelecido em Plano, o projecto, incerto também em QUAR, titulado como “Rede Conhecimento – CCDRA/Plataforma Autárquica”. Este projecto consiste numa plataforma electrónica de acesso das autarquias locais (municípios) à CCDR, com acesso certificado, em que estes, entre outras, podem consultar informação inserida no portal, colocar as suas questões à Comissão e disponibilizar a esta, documentos desmaterializados.

Das actividades desenvolvidas, apresentadas, numa perspectiva de avaliação de resultados, importa realçar os seguintes aspectos:

Resposta eficaz às solicitações em matéria de Pareceres Jurídicos (Internos e Externos) – devido ao facto de as intervenções não programadas (por parte dos Serviços) acontecerem em menor número do que em anos anteriores e de ter existido alguma preocupação em utilizar um esquema mais metódico e perspectivado

A resposta aos Processos de Contra-Ordenação também foi muito positiva – atendendo ao menor número de intervenções não programadas.

A óptima relação com a Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) – evidenciada pelo cumprimento dos prazos na validação dos dados (Prestação de Contas e Fundo Social Municipal).

Acompanhamento do POCAL – com evidências na documentação de apoio elaborada e nas respostas dadas, em tempo.

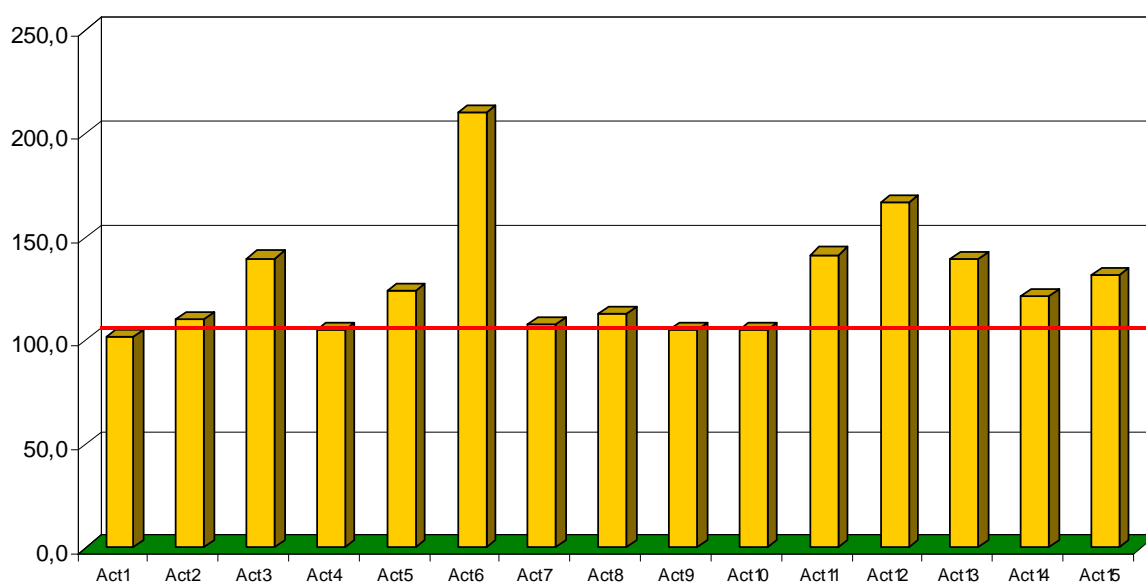
Elaboração de Estudos - onde é evidenciada a vida económica e financeira dos Municípios Alentejanos , através de uma série de indicadores.

RedeConhecimento CCDR/Plataforma autárquica - em pleno funcionamento, como instrumento privilegiado de comunicação com os Municípios.

Excelente relacionamento institucional com os Parceiros, no âmbito da Administração Local - especialmente a DGAL (como já foi referido) e a Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (ATAM), com quem temos vindo a colaborar nas suas iniciativas.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	15	100,0
Atingiu	0	0,0
Não Atingiu	0	0,0
Sem execução	0	0,0
Total	15	100,0
Avaliação Média	128,3	
Desvio Médio	21,3	
Desvio Padrão	29,2	



2.3.6 Direcção de Serviços de Fiscalização

O que se fez em 2011?

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %
Execução do Plano Anual de Fiscalização	PAF 2011	PAF 2011	115	115
Plano de Formação	Formação Ambiente	Formação SSB	0	0
		Formação SSL	0	
		Formação SSP	0	
	Formação Ordenamento do Território	Formação SSB	0	
		Formação SSL	0	
		Formação SSP	0	
Tratamento de reclamações/denúncias	Redução do prazo médio para tratamento de reclamações/denúncias	Resolução de denúncias no prazo médio de 60 dias úteis desde a data de recepção na DSF	125	125
Elaboração do auto de notícia	Elaborar o auto de notícia no menor número possível de dias	Elaborar o auto de notícia no menor número possível de dias	190	190

Actividades Mais Relevantes Desenvolvidas em 2011

O trabalho desenvolvido pela Direcção de Serviços de Fiscalização centrou-se nas seguintes vertentes:

Planeamento e Controlo da Actividade

A adopção de uma estratégia de relacionamento com o cidadão e com as demais entidades, baseada na transparência e no estrito cumprimento da Lei, designadamente no que respeita às comunicações que lhe são efectuadas; Neste caso, foram reformulados os textos de alguns ofícios normalmente expedidos pela CCDR Alentejo, passando a integrar em si a menção a toda a legislação enquadradora do assunto em causa, designadamente no que respeita aos direitos, liberdades e garantias do cidadão;

Reformulação de alguns procedimentos relativos ao registo e monitorização das actividades dos Serviços Sub-Regionais com vista à obtenção de estatísticas fiáveis, que permitam obter uma base de suporte consistente para a decisão estratégica;

Reformulação do conjunto de procedimentos relacionados com o acompanhamento da Campanha de Erradicação de Veículos em Fim de Vida, eliminando-se as bases de dados parciais e constituindo uma base de dados única, passando a sua gestão e monitorização a ser efectuada pela DSF permitindo, em consequência, uma maior fiabilidade nos dados obtidos

Fiscalização:

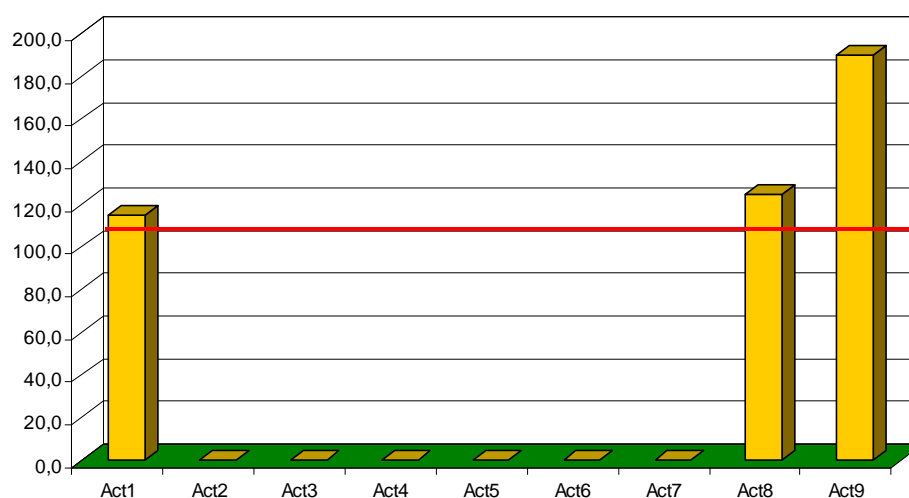
O Plano Anual de Fiscalização, cuja definição e cumprimento integral permitiu desenvolver acções de fiscalização em 61 operadores de gestão de resíduos licenciados pela CCDRA;

Verificação do cumprimento das Autorizações relativas ao Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional emitidas pela CCDRALentejo.

Toda a actividade de fiscalização não programada, reclamações e solicitações externas da qual resulta um número de 350 acções de fiscalização das quais resultaram 102 Autos-de-Notícia por ilegalidades detectadas.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	3	33,3
Atingiu	0	0,0
Não Atingiu	0	0,0
Sem execução	6	66,7
Total	9	100,0
Avaliação Média	47,8	
Desvio Médio	63,7	
Desvio Padrão	74,5	



2.3.7 Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativas e Financeira

O que se fez em 2011?

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %
Contribuir para a simplificação e modernização administrativa	Desmaterialização de processos na CCDRA	Implementação e actualização de aplicações na área da gestão financeira	150	139
		Implementação e actualização de aplicações na área da gestão de recursos humanos	167	
	Implementação do Sistema de Pagamentos On-line	Implementação do Sistema de Pagamentos On-line	100	
Desenvolver instrumentos de apoio ao desempenho dos colaboradores	Reestruturação do sistema de arquivo da CCDRA	Regulamentação do Funcionamento do Arquivo Geral da CCDRA	0	0
	Implementação de actividades de Higiene, Saúde e Segurança no trabalho	Implementação de Actividades de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	0	
	Implementação do Portal do Trabalhador	Implementação do Portal do Trabalhador	0	
Qualificar os recursos humanos	Executar o Plano de Formação da CCDRA para 2011	Executar o Plano de Formação da CCDRA para 2011	192	106
		Implementar uma metodologia de proactividade na execução do Plano de Formação	125	
		Implementar o Regulamento Interno de Formação	0	
Garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados	Melhoria da qualidade dos serviços prestados de carácter patrimonial, aprovisionamento, contabilístico e financeiro	Assegurar o funcionamento integrado de todos os módulos das aplicações de gestão de recursos humanos, gestão orçamental e aprovisionamento	56	112
	Melhoria do nível de execução do PIDDAC	Aumentar o nível de eficácia na concretização dos projectos PIDDAC	169	
Melhorar a eficiência nas actividades inerentes à DSAF	Melhoria da eficiência nas actividades inerentes à área de recursos humanos	Assiduidade e Remunerações	105	78
		Gestão de Carreiras e de Processos Individuais	0	
			Balanço Social	
	Melhoria da eficiência nas actividades inerentes à área de apoio geral	Arquivo e Expediente	102	
		Deslocações em Serviço	111	
	Melhoria da eficiência nas actividades inerentes à área de gestão patrimonial e aprovisionamento	Gestão do Património e Inventário	0	
		Gestão do Aprovisionamento	102	
	Melhoria da eficiência nas actividades inerentes à área de gestão financeira	Gestão Orçamental	100	
		Gestão de Tesouraria	105	

Actividades Mais Relevantes Desenvolvidas em 2011

Enquadramento Da Actividade

A Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira encontra-se definida como uma estrutura nuclear da CCDR Alentejo, nos termos da alínea e) do n.º 1 da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, tendo as suas competências definidas no artigo 6º do mesmo diploma legal, em função das quais foram delineados para o ano 2011 os diversos programas, projectos e actividades que serão agora objecto de avaliação.

Durante o período em análise, face a diversos constrangimentos orçamentais e administrativos, a CCDR Alentejo registou uma extrema dificuldade em implementar na sua plenitude e dentro das metas estabelecidas, alguns projectos e actividades a que se propôs.

O período de forte contenção orçamental que o país atravessa teve repercussões directas na actividade da CCDR Alentejo durante todo o ano de 2011, muito por força da fortíssima carga administrativa imprimida aos processos de realização de despesa, que em muitos casos inviabilizaram a sua realização em tempo útil durante este ano.

Paralelamente, durante o período em análise, foram desenvolvidas, internamente, algumas medidas que contribuiram para a redução da despesa, salientando-se um maior nível de planeamento e controlo sobre as deslocações em serviço, entre outras medidas de poupança directa de recursos, patentes no Despacho n.º 26-PRE/2011, de 31 de Março.

A política de aquisições centralizada ao nível da Agência Nacional de Compras Públicas e do próprio Ministério, através da Secretaria Geral, para diversas categorias de produtos, tem também vindo a representar algumas poupanças de significativas, num orçamento escasso, como é o da CCDR Alentejo. No entanto esta estratégia gera, com alguma frequência dificuldades de gestão operacional, decorrentes da morosidade dos procedimentos e de alguma desadequação dos *timings* de aquisição centralizada pela Unidade Ministerial de Compras (sediada na Secretaria-Geral do MAOT) face às necessidades efectivas de utilização dos bens e serviços.

Ao nível do PIDDAC, continua a registar-se uma redução dos montantes despendidos por esta CCDR em investimento público, por força do actual momento económico do país.

Em sùmula, o contexto geral em que se desenvolveu a actividade da Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira foi globalmente bastante desfavorável, dado que a situação orçamental da CCDR Alentejo tem vindo gradualmente a degradar-se tendo, por outro, lado sido necessária uma adaptação de todos os seus

recursos humanos a um novo contexto legislativo nas mais variadas áreas de actuação desta unidade orgânica, requerendo, desta forma, um esforço suplementar por parte de todos os seus efectivos.

Descrição do Trabalho Desenvolvido no Âmbito dos Objectivos Definidos

Concretizando seguidamente o trabalho desenvolvido na Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira, no ano 2011, no âmbito dos objectivos definidos anualmente para o Plano de Actividades e para o Quadro de Avaliação e Responsabilização pode concluir-se o seguinte:

Programa 1: Contribuir para a simplificação e modernização administrativa

No âmbito deste programa estavam previstas três actividades, designadamente, a implementação e actualização de aplicações nas áreas da gestão financeira e da gestão dos recursos humanos e ainda a implementação do sistema de pagamentos on-line.

Tratando-se de um ano económico em que foram introduzidas diversas alterações legislativas e procedimentais, procedeu-se à actualização das aplicações de gestão de recursos humanos, por forma a permitir dar cumprimento a essas alterações, tais como:

Actualização da aplicação de vencimentos para cálculo da sobretaxa de IRS;

Actualização da aplicação de vencimentos para cálculo da redução remuneratória prevista na Lei do Orçamento de Estado para 2011.

Actualização da aplicação de vencimentos para preparação e extracção automática de mapas específicos de recursos humanos que integram os Pedidos de Libertação de Créditos mensais para pagamento de vencimentos;

Actualização da aplicação de vencimentos para integração com a entrega de descontos e de contribuições para a ADSE;

Actualização da aplicação de vencimentos para adaptação ao novo regime contributivo da Segurança Social.

Implementação, em cumprimento da meta estipulada, do sistema de pagamentos on-line, que veio contribuir para uma melhor oferta de serviços ao cliente, na área financeira.

Implementação da plataforma de SMS, que potencia os benefícios instalados com a plataforma de pagamentos on-line, tornando mais ágil e célere a comunicação com os clientes, permitindo desta forma uma gestão mais eficaz da receita;

Actualização do módulo de guias de receita, tendo em vista a interligação com a Plataforma de Pagamentos on-line.

Programa 2: Desenvolver instrumentos de apoio ao desempenho dos colaboradores

As actividades previstas ao nível deste programa eram as seguintes:

Regulamentação do Funcionamento do arquivo geral da CCDRA, que não foi possível implementar, em função da cessação antecipada do contrato de estágio com licenciado na área do arquivo e documentação, no âmbito do Programa de Estágios Profissionais para a Administração Pública Central (PEPAC), uma vez que a CCDRA não dispõe de outros recursos com conhecimento técnico especializado que permita a prossecução deste objectivo.

Implementação de actividades de higiene, saúde e segurança no trabalho, actividade não cumprida pois, apesar de terem sido propostas três medidas de carácter relevante nesta matéria, as fortes restrições administrativas e orçamentais que vigoraram durante o ano 2011 impossibilitaram o seu desenvolvimento em tempo útil.

Implementação do Portal do Trabalhador, medida também não implementada, pelos motivos acima evocados.

Programa 3: Qualificar os Recursos Humanos

Este programa integra a actividade “Executar o Plano de Formação da CCDRA para 2011”, que constitui um objectivo do QUAR/2011, em conformidade com o previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2010, de 17 de Novembro, que foi amplamente superado, com uma taxa de cobertura de efectivos em formação de 48%, face aos 35% definidos como meta para o corrente ano.

Esta actividade, era ainda complementada em 2011, com as seguintes actividades, em matéria de qualificação de recursos humanos:

Implementar uma metodologia de proactividade na execução do Plano de Formação, a qual foi cumprida, com a apresentação de todas as propostas de formação previstas no Plano de Formação para 2011.

Implementar o Regulamento interno de Formação, não tendo a meta para esta actividade sido atingida, por escassez de recursos humanos qualificados disponíveis para o efeito, dadas as inúmeras tarefas de carácter legal ou processual que gradualmente vão sendo acrescidas ao lote de competências do pessoal que exerce funções nesta área.

Programa 4: Garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados

No âmbito deste programa, foram consideradas as seguintes actividades:

Assegurar o funcionamento integrado de todos os módulos das aplicações de gestão de recursos humanos, gestão orçamental e de aprovisionamento, verificando-se o cumprimento desta actividade, no que se refere à integração entre o módulo de recursos humanos e a gestão orçamental, no entanto com défice de cumprimento no que se refere à integração entre o aprovisionamento e a gestão orçamental, em função de fortes constrangimentos ao nível dos recursos humanos disponíveis e habilitados à implementação desta integração.

Aumentar o nível de eficácia na concretização dos projectos PIDDAC, actividade que apesar superada, na sua globalidade, não pode deixar de transparecer as enormes dificuldades de concretização, em reflexo das fortes medidas de contenção orçamental que vigoraram durante todo o ano 2011, entre as quais se salientam o Despacho de 28 de Abril do Sr. Ministro das Finanças, que forçou os serviços a solicitar pedidos excepcionais de autorização para assumir grande parte dos compromissos previstos para 2011, cujos despachos de autorização foram proferidos a 28-12-2011, a implementação dos procedimentos previstos na Portaria n.º 4-A/2011, de 3 de Janeiro, que determinam a necessidade de pedido de parecer prévio vinculativo para o desenvolvimento de procedimentos de aquisição, processos estes bastante morosos e que enviesaram a capacidade de execução do PIDDAC de todos os serviços da CCDRA.

Programa 5: Melhorar a eficiência nas actividades inerentes à DSAF

Através deste programa, pretendeu-se aferir o nível de qualidade global dos serviços prestados nas diversas áreas regulares de competência da DSAF, tais como a gestão da assiduidade e processamento de remunerações, e gestão de todos os processos inerentes aos recursos humanos, o expediente, as deslocações em serviço e demais acções de apoio geral, a gestão patrimonial e de aprovisionamento, e ainda a gestão orçamental e de tesouraria.

Globalmente, apesar de alguns défices de cumprimento justificáveis face à actual conjuntura, pode dizer-se que se atingiu um nível de cumprimento satisfatório neste programa.

Outras Actividades Regulares Desenvolvidas

Para além das actividades acima identificadas, não podemos deixar de realçar outras actividades, não explicitadas directamente no Plano de Actividades, mas que assumem um carácter relevante no desempenho global da DSAF, sobretudo pelo nível de envolvimento dos recursos humanos que é normalmente exigido para a sua concretização:

Assim,

Foi elaborada a proposta de Orçamento para 2012.

Foram apresentados todos os documentos previsionais de carácter financeiro e os documentos de controlo e acompanhamento da execução orçamental, mediante as mais diversas solicitações, incluindo a Secretaria-Geral do ex-MAOT, e do actual MAMAOT, a Direcção Geral do Orçamento, a Inspecção Geral do Ambiente e Ordenamento do Território, entre outras.

Foram apresentadas, dentro do prazo, as contas de gerência e demais documentos e relatórios de prestação de contas, relativos ao ano 2010.

Foi garantida a execução financeira dos vários programas e projectos, integrados no PIDDAC, ou outros, com ou sem componente comunitária, com a colaboração das diversas unidades orgânicas intervenientes nos respectivos projectos; No caso dos projectos co-financiados, foi assegurada ainda a preparação e apresentação de todas as candidaturas ao respectivo co-financiamento.

Foram desenvolvidas todas as acções possíveis, face aos recursos humanos e financeiros disponíveis, para assegurar a gestão, manutenção, conservação e segurança do património, instalações e equipamentos.

Foi assegurado, na medida dos recursos existentes e do legalmente possível o fornecimento de bens de utilização corrente, tendo ainda sido garantido o permanente registo e controlo das movimentações de armazém.

Foram desenvolvidos os processos de aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento dos serviços, bem como inerentes ao cumprimento dos objectivos estabelecidos para os projectos PIDDAC executados, dentro das limitações legais e procedimentais já identificadas.

Foram instruídos inúmeros processos relativos aos recursos humanos, designadamente, processos de recrutamento de pessoal integrado nas carreiras de Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional.

Foram instruídos diversos processos de aposentação de pessoal.

Foi efectuado o levantamento de necessidade de formação que deu origem à implementação das actividades previstas no Programa 3 – Qualificar os Recursos Humanos, e foi efectuada a gestão das candidaturas correspondentes ao financiamento comunitário aprovado através do POPH.

Foram efectuados os procedimentos inerentes à avaliação do desempenho dos recursos humanos, relativamente aos desempenhos do ano 2010.

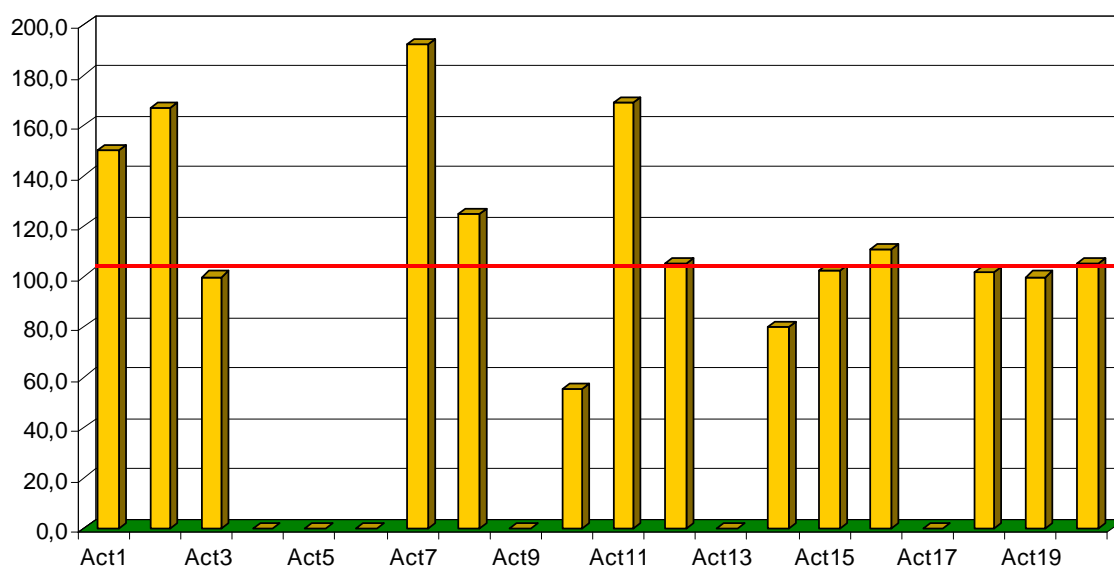
Foi, ao longo do período em avaliação, assegurado o sistema de registo, acompanhamento, controlo e arquivo do expediente; Saliencia-se, nesta matéria o esforço contínuo que tem vindo a ser desenvolvido para a racionalização dos espaços de arquivo semi-activo, com o apoio de pessoal recrutado ao Centro de Emprego, no âmbito dos programas ocupacionais, e que tem permitido, para além da racionalização do espaço, a reutilização de diverso material de economato.

Foram implementadas diversas medidas de modernização administrativa no âmbito da actividade da Direcção de Serviços.

Foi prestado todo o acompanhamento ao trabalho realizado pelo Fiscal Único da CCDR Alentejo.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	10	50,0
Atingiu	2	10,0
Não Atingiu	2	10,0
Sem execução	6	30,0
Total	20	100,0
Avaliação Média	83,2	
Desvio Médio	53,0	
Desvio Padrão	63,9	



2.3.8 Divisão da Cooperação Inter-Regional

O que se fez em 2011?

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %
Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal 2007-2013	Gestão do POCTEP	Auditoria de despesas	89	83
		Assessoria técnica	110	
		Participação nos órgãos de gestão	50	
Cooperação Territorial transfronteiriça	Desenvolvimento territorial da Comunidade de Trabalho EUROACE	Dinamizar a Comunidade de Trabalho Eurorregião EUROACE	110	169
		Comunicação, promoção e divulgação	200	
	Implantação da Comunidade de Trabalho EUROAAA	Implementar a Comunidade de Trabalho Eurorregião EUROAAA	147	
		Comunicação, promoção e divulgação	220	
Cooperação Territorial transnacional	Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças ACE (GITACE)	Execução do projecto GIT ACE IV	67	59
		Implementação do projecto GIT EUROACE	0	
	Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças AAA (GITAAA)	Execução do projecto GIT AAA	161	
		Implementação do projecto GIT EUROAAA	10	
Relações internacionais de cooperação e promoção	Cooperação territorial Interregional e transnacional	Dinamizar programas de cooperação transnacional e interregional	131	101
		Participação em entidades europeias representativas de espaços específicos	12	
		Participação em projectos de cooperação transnacionais e interregionais	160	
	Promoção externa	Eventos internacionais de promoção e difusão da cooperação territorial	100	

Actividades Mais Relevantes Desenvolvidas em 2011

A execução das actividades da DCI previstas para 2011 sofreram, necessariamente, as limitações impostas do ponto de vista financeiro e normativo à generalidade do País, mormente ao sector público.

Assim, verificaram-se atrasos muito consideráveis na deliberação e autorização de execução de estudos, como o integrado no Projecto Pirene IV, internamente tramitado, mas que não foi objecto de autorização atempada pelas instâncias ministeriais competentes, comprometendo irremediavelmente a sua execução. Tal não impediria, no entanto, que se

mantivesse um acompanhamento permanente das acções promovidas por terceiros e por parceiros daquele projecto europeu e se promovesse a reflexão, mantendo viva e activa a participação e o empenhamento regional neste projecto estratégico.

Também a linha editorial sofreu do mesmo tipo de limitação, facto que viria a impedir a adjudicação e publicação de uma importante obra sobre a Cooperação Transfronteiriça no decurso dos Programas Interreg.

A acção da DCI seria ainda limitada pelas fortes restrições impostas às deslocações ao estrangeiro, nomeadamente as que se referem a deslocações transfronteiriças e internacionais, de modo geral, factos que por si só inibiram uma mais permanente e activa acção de cooperação que, como é óbvio, tem de ser continuada e presencialmente participada e não apenas suportada por intenções reflexivas, analíticas e meramente executadas em contemplativas actividades de gabinete.

No entanto, e mesmo assim, seria possível, ainda que com moderada contenção e apreciável esforço, desenvolver um significativo conjunto de acções de cooperação transfronteiriça, transnacional e interregional, organizar eventos de projecção nacional e internacional, celebrar efemérides de destaque europeu, promover três importantes exposições de carácter divulgativo transfronteiriço, efectuar o lançamento de obras literárias de carácter técnico ou cultural, favorecer a implantação e fortalecer o intercâmbio sectorial e a implantação das duas Euroregiões em que o Alentejo participa, integrar eventos europeus com participações de relevante qualidade e interesse científico e proporcionar uma ampla e exhaustiva divulgação das actividades por que é responsável, através de diferentes plataformas, designadamente informáticas, mas também junto de entidades regionais e locais que levaram o nome e a acção da CCDR Alentejo, dos Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças e das Euroregiões EUROACE e EUROAAA a muitos e diversos lugares e populações, integrados nos mais diversos tipos de manifestações culturais, desportivas e empresariais.

Não se descurou, ainda, o papel formativo que cabe à DCI, organizando ou dando apoio à organização de cursos de iniciação e de aperfeiçoamento da língua espanhola, embora com limitações no número de acções que se pretendiam realizar ou apoiar.

Ainda nesta linha, foi possível proporcionar aos colaboradores oportunidades de formação, quer em áreas técnico/administrativas, quer em aprendizagem de línguas, quer em ambientes informáticos na óptica do utilizador.

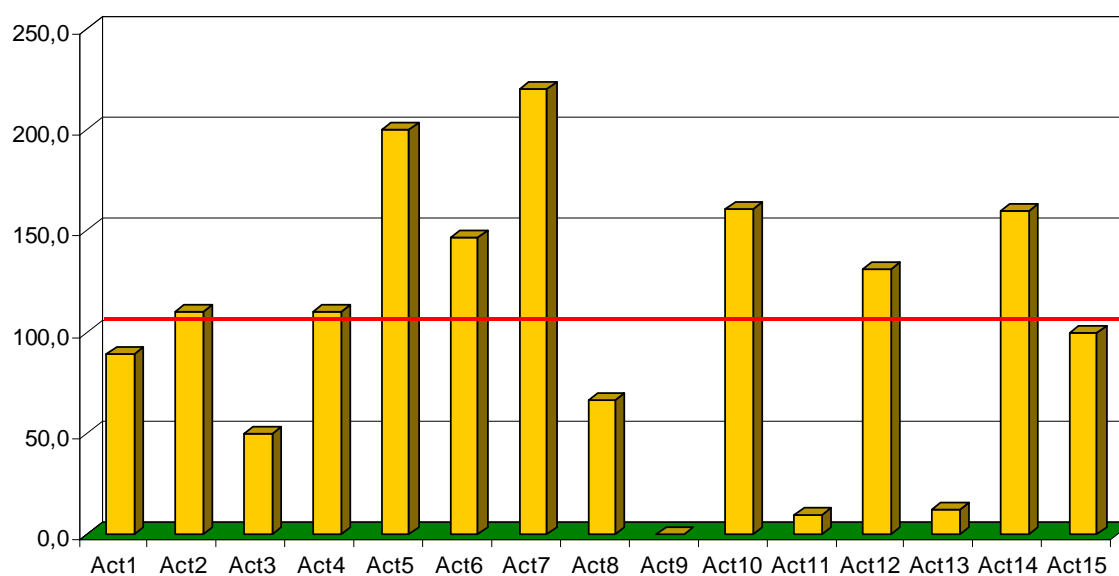
Pela sua importância regional e especial interesse social, não poderia deixar de relevar-se o trabalho de coordenação do projecto europeu WINNET8 que, após um intenso período de participação nos organismos de gestão e coordenação de nível internacional e regional produziria um Protocolo interinstitucional conducente à criação e participação nas actividades de um Centro de Recursos para o empreendedorismo que se encontra em implantação e promoverá o desenvolvimento pessoal e empresarial, especialmente feminino, em zonas e para populações com fortes limitações em termos de oportunidades e formação empresarial.

A actividade da DCI complementou-se pela participação nos órgãos de gestão e acompanhamento das entidades transfronteiriças, transnacionais e interregionais dos espaços e entidades em que a CCDR participa, e embora de forma limitada no contexto da sua participação física, não deixou de colaborar activamente com as entidades líder, elaborando pareceres e prestando assessoria técnica, promovendo e divulgando as iniciativas e difundindo as suas actividades. Estão nestas circunstâncias participações em projectos de cooperação como o Ulysses, no quadro da utilização de recursos comuns em contexto de ordenamento do território em zonas de fronteira, ou a aprendizagem de línguas em espaços transfronteiriços (Languages and Borders Network).

Sobressai ainda neste contexto o trabalho inerente ao desempenho das funções de Organismo Intermédio de Administração Regional do Programa POCTEP, integral e permanentemente desempenhado por uma técnica da DCI em estreita colaboração com a Coordenadora Regional, cuja qualidade e eficiência de trabalho positivas se revelaram na Auditoria externa levada a cabo por incumbência da IGF.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	8	53,3
Atingiu	1	6,7
Não Atingiu	5	33,3
Sem execução	1	6,7
Total	15	100,0
Avaliação Média	104,4	
Desvio Médio	53,7	
Desvio Padrão	67,8	



2.3.9 Divisão de Informação e Informática

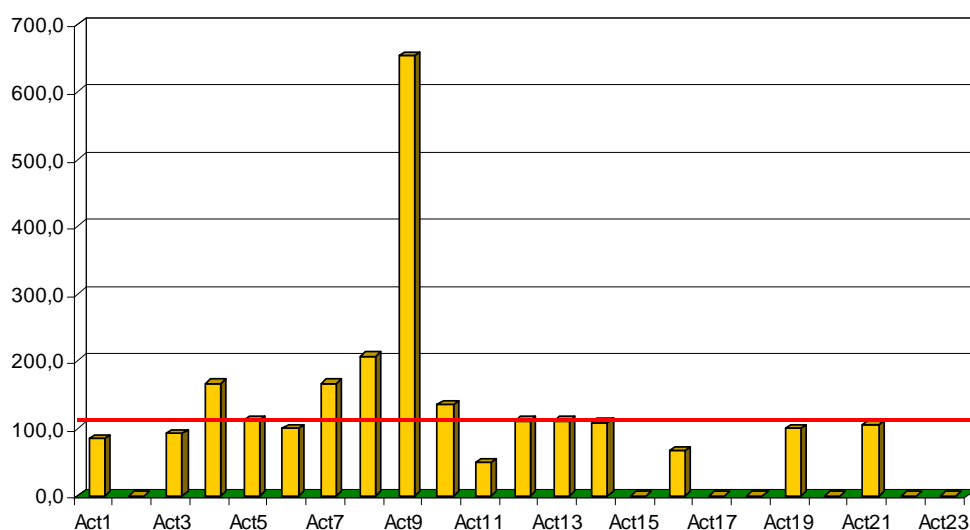
O que se fez em 2011?

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %
Desenvolvimento da Sociedade de Informação	Desmaterialização de processos na CCDR Alentejo	Reengenharia de Processos da CCDRA	86	43
	Consolidação do Processo de Gestão Documental	Monitorização da utilização da Aplicação	0	
Promoção e divulgação da actividade da CCDRA	Divulgação e disponibilização de informação sobre as actividades da CCDRA	Dinamização do Centro de Documentação	92	128
		Manutenção de "sites" da internet	167	
		Garantia de efectivação da actividade editorial	113	
		Suporte logístico à realização de eventos e certames de promoção e marketing institucional e territorial	100	
		Difusão interna da informação e de indicadores de natureza geográfica de apoio às atribuições da CCDR	167	
Gestão do sistema informático e informacional	Gestão dos recursos e dos meios disponíveis	Gestão dos Recursos Informáticos (Infra-estrutura)	207	211
		Gestão dos Recursos Informáticos (Infra-estrutura)	653	
		Gestão e Manutenção de Aplicações e Dados	135	
		Segurança dos Dados da Organização	50	
	Acompanhamento da aplicação do SIGPOA	Apoio à gestão do SIGPOA	111	
		Apoio à aplicação do SIGPOA na perspectiva do utilizador interno	111	
Tecnologias de informação no suporte ao ordenamento e gestão territorial e ambiental sustentável	Operacionalização do Sistema de Informação Geográfica de Apoio à Gestão e Avaliação do Plano Regional de Ordenamento do Alentejo	Modelo de Dados de Suporte ao SIG do PROT: conclusão da sua estruturação, compreendendo: a criação dos metadados em falta; a criação dos documentos que sintetizam o contexto e as normas orientadoras aplicáveis às componentes da informação geográfica.	108	39
		Inserção do SIG do PROT nas Infra-estruturas de Dados Espaciais (IDE) Nacionais, em particular no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT)	0	
		Desenvolvimento da aplicação WebSIG para o PROT Alentejo	67	
	Reforço da capacidade funcional e operacional do SIG da CCDR Alentejo	Processamento, com recurso às funcionalidades SIG, de informação geográfica de suporte ao desenvolvimento regional, territorial e ambiental, resultante de solicitações internas ou externas, com o correspondente reforço do SIG geral da CCDR Alentejo	0	

		Criação do Sistema de Indicadores Sócio-ambientais (SISA) de suporte à formulação de Análises Espaciais tendo em vista a definição de prioridades e o apoio à tomada de decisões.	0	
		Estruturação de Sistema de Informação de apoio à gestão e acesso aos processos de AIA	100	
		Participação no Projecto OTALEX C - Observatório Territorial e Ambiental Alentejo-Extremadura – Centro	0	
Processo de Reestruturação e Modernização Administrativa da CCDR Alentejo	Reestruturação e Modernização Administrativa da CCDR Alentejo	Modernização da infraestrutura de suporte à tecnologia de comunicações da CCDR Alentejo	107	36
		Remodelação do Centro de Dados e implementação de procedimentos em conformidade com as Normas de Segurança ISO/IEC 27000	0	
		Aquisição de meios de suporte à implementação da Assinatura Electrónica	0	

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	10	43,5
Atingiu	2	8,7
Não Atingiu	4	17,4
Sem execução	7	30,4
Total	23	100,0
Avaliação Média	103,2	
Desvio Médio	73,7	
Desvio Padrão	135,2	



2.3.10 Serviço Sub-regional de Portalegre

O que se fez em 2011?

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %
Garantir uma estratégia concertada de ordenamento do território resultante da aplicação da Política de Cidades e de Desenvolvimento Urbano, de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.	Assegurar as competências no âmbito do Ordenamento do Território	Gestão corrente da RAN e REN	105	104
		Emissão de pareceres sobre uso, alteração e transformação do solo;	105	
		Acompanhamento de planos de ordenamento do território e planos sectoriais	101	
Procedimentos de licenciamento de projectos e actividades	Redução de passivos ambientais	Acção de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	120	110
		Acção de dinamização para intervenção em locais de deposição ilegal de resíduos	100	
Procedimentos de monitorização ambiental (ar e ruído)	Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização	Acções de fiscalização realizadas no âmbito do plano anual	111	111
Apreciação e acompanhamento de projectos	Apoio à gestão do INALENTEJO	Apreciação e acompanhamento de projectos	100	100

Actividades Mais Relevantes Desenvolvidas em 2011

Ordenamento do Território

Participação nas reuniões convocadas pela Direcção de Serviços de Ordenamento do Território para esclarecimento de dúvidas e definição de formas de actuação, com todos os dirigentes e técnicos desta área.

Execução das tarefas relacionadas com a análise de pedidos de parecer sobre localizações, quer se trate de operações urbanísticas, de florestação, reflorestação, instalação de prados, pivots, condutas de rega, etc., no que respeita ao RJREN, ao RJUE, ao RJIGT, PGF (s), etc., bem como reuniões de acompanhamento de IGT (s). Este desempenho é feito em sintonia, quer com a DSOT, quer com as divisões DOET e DGT.

Nos SSP realizaram-se todas as CS (conferências de serviços) ou CD (conferências decisórias), da respectiva sub-região, para obtenção da posição única da administração central, necessária ao licenciamento camarário das diferentes operações.

Realizado o acompanhamento do Arq. estagiário Pedro Santos, no âmbito do PEPAC.

Realizaram-se igualmente reuniões com requerentes, públicos e privados para esclarecimento de dúvidas ou sugestões de actuação, que não estão quantificados no quadro a seguir apresentado.

Regime / Assunto	Procedimento		Processos (total)	
RJIGT	Parecer	7	21	
	Conferência de Serviços	11		
	Reuniões Plenárias / Sectoriais	3		
RJUE	Parecer Final	12	48	
	Conferência Decisória	36		
RJREN	Comunicação Prévia	13	43	
	Autorização	Informação		30
		Conferência de Serviços		4
QCA	Parecer	2	2	
PGF	Informação	13	13	
Outros assuntos		11	11	

Ambiente

Nesta área de actuação tiveram especial importância as acções de fiscalização e eliminação de passivos ambientais.

Desta forma para além do apoio à DSA, sempre que solicitado, nomeadamente ao nível dos licenciamentos industriais, foram efectuadas visitas de monitorização das condições de funcionamento, disponibilização para consulta pública, nas instalações dos SSP dos processos AIA (sujeitos a avaliação ambiental), acções de avaliação e medição de ruído, etc.

Foram efectuadas acções de fiscalização, articuladas com a DSF, cumprindo a 100% o PRAOR (Plano Regional de Acção para a Operação Resíduos), no que diz respeito a actuação programada e efectuando deslocações com relatório de campo, localização geo

referenciada e reportagem fotográfica, com vista à eliminação das situações detectadas ou em vias de resolução.

Foi feito o levantamento de autos de notícia e respectivos processos de contra ordenação nas situações que mereceram essa decisão superior.

	Resíduos	Rcd's	PRAOR	Reclamações	OT	AR	Ruído	VFV	Conserv. Natureza	Pedreira	Totais
Processos Abertos	1	11	-	5	5	-	-	1	-	-	23
Processos Encerrados	19	7	-	-	-	-	-	4	-	-	30
Informações	68	49	19	10	8	-	1	24	-	-	179
Folhas de Campo	44	20	-	7	4	-	1	16	-	-	92
Ofícios/ Notas Internas	9	8	-	2	6	-	-	4	-	-	29
Relatórios Vistoria/Inspeção	12	20	19	-	-	-	-	6	-	-	57
Acções de Fiscalização	54	39	19	10	4	-	1	7	3	-	152
Autos de Notícia	7	8	-	-	1	-	-	5	-	-	21

Administração Local

Nesta área de actuação as tarefas desenvolvidas relacionaram-se principalmente ao nível da cooperação e articulação com a DSAJAL/DFLM no que respeita à análise de candidaturas e acompanhamento de execução de investimentos co-financiados pelo OE/PIDDAC.

Foram igualmente analisadas, propostas a aprovação e acompanhadas as pequenas obras, co-financiadas pelo PEUC (Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva), no Sub-Programa – B, investimentos até um máximo de 100.000 €.

Projectos sem apoio comunitário

Neste âmbito foi acompanhada a execução de obras co-financiadas através do PRAUD (Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas), em articulação com a DSDR. (com muito fraca execução).

Projectos com apoio comunitário

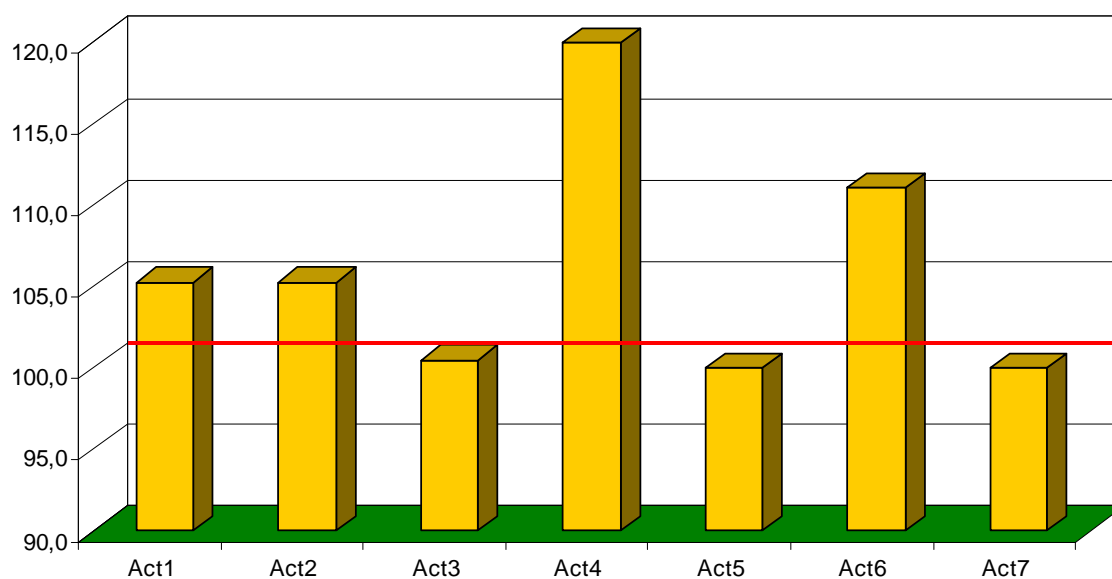
No âmbito do INALENTEJO, os técnicos alocados à UVT e UFC analisaram candidaturas e acompanharam as operações aprovadas, de acordo com instruções dos respectivos secretários técnicos, conforme consta do quadro respectivo.

Como aspectos mais positivos, há a referir o desempenho global dum serviço sub-regional, que, com cerca de 5% da dotação dos RH da Comissão, procurou dar resposta em tempo, às mais diversas solicitações nas áreas de competência da Comissão. O resultado, conjugado com um esforço, conseguido, na redução das despesas com ajudas de custo, combustíveis, etc., só foi possível graças à dedicação e “sacrifício pessoal” de alguns colaboradores e o apoio atempado de alguns sectores na sede.

Sobre as limitações, a que mais se faz sentir é a da impossibilidade em suprir as saídas de colaboradores, nas áreas do Ordenamento e Fiscalização.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	5	71,4
Atingiu	2	28,6
Não Atingiu	0	0,0
Sem execução	0	0,0
Total	7	100,0
Avaliação Média	106,0	
Desvio Médio	5,4	
Desvio Padrão	7,4	



2.3.11 Serviço Sub-regional do Litoral

O que se fez em 2011?

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %
Garantir a aplicação da Política de Cidades, do Desenvolvimento Urbano e a Conservação da Natureza e da Biodiversidade em coerência com a Estratégia de Ordenamento do Território Regional do PROTA	Acompanhamento dos processos de Avaliação Ambiental Estratégica de Planos e Programas, Avaliação de Impacte Ambiental de projectos, acompanhamento da incorporação das orientações, directrizes e normas do PROTA nos IGT e nos instrumentos da Política de Cidades.	Análise e emissão de pareceres sobre Definições de Âmbito, Relatórios Ambientais, Estudos de Impacte Ambiental.	0	41
		Pareceres sobre as diversas fases dos Instrumentos de Gestão Territorial.	102	
		Pareceres sobre Programas de Acção e Programas Estratégicos dos instrumentos da Política de Cidades Parcerias para a Regeneração Urbana e Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação.	0	
		Análise e procedimentos subsequentes de autorização ou registo de comunicação prévia no âmbito da aplicação do regime da REN.	105	
		Procedimentos inerentes ao regime Jurídico da Urbanização e Edificação.	0	
Procedimentos de monitorização ambiental	Monitorização da qualidade do ar	Exploração da rede de monitorização da qualidade do ar	81	81
Planos, Projectos e Protocolos em matéria ambiental	Apoio e desenvolvimento de planos, projectos e estudos e protocolos em matéria ambiental	Acompanhamento técnico e financeiro do Projecto GISA e Projecto de Reabilitação para Valorização e Qualificação Ambiental	578	578
Sistematização e divulgação de informação ambiental	Sistematização e divulgação de informação ambiental - QUALAR	Disponibilização ao público de dados de qualidade do ar	113	113
Execução do Plano Anual de Fiscalização	PAF 2011	Plano Anual de Fiscalização para a NUT III Alentejo Litoral	117	117

Actividades Mais Relevantes Desenvolvidas em 2011

Fazendo uma análise do que foi o ano de 2011 em termos de desempenho do Serviço Sub-regional do Litoral (SSL), podemos dizer que este foi bastante positivo. Como poderá

constatar-se pelos valores conseguidos como resultados para o Plano de Actividades de 2011, apenas duas metas não foram atingidas e, nesses casos, apenas e só por razões ligadas à contenção orçamental sobejamente conhecida. Deve salientar-se que neste serviço estavam 5 pessoas no início de 2011 e que, a partir de 30 de Agosto ficaram apenas quatro. Com a cessação de funções da Arq. Rita Soudo, que além de ocupar o cargo de chefe de divisão, também executava trabalho técnico nomeadamente na área do ordenamento do território, ficou este serviço sem técnicos qualificados na referida área. Todas as outras áreas mantiveram o nível de execução bastante elevado tais como a exploração da rede de monitorização da qualidade do ar da CCDR, o acompanhamento e execução das tarefas estabelecidas no protocolo de actuação no projecto GISA e as acções concertadas com Direcção de Serviços de Fiscalização e com a Direcção de Serviços de Ambiente. Na área do ordenamento do território, continuou-se a fazer a análise de todos os Planos de Gestão Florestal entrados e referentes à zona do Alentejo Litoral, enquanto que nos processos da área da Reserva Ecológica Nacional (REN) que exigem análise por técnicos habilitados para o efeito, quando nos chegam, são recebidos e introduzidos no Sistema de Gestão Documental e encaminhados para a Direcção de Serviços do Ordenamento do Território, tal como estabelecido quando da saída da Arq. Rita Soudo.

Assim, no que respeita à monitorização da qualidade do ar, a meta não foi possível de alcançar devido ao facto de, pelas razões orçamentais já referidas, não ter sido possível fazer a manutenção correctiva e/ou preventiva a alguns dos analisadores das nossas estações de monitorização o que fez com que a taxa de eficiência baixasse.

Na área da disponibilização de dados ao público através da base de dados nacional (www.qualar.org), a meta foi largamente ultrapassada, por, em meados de Março, a Agência Portuguesa do Ambiente nos ter solicitado a participação num programa europeu denominado de OzoneWeb ao qual aderimos. Esta situação implicou a recolha e envio de dados também na maioria dos domingos e feriados, contrariamente ao que tinha sido previsto inicialmente aquando do estabelecimento da meta.

No que diz respeito ao projecto GISA, foram efectuadas treze (13) campanhas com a estação móvel estando a última ainda a decorrer na cidade de Sines. O objectivo inicial era fazerem-se campanhas apenas nas sedes de concelho (5) mas, com o decorrer do projecto, a coordenação considerou ser uma melhor opção alargar-se a área de intervenção da estação móvel também a localizações mais rurais.

As campanhas previstas com amostradores passivos (tubos difusores) não foram realizadas por obrigarem a uma contratação para a execução de análises aos referidos amostradores, após exposição ao ar, despesa que não foi possível concretizar pelas razões orçamentais já referidas.

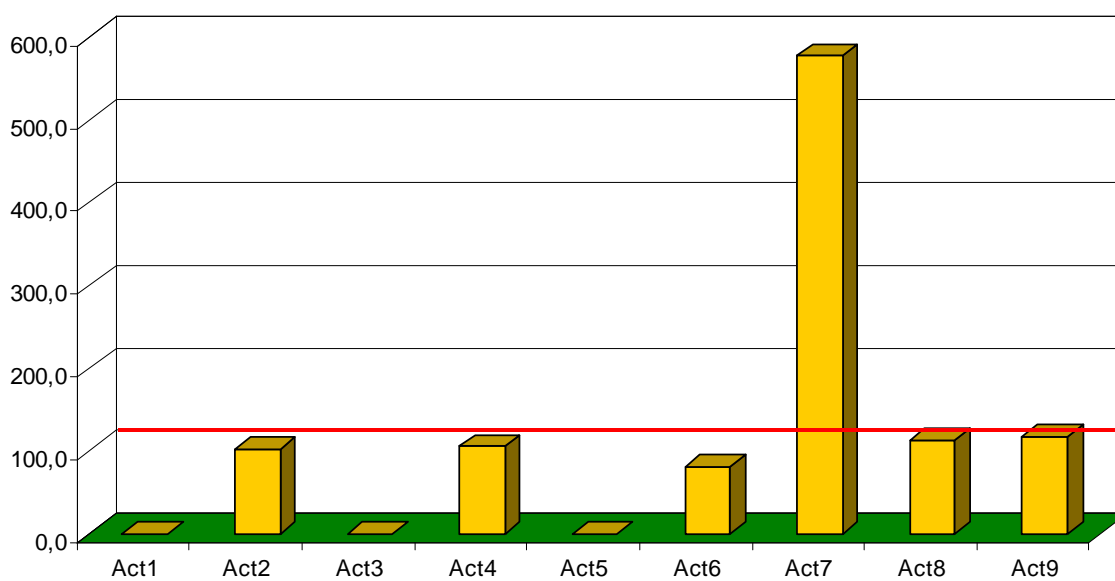
Quanto ao Plano Anual de Fiscalização, as metas foram todas alcançadas com sucesso, relevando-se aqui o facto desta ser uma nova tarefa que foi apresentada aos funcionários deste serviço que foi encarada com vontade de fazer bem e, por isso, souberam desempenhá-la com efectividade.

Na vertente do Acompanhamento dos processos de Avaliação Ambiental Estratégica, as metas foram todas alcançadas, nas actividades onde houve envolvimento do SSL, nomeadamente, na análise dos Planos de Gestão Florestal e na análise dos processo de autorização e comunicação prévia em área REN, estes últimos até ao final de Agosto pelas razões já atrás identificadas.

Posto isto, dizer que como aspectos positivos, deve realçar-se a disponibilidade, empenho e competência dos funcionários afectos a este serviço que, apesar de serem poucos em número, continuam a manter um excelente nível de resposta às solicitações do serviço tendo inclusive começado a desempenhar novas tarefas.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	5	55,6
Atingiu	0	0,0
Não Atingiu	1	11,1
Sem execução	3	33,3
Total	9	100,0
Avaliação Média	121,8	
Desvio Médio	101,4	
Desvio Padrão	178,6	



2.3.12 Serviço Sub-regional de Beja

O que se fez em 2011?

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %
Garantir uma estratégia concertada de ordenamento do território resultante da aplicação da Política de Cidade e, de Desenvolvimento Urbano, de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.	Assegurar as competências no âmbito do Ordenamento do Território	Gestão corrente da RAN e REN	100	78
		Emissão de pareceres sobre uso, alteração e transformação do solo;	105	
		Acompanhamento de planos de ordenamento do território e planos sectorial	28	
Procedimentos de licenciamento de projectos e actividades	Redução de passivos ambientais	Acção de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	0	47
		Acção de dinamização para intervenção em locais de deposição ilegal de resíduos	133	
	Licenciamento de projectos e actividades com repercussão no Ambiente	Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias	0	
		Participação no processo de licenciamento de pedreiras	0	
		Apoio no Licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros	100	
Procedimentos de monitorização ambiental (ar e ruído)	Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização	Acções de fiscalização realizadas no âmbito do plano anual	111	111
Apreciação e acompanhamento de projectos	Apoio à gestão de outros programas de iniciativa pública	Apreciação e acompanhamento de projectos	111	111

Actividades Mais Relevantes Desenvolvidas em 2011

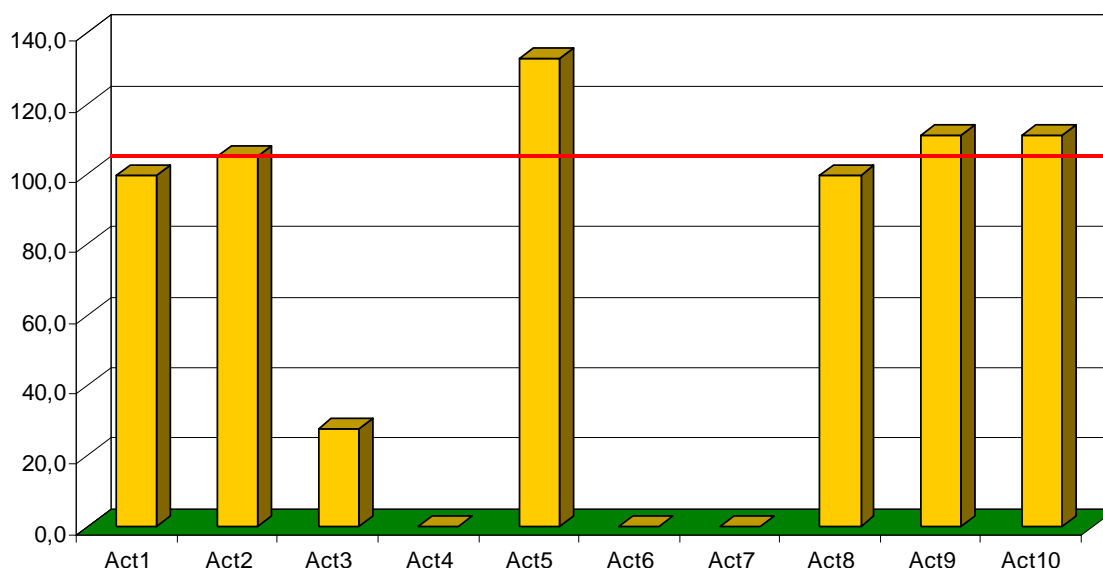
O desempenho do SSB em 2011 foi determinantemente influenciado positivamente por alguns factores que ocorreram durante o ano. Assim, o reforço da estrutura técnica na área do OT com mais um elemento que já havia entrado em 2010, mas que pela experiência acumulada e melhor conhecimento dos procedimentos e processos permitiu uma redução significativa do tempo de instrução dos mesmos. Positivamente será ainda de constatar o melhor conhecimento e experiência na utilização do sistema de gestão documental que, no caso de um serviço deslocalizado, tem uma importância fundamental no célere desenvolvimento e conclusão dos processos.

Negativamente temos a referir a saída durante o ano de um vigilante da natureza por aposentação que veio criar alguns constrangimentos no desenvolvimento das acções na área da fiscalização.

Por último referir a continua melhoria do desempenho na área do Apoio á gestão do INALENTEJO que, fruto da reestruturação que tem vindo a ser efectuada na afectação dos técnicos ás Unidades Operativas, permitiu uma rentabilização dos meios afectos á gestão do INALENTEJO.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	4	40,0
Atingiu	2	20,0
Não Atingiu	1	10,0
Sem execução	3	30,0
Total	10	100,0
Avaliação Média	68,8	
Desvio Médio	49,5	
Desvio Padrão	54,6	



2.3.13 Unidade de Controlo e Auditoria

O que se fez em 2011?

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %
Avaliação de sistemas de controlo interno	Acções de controlo e auditoria	Acções de controlo e auditoria	93	93
Prevenção de Corrupção e infracções conexas	Acompanhamento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e infracções conexas	Elaboração de Relatório de acompanhamento do Plano de 2010	105	105

Actividades Mais Relevantes Desenvolvidas em 2011

O ano de 2011 pode-se caracterizar como o ano de transição da UCIA – Unidade de Controlo Interno e Auditoria, pois a ausência de recursos humanos marcou este período. A partir do último semestre foi possível contar com 2 técnicos superiores, ainda que participando em outras actividades da CCDRA, mas mesmo assim foi possível cumprir as actividades programadas.

No âmbito das Acções de Controlo e Auditoria procedemos à elaboração do "Relatório de Auditoria de Seguimento das Recomendações constantes do Relatório da IGAOT de 2008" tendo em conta o previsto no Manual de Controlo Interno e Auditoria, aprovado em 26/02/2010.

O Relatório da IGAOT apontava para trinta e seis (36) recomendações para serem tidas em devida conta, das quais, em auditoria de seguimento, a IGAOT verificou que vinte (20) recomendações haviam sido acolhidas.

O trabalho da UCIA incidiu sobre as restantes dezasseis (16) recomendações ainda não acolhidas, tendo-se verificado que seis (6) já estavam implementadas, nove (9) estavam em diferentes estados de implementação e que apenas uma (1) recomendação ainda não tinha sido acolhida.

Outro vector da actuação da UCIA incidiu na monitorização do "Plano de Prevenção de Riscos e Infracções Conexas".

Da actividade desenvolvida, registada em relatório apresentado, podemos considerar que as medidas propostas pelos serviços e que integravam o Plano foram consideradas correctas e adequadas, contribuindo para eliminar e evitar os riscos de corrupção e infracções conexas identificados na CCDR Alentejo.

Quanto às medidas que se encontravam já implementadas, considerou-se que se deve continuar a assegurar a sua continuidade em 2011.

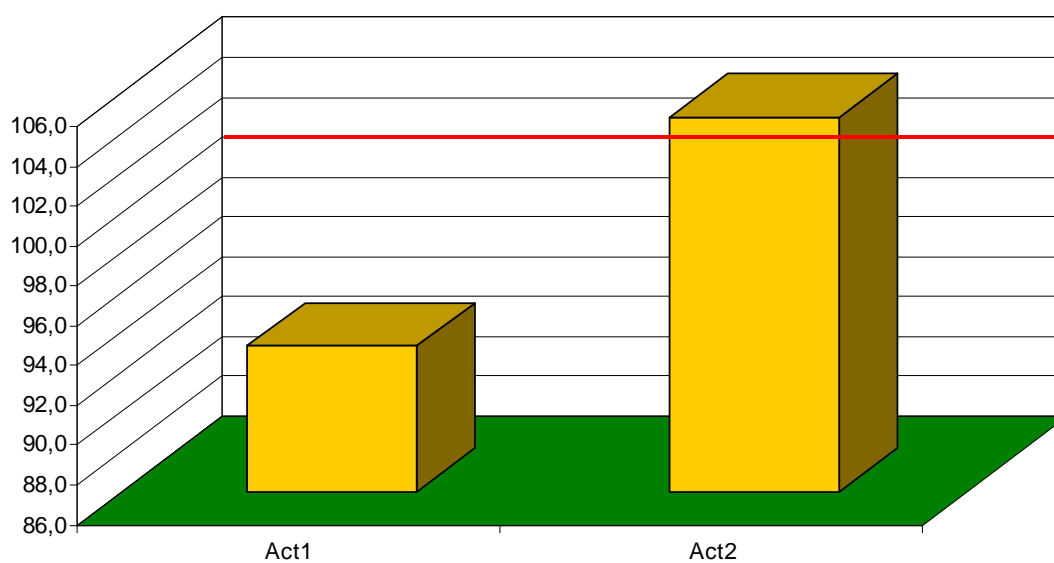
Já no que respeita às medidas ainda não implementadas, deve continuar-se a acompanhar a sua evolução no sentido de, em próximo relatório, já podermos apresentar a sua avaliação.

Os técnicos que integram a UCIA participaram ainda no desenvolvimento das seguintes actividades:

- a) Apoio na preparação de despachos, normas e regulamentos;
- b) Organização de dossiers sobre assuntos da área do Presidente;
- c) Apoio no desenvolvimento de realizações promovidas pela CCDR;
- d) Apoio ao Conselho Regional da CCDR;
- e) Participação no grupo de trabalho para a preparação da planificação estratégica de 2011;
- f) Colaboração na preparação do QUAR para 2011;
- g) Coordenação do projecto de Gestão e Reengenharia de Processos e sua implementação em aplicação de gestão documental.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	1	50,0
Atingiu	0	0,0
Não Atingiu	1	50,0
Sem execução	0	0,0
Total	2	100,0
Avaliação Média	99,1	
Desvio Médio	5,8	
Desvio Padrão	8,1	



2.3.14 Programa InAlentejo

O que se fez em 2011?

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %
Programa operacional do Alentejo - INALENTEJO	Apoio a Gestão do INALENTEJO	Monitorização do programa INALENTEJO	100	114
		Desenvolvimento e acompanhamento do SIGPOA	105	
		Avaliação e reprogramação do Programa	136	
		Elaboração de pareceres de natureza jurídica	100	
	Dinamização e avaliação de candidaturas do INALENTEJO	Avaliação e análise de candidaturas do eixo 1, 2,3,4,5 e 6	112	
	Dinamização e acompanhamento da execução física e financeira das operações do INALENTEJO	Análise e proposta de validação da despesa apresentada dos pedidos de pagamento dos eixos 1, 2,3,4, 5 e 6 (assistência técnica)	99	
		Elaboração de relatórios de Verificação Física	117	
	Dinamização do plano de Controlo Interno do INALENTEJO	Realização de acções de controlo interno	156	
		Realização de acção de controlo aos Sistemas de Gestão e Controlo dos OI - Sistemas de Incentivos	129	
	Dinamização do Plano de Comunicação do INALENTEJO	Acções de promoção do INALENTEJO	100	
Acções de divulgação do INALENTEJO		100		

Actividades Mais Relevantes Desenvolvidas em 2011

A preparação da proposta da Reprogramação Técnica do INALENTEJO e a implementação das medidas decorrentes do Segundo Memorando de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, assinado no início do ano de 2011, foram duas actividades que apesar de não previstas no programa de actividades, determinaram um envolvimento bastante significativo de Autoridade de Gestão.

A Reprogramação Técnica apresentada à Comissão de Acompanhamento na reunião de Junho visou para além da alteração das taxas de co-financiamento, também a reestruturação dos Eixos, pelo que uma parte significativa do Programa teve de ser reformulada. O desenvolvimento desta acção, bem como dos esclarecimentos que necessário prestar à Comissão Europeia foi desenvolvida pelo secretariado técnico.

O Memorando de Entendimento se contribuiu de forma clara para melhor alguns aspectos menos positivos, nomeadamente os níveis de execução, também resultou num acréscimo de trabalho para o Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão, de que a título de exemplo se refere, um número bastante mais elevado do que estava previsto de processos de reprogramação financeira das operações já aprovadas.

A concretização de uma resposta adequada a estes desafios não obviou, apesar de ter não ocorrido qualquer reprogramação do Plano de Actividades, que se considere que este registou um grau de execução bastante satisfatório.

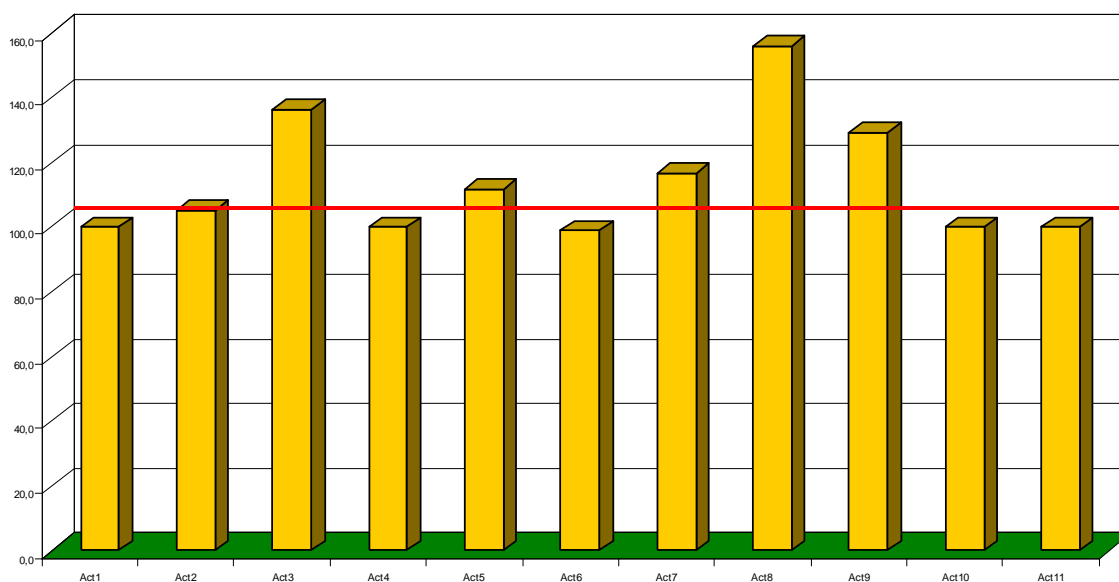
Os objectivos definidos para o conjunto dos 6 projectos, que integraram o Programa Actividades do INALENTEJO, foram na generalidade atingidos, tendo mesmo sido ultrapassadas em 35% das actividades programadas.

O não cumprimento das metas, também aconteceu, é um facto, e resultou claramente de opções prioritárias que foram superiormente determinadas, que visaram garantir um fluxo financeiro para os beneficiários das operações

Da análise do grau de concretização das metas preconizadas no Programa de Actividades, complementada com a dos indicadores de realização do INALENTEJO, nomeadamente a taxa de execução que duplicou , ou a de compromisso que no final do ano era de 85% é forçoso concluir que as acções desenvolvidas no ano de 2011 contribuíram de forma decisiva para a execução do programa.

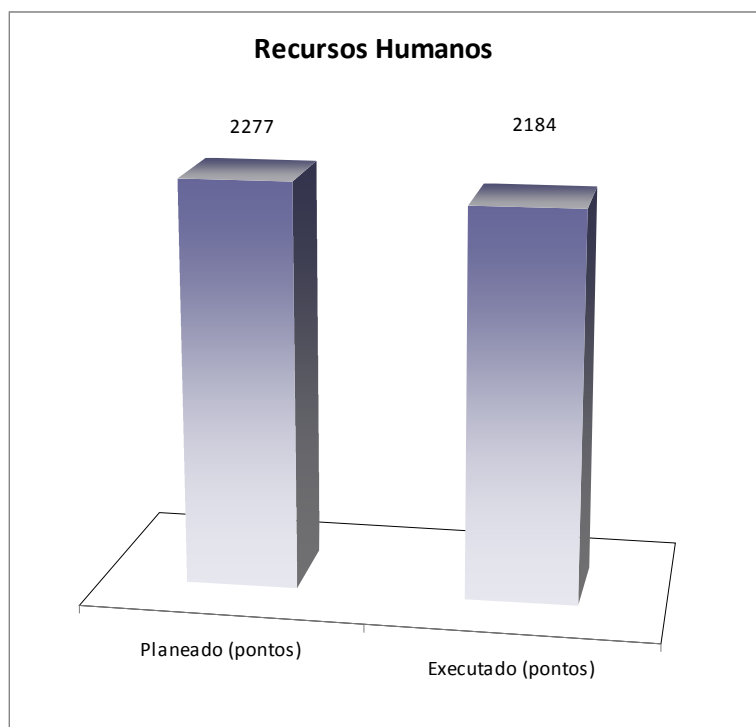
Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	6	54,5
Atingiu	4	36,4
Não Atingiu	1	9,1
Sem execução	0	0,0
Total	11	100,0
Avaliação Média	113,9	
Desvio Médio	14,9	
Desvio Padrão	18,9	

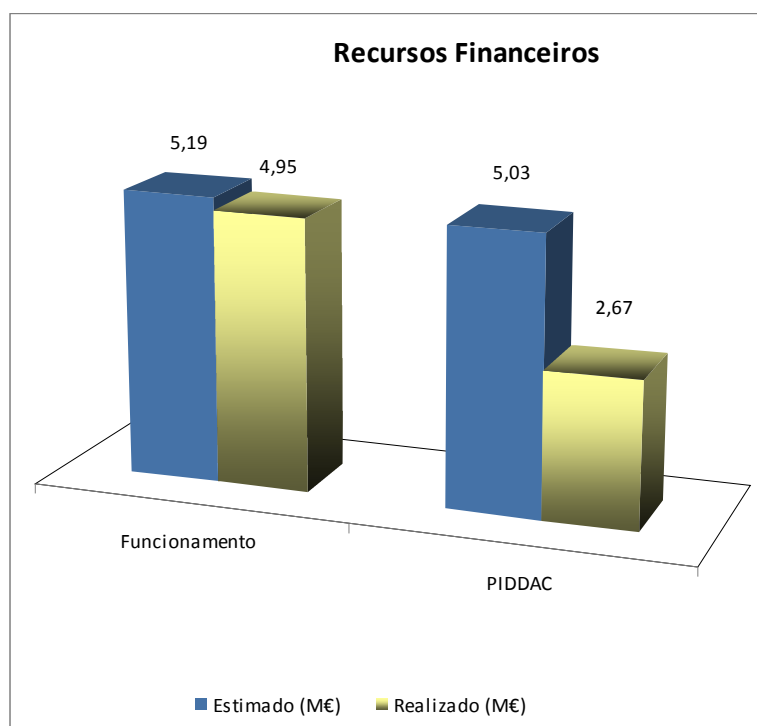


3 AFECTAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

Recursos Humanos	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio
<i>Dirigentes - Direcção superior</i>	20	180	180	0
<i>Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa</i>	16	384	352	-32
<i>Técnico Superior</i>	12	1032	1008	-24
<i>Coordenador Técnico</i>	9	54	36	-18
<i>Assistente Técnico</i>	8	552	528	-24
<i>Encarregado geral operacional</i>	7	0	0	0
<i>Encarregado operacional</i>	6	0	0	0
<i>Assistente Operacional</i>	5	75	80	5
TOTAL		2277	2184	-93



Orçamento (M€)	Estimado	Realizado	Desvio
Funcionamento	5,19	4,95	-0,25
PIDDAC	5,03	2,67	-2,36



3.1 Publicidade Institucional

Nos termos dos artigos 10º e 11º da Resolução do Conselho de Ministros nº 47/2010, de 25 de Junho, as entidades pertencentes à administração central devem incluir no seu relatório de actividades uma secção especificamente dedicada à informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional e a matéria relativa à publicidade institucional constante do mesmo relatório deve ser anualmente remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS).

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo dá assim cumprimento ao estipulado e apresenta o conjunto de acções de publicidade institucional que foram efectuadas durante o ano de 2011. (Anexo III)

4 GRAU DE SATISFAÇÃO DOS “STAKEHOLDERS” EXTERNOS

A apreciação do grau de satisfação dos “*stakeholders*” externos baseou-se em inquérito dirigido a um universo de utilizadores que envolveu uma vasta tipologia de entidades que durante o ano de 2011 contactaram com a CCDR.

Metodologia de distribuição e recolha do questionário:

A Comissão tem vindo a constituir a base de dados dos seus stakeholders. O endereço de e-mail constituiu um dos campos que para este trabalho se revelou de enorme utilidade. O questionário foi distribuído e recepcionado via internet e decorreu entre os dias 16-01-2012 e 23-01-2012.

Metodologia de tratamento da informação:

O tratamento da informação foi realizado em programa específico de análise de dados (SPSS), com utilização de estatísticas descritivas simples.

Resultados:

As perguntas contidas no questionário permitem cinco níveis de resposta, classificados de um a cinco, sendo a pontuação máxima aquela que corresponde à opinião mais favorável. O resultado de cada respondente é igual à média dos valores obtidos nas diferentes respostas válidas que, no seu conjunto, traduzem a média global da avaliação da CCDRA para efeitos do respectivo indicador de avaliação do grau de satisfação dos *stakeholders* externos, previsto no Quadro de Avaliação e Responsabilização para o ano de 2010. Posteriormente, foram calculadas as proporções de respostas para cada um dos níveis definidos de 1 a 5.

Cronograma

Envio do questionário em 16 de Janeiro de 2012.

Recepção das respostas, por parte dos inquiridos, até 23 de Janeiro de 2012.

Tratamento da informação até Fevereiro de 2012.

Publicação dos resultados no relatório de auto-avaliação. Até Abril de 2012.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO

Inquérito de Satisfação

É muito importante para esta organização, conhecer o grau de satisfação dos seus utentes face às suas necessidades e expectativas. Para isso, solicita-se o preenchimento deste questionário, ao qual se agradece que responda com sinceridade. As respostas são anónimas, confidenciais e não serão objecto de tratamento individual. A sua resposta ajudará a melhorar a nossa organização. Obrigado pela sua colaboração.

Tipo de Respondente:

- Administração Central.....
 Administração Local
 Associações / Agências
 Empresas
 Fornecedores
 Cidadãos.....

Como avalia, numa escala de 1 a 5, o desempenho da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR), nas seguintes vertentes:

1= Não satisfatório / 2 = A melhorar / 3= Satisfatório / 4 = Bom / 5= Excelente

1 2 3 4 5 Não sabe

Imagem global da organização

1 - Desempenho da organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2 - A cortesia dos colaboradores que lidam com os serviços/clientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3 - Flexibilidade e autonomia dos colaboradores para resolver situações involgares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4 – Disponibilidade de serviços on-line, recentemente implementados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5 – Novas condições de recepção, atendimento e informação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Envolvimento e participação

6 - A possibilidade de utilização de vários canais de comunicação (telefone; e-mail; reuniões)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7 - A existência de interlocutores responsáveis pelas relações com os serviços/clientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8 - A participação dos serviços/clientes em processos de interesse regional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Acessibilidade

9 - Informação acessível	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10 - Meios expeditos na prestação do serviço (ex. uso de e-mail)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11 - Atendimento telefónico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12 - Atendimento por e-mail	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Produtos e serviços

13 - Satisfação global com os serviços prestados:						
A - Propostas de instrumentos de gestão territorial e ambiental, Emissão de pareceres de impacto ambiental e outros, com vista a decisão superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
B - Emissão de Licenças, autorizações e informações prévias, esclarecimentos em matéria jurídica emissão de pareceres sectoriais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
C - Acompanhamento de programas de âmbito regional p e / ou programas comunitários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
D - Acções de fiscalização.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
E - Prazo médio de pagamento a fornecedores.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14 - Qualidade da informação disponibilizada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15 - Tempo de resposta às solicitações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Inquérito à satisfação dos utilizadores dos serviços da CCDR Alentejo - QUAR 2011

Ficha técnica

DESIGNAÇÃO	V_Absoluto	%
Universo (1)	392	100
Respostas	46	11,7
Não Respostas	346	88,3

Inquérito realizado entre 16-01-2012 e 23-01-2012
 (1) Entidades que contactaram em 2011 com a CCDR Alentejo e para as quais era conhecido o endereço de e-mail.

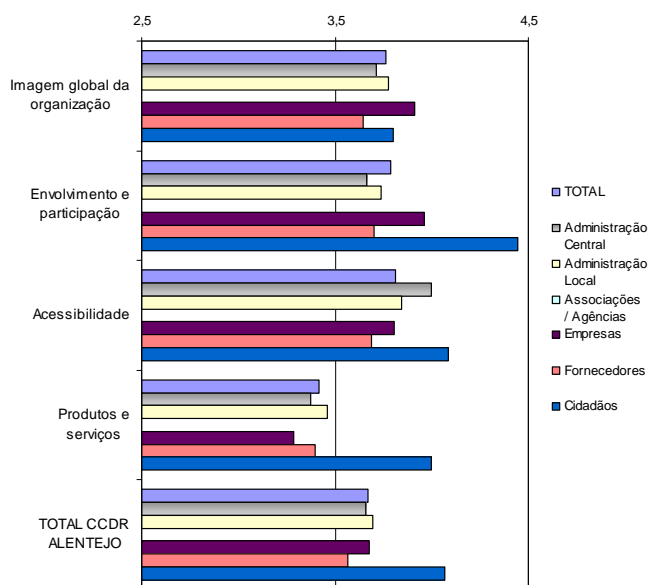
RESULTADOS ESTATÍSTICOS

INQUÉRITO À SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES DOS SERVIÇOS DA CCDR ALENTEJO - QUAR 2011

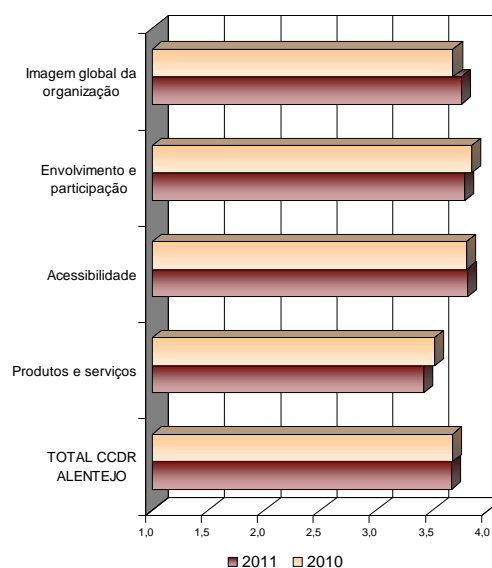
Temáticas	Nível 1 Não satisfatório %	Nível 2 A melhorar %	Nível 3 Satisfatório %	Nível 4 Bom %	Nível 5 Excelente %	Média escala 1 a 5
Imagem global da organização	0,6	10,7	20,8	47,6	20,2	3,8
Envolvimento e participação	1,7	6,8	22,2	49,6	19,7	3,8
Acessibilidade	0,6	6,1	25,1	47,5	20,7	3,8
Produtos e serviços	4,8	14,8	30,6	35,9	13,9	3,4
TOTAL CCDR ALENTEJO	2,1	10,1	25,3	44,3	18,3	3,7

INQUÉRITO À SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES DOS SERVIÇOS DA CCDR ALENTEJO – QUAR 2011

POR TIPO DE ENTIDADE CONSULTADA



RESULTADOS COMPARATIVOS 2010 -2011



5 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

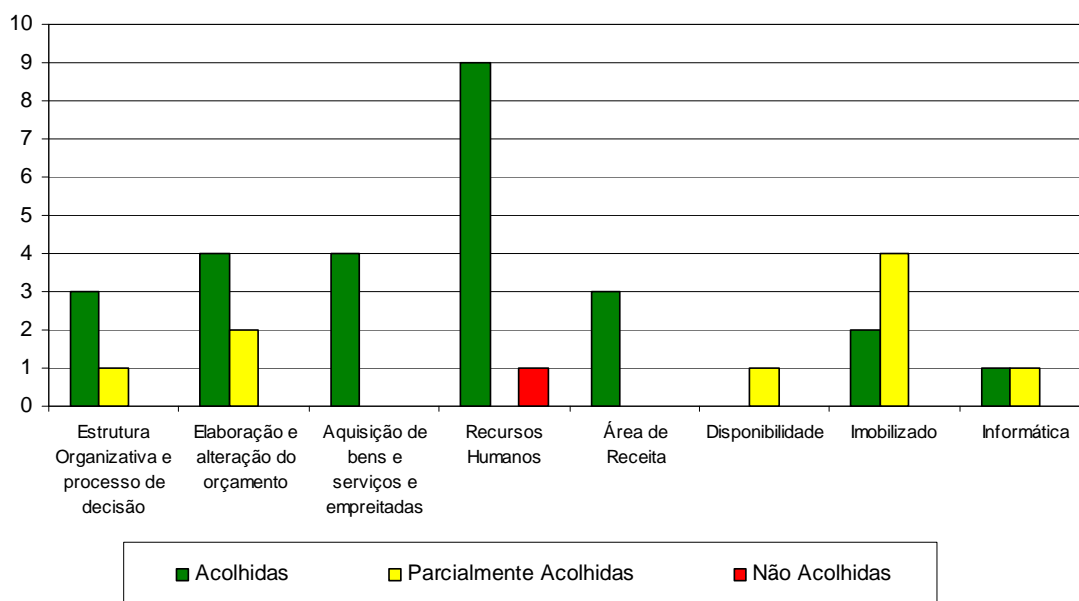
No âmbito das Acções de Controlo e Auditoria procedeu-se à elaboração do "Relatório de Auditoria de Seguimento das Recomendações constantes do Relatório da IGAOT de 2008" tendo em conta o previsto no Manual de Controlo Interno e Auditoria, aprovado em 26/02/2010.

O Relatório da IGAOT apontava para trinta e seis (36) recomendações para serem tidas em devida conta, das quais, em auditoria de seguimento, a IGAOT verificou que vinte (20) recomendações haviam sido acolhidas.

O trabalho da UCIA incidiu sobre as restantes dezasseis (16) recomendações ainda não acolhidas, tendo-se verificado que seis (6) já estavam implementadas, nove (9) estavam em diferentes estados de implementação e que apenas uma (1) recomendação ainda não tinha sido acolhida.

As áreas de intervenção sobre as quais incidiu o Relatório da UCIA são apresentadas no gráfico seguinte, do qual se constata que nas áreas de aquisição de bens e serviços e empreitadas e da receita já haviam sido implementadas todas as recomendações resultantes do Relatório da IGAOT. Na área dos recursos humanos, 9 das 10 recomendações já havia sido implementadas, restando apenas 1 recomendação que ainda não havia sido acolhida.

ACOLHIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES POR ÁREA DE ACTUAÇÃO



Questionário relativo ao item Sistema de Controlo Interno da Matriz de Excelência

No presente ano o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, não remeteu o questionário relativo ao item Sistema de Controlo Interno da Matriz de Excelência.

6 ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DESVIOS NEGATIVOS

A CCDR Alentejo não apresenta desvios negativos ao nível do desempenho do seu Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2011, conforme se pode observar através do quadro que apresentamos.

Todos os objectivos operacionais, foram superados com excepção do **Objectivo 9 – Facilitar a acessibilidade aos processos de avaliação ambiental** que apesar de alcançado não foi possível a sua superação. Para efectuar os cálculos necessários à obtenção destes resultados foram aplicados os critérios de superação previstos no respectivo QUAR. Os objectivos estratégicos foram todos superados, facto que demonstra um bom alinhamento entre os dois níveis de objectivos e uma preocupação global dirigida para o cumprimento da estratégia.

DESVIOS RELATIVOS AOS RESULTADOS DOS OBJECTIVOS DO QUAR 2011

Parâmetros	Objectivos	Desvios %	Tendência
Eficácia	Objectivo1	4,8	↑
	Objectivo2	14,9	↑
	Objectivo3	7,4	↑
	Objectivo4	26,5	↑
	Objectivo5	30,0	↑
Eficiência	Objectivo6	9,4	↑
	Objectivo7	39,5	↑
	Objectivo8	260,0	↑
Qualidade	Objectivo9	0,0	↔
	Objectivo10	20,0	↑
	Objectivo11	5,7	↑

7 PLANO DE MELHORIAS

A organização não apresenta qualquer situação de incumprimento face ao QUAR de 2011, a consulta aos *stakeholders* quer internos quer externos apresenta resultados ligeiramente acima do previsto no que respeita à sua avaliação média global e encontram-se controladas em boa medida as situações referenciadas em relatórios anteriores no que respeita a não conformidades resultantes de auditorias externas. Assim, entende-se que a situação verificada não envolve a necessidade de um amplo Plano de Melhorias a propor para 2012. Contudo, uma reflexão a matérias mais pormenorizadas, derivadas dos resultados parciais da consulta efectuada aos *stakeholders* externos através do inquérito mostra que existem ainda áreas a reforçar em termos de qualidade final dos produtos e serviços prestados pela organização, em particular no que respeita aos processos ligados à emissão de licenças, autorizações e pareceres sectoriais, às acções de fiscalização, bem como quanto aos prazos médios de pagamento a fornecedores.

MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

Código	Áreas de Melhoria a Promover	Sugestões de Acções de Melhoria
1	Emissão de licenças, autorizações e pareceres sectoriais	Apostar no reforço dos recursos afectos as estas actividades.
2	Acções de fiscalização	Encurtar os prazos de duração dos processos de fiscalização.
3	Prazos médios de pagamento a fornecedores	Maior acuidade na estratégia de redução dos prazos de pagamento.
4	Necessidade de reorganização do Plano Estratégico da instituição	Maior envolvimento de todos os dirigentes nas tarefas de planeamento estratégico. Intensificar a comunicação interna com os colaboradores sobre esta temática

8 COMPARAÇÃO DE DESEMPENHO ENTRE SERVIÇOS IDÊNTICOS

Tomando em consideração o conteúdo do Guião de Monitorização e Auto-Avaliação de 31-12-2009 do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, foi efectuado o exercício de desenvolvimento de uma tabela de critérios quantificáveis com vista a tornar possível a comparabilidade de desempenhos entre serviços. Com frequência a informação disponibilizada pelos diferentes organismos não se apresenta uniformizada, tornando este exercício mais difícil de executar, contudo, foram analisados Relatórios de Actividades de 2010 tornando possível a acareação agora apresentada. Com base na ideia de formação de uma Unidade Homogénea formada pelas cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional avançada pelo ex-Departamento de Prospectiva e Planeamento, apresenta-se uma tabela com indicadores referentes ao ano de 2010, que visa satisfazer o objectivo pretendido. Existem organismos que não publicam a informação para diversos indicadores, ainda assim é possível observar um número significativo de valores e de indicadores de importância relevante para o ciclo de gestão.

INDICADORES DE COMPARABILIDADE	Unid.	CCDRN	CCDRC	CCDRA	CCDRLVT	CCDRAIlg
Área de Influência	Km2	21.283,90	28.200,10	31.551,20	2.940,10	4.996,00
População da Área de Influência - 2011*	Nº	3.689.609	2.327.580	757.190	2.821.699	451.005
Recursos Humanos	Nº	307	252	222	198	113
Média de Idades	Anos	51	-	49	-	48
Nível Médio de Antiguidade	Anos	22	-	25	22	18
Índice de Dirigentes (ID)	%	11	-	16	13	19
Índice de Tecnicidade (IT)	%	64	63	55	56	61
Orçamento						
Orçamento de Funcionamento Realizado (QUAR 2010)	M€	7,00	7,18	4,95	6,55	3,13
Orçamento de PIDDAC Realizado (QUAR 2010)	M€	10,00	3,52	2,67	1,83	1,54
Taxa de execução PIDDAC	%	66,23	56,74	53,08	40,85	76,00
QUAR						
Grau de Cumprimento Global	%	147,0	-	147,4	-	151,0
Grau de Cumprimento de Objectivos de Qualidade	%	-	-	128,9	-	114,0
Grau de Cumprimento de Objectivos de Eficácia	%	-	-	154,3	-	173,0
Grau de Cumprimento de Objectivos de Eficiência	%	-	-	157,3	-	120,0
Índice de Concretização de Meios Humanos (1)	%	90,8	99,7	96,0	111,8	109,7
Índice de Concretização de Meios Financeiros (1) (4)	%	89,7	82,6	98,3	85,3	92,9
Índice de Produtividade (2)	%	161,8	-	153,5	-	137,6
Índice de Custo-Eficácia (3)	%	61,1	-	66,7	-	61,5

Fonte: Relatórios de Actividades, Relatórios de Auto-avaliação e QUAR de 2008

* População constante das NUTS II do Continente

(ID) = Dirigentes/Total de Pessoal

(IT) = (Dirigente+Técnico Superior)/Total de Pessoal

(1) (Executados/Planeados)

(2) Avaliação Global/Meios Humanos (Executados/Planeados)

(3) Recursos Financeiros (Executados/Planeados)/Avaliação Global

(4) Na CCDRA o valor é respeitante a 2011

9 GRAU DE SATISFAÇÃO DOS “STAKEHOLDERS” INTERNOS

A Comissão de Coordenação da Região do Alentejo continua a considerar muito importante a opinião dos seus colaboradores como motivação para uma progressiva melhoria da qualidade do ambiente de trabalho. Neste contexto foi efectuado também em 2011 um inquérito para avaliação da satisfação de todos os colaboradores. permitindo assim, simultaneamente, a **audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores quanto à auto-avaliação do serviço**

Entre os dias 21 e 27 do mês de Janeiro do presente ano, foi possível que todos os colaboradores pudessem manifestar o seu grau de satisfação face aos cinco grupos de questões considerados como mais importantes para a avaliação pretendida. Foi efectuado o apuramento das respostas, tendo sido obtidos os resultados constantes dos quadros e gráficos que apresentamos neste capítulo.

Universo de inquiridos:

Todos os funcionários e colaboradores da CCDRALentejo, incluindo os dos Serviços Sub-regionais de Portalegre, Beja e Alentejo Litoral, bem como todos os funcionários afectos ao Programa Operacional INALENTEJO.

Metodologia de distribuição e recolha do questionário:

Foi distribuído um “e-mail” informando todos os colaboradores da solicitação em causa. O texto dava referência do endereço de acesso ao questionário e solicitava que cada colaborador submetesse a sua resposta após o seu correcto preenchimento.

Metodologia de tratamento da informação:

O tratamento da informação foi realizado em programa específico de análise de dados (SPSS), com utilização de estatísticas descritivas simples.

A análise foi desagregada em duas categorias de inquiridos:

- Dirigentes
- Não dirigentes

Resultados:

As perguntas contidas no questionário permitiam cinco níveis de resposta, classificados de um a cinco, sendo a pontuação máxima aquela que corresponde à opinião mais favorável. O resultado de cada respondente é igual à média dos valores obtidos nas diferentes respostas válidas.

Posteriormente, foram calculadas as proporções de respostas para cada um dos cinco níveis, com o objectivo de conhecer a percentagem de respostas contidas no nível quatro, tal como se encontra previsto no indicador de avaliação do grau de satisfação dos “stakeholders” internos (colaboradores), previsto no Quadro de Avaliação e Responsabilização para o ano de 2011.

Cronograma

O questionário decorreu entre os dias 21 e 27 do mês de Janeiro do presente ano.

CCDR Alentejo - Inquérito de Satisfação aos Funcionários e Colaboradores

É muito importante para esta organização, conhecer o grau de satisfação dos seus funcionários e colaboradores face às suas necessidades e expectativas. Para isso, solicita-se o preenchimento deste questionário, ao qual se agradece que responda com sinceridade, seguindo as instruções abaixo indicadas. As respostas são anónimas, confidenciais e não serão objecto de tratamento individual. A sua resposta ajudará a melhorar a nossa organização. Obrigado pela sua colaboração

IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Trabalhador dirigente
Trabalhador não dirigente

1. Avaliação da situação profissional

<i>1= Discordo totalmente 2 = Discordo parcialmente 3= Concordo 4 = Concordo muito 5= Concordo em Absoluto</i>	1	2	3	4	5
1. Sinto-me realizado(a) com as funções exercidas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. A organização faz um bom aproveitamento das minhas competências	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Tenho as condições materiais necessárias para exercer as minhas funções	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. A flexibilidade de horário permite conciliar o trabalho com a vida familiar e outros assuntos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Tenho uma ideia muito clara do que a organização espera de mim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. Avaliação do funcionamento do serviço / departamento

<i>1= Discordo totalmente 2 = Discordo parcialmente 3= Concordo 4 = Concordo muito 5= Concordo em Absoluto</i>	1	2	3	4	5
6. Considero o meu serviço / departamento bem organizado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Participo em reuniões periódicas sobre avaliação e/ou fixação de objectivos para o serviço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Grande parte do meu trabalho é desenvolvido em equipa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. O responsável pelo meu serviço promove a motivação dos colaboradores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. O meu relacionamento profissional com os colegas é excelente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. Avaliação da política de recursos humanos

<i>1= Discordo totalmente 2 = Discordo parcialmente 3= Concordo 4 = Concordo muito 5= Concordo em Absoluto</i>	1	2	3	4	5
11. A organização proporciona-me boa formação profissional.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. A aplicação do sistema de avaliação na minha organização recompensa o mérito	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. A afectação dos recursos humanos tem em conta as competências individuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. A organização proporciona-me qualidade de vida (boa cantina, estacionamento, creche, ginásio, apoio médico,...).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. São-me proporcionadas oportunidades para ganhar novas competências.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. Avaliação do envolvimento com a organização

<i>1= Discordo totalmente 2 = Discordo parcialmente 3= Concordo 4 = Concordo muito 5= Concordo em Absoluto</i>	1	2	3	4	5
16. A minha experiência aumenta as minhas perspectivas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Tenho autonomia para tomar decisões.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Sinto-me motivado(a) para novos desafios profissionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Sinto-me respeitado(a) como pessoa e como profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Sinto-me bem informado(a) sobre a estratégia e o que se passa na organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. Avaliação global da organização

<i>1= Discordo totalmente 2 = Discordo parcialmente 3= Concordo 4 = Concordo muito 5= Concordo em Absoluto</i>	1	2	3	4	5
21. A minha organização é bem gerida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. A articulação entre as diferentes unidades da organização é boa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. A comunicação dentro da organização é fluente e permite-me estar sempre bem informado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Considero que os utentes da organização estão muito satisfeitos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. Orgulho-me de fazer parte da organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Inquérito à satisfação dos funcionários da CCDR Alentejo - 2011 - Ficha técnica

DESIGNAÇÃO	V_Absoluto	%
Universo	214	100
Respostas	91	42,5
Respostas Validas	91	42,5
Branco	0	0,0
Nulos	0	0,0
Não Respostas	123	57,5
Trabalho de campo realizado entre 21 a 27 de Janeiro de 2012		

RESULTADOS ESTATÍSTICOS

INQUÉRITO AOS COLABORADORES - Dirigentes

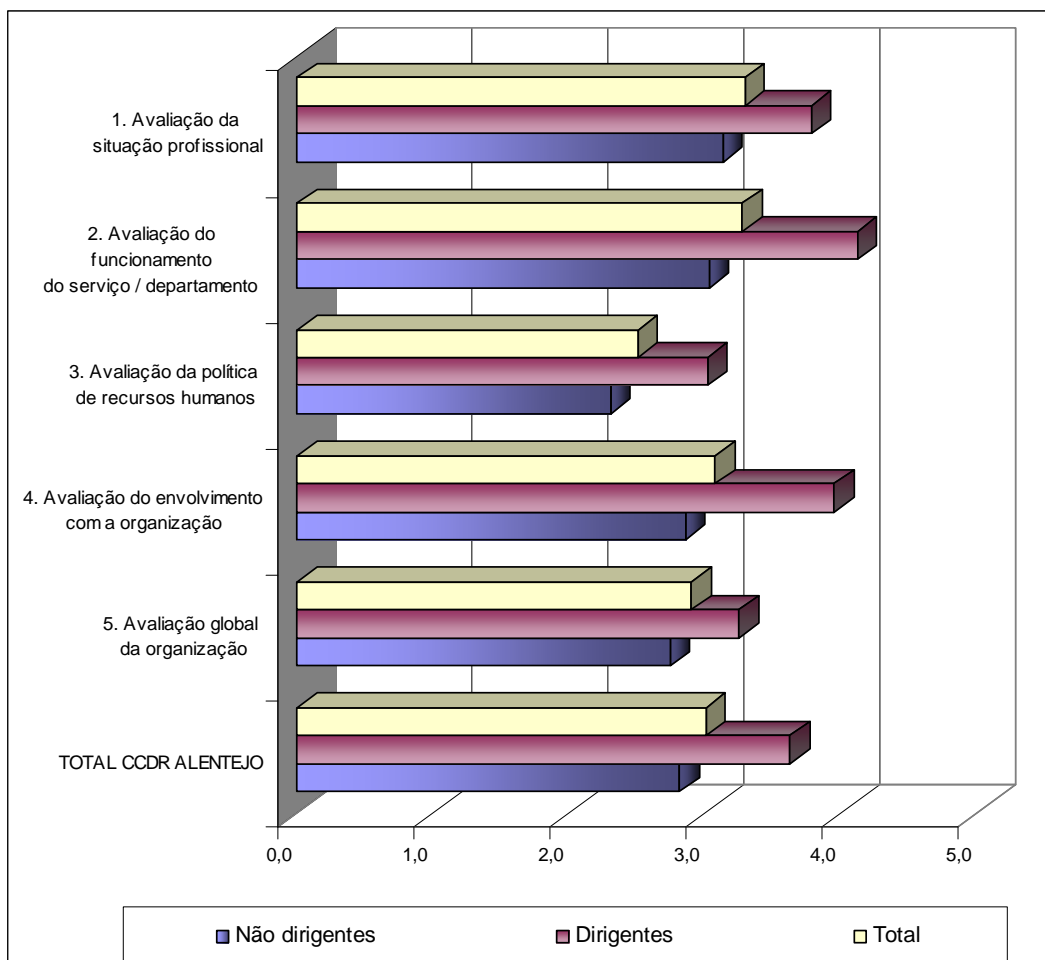
Questões	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Média escala 1 a 5
	Discordo totalmente %	Discordo parcialmente %	Concordo %	Concordo muito %	Concordo em Absoluto %	
1. Avaliação da situação profissional	0,0	5,0	28,3	50,0	16,7	3,8
2. Avaliação do funcionamento do serviço / departamento	0,0	3,3	16,7	45,0	35,0	4,1
3. Avaliação da política de recursos humanos	0,0	26,7	46,7	25,0	1,7	3,0
4. Avaliação do envolvimento com a organização	0,0	5,0	25,0	40,0	30,0	4,0
5. Avaliação global da organização	0,0	13,3	56,7	21,7	8,3	3,3
TOTAL - Dirigentes - CCDR ALENTEJO	0,0	10,7	34,7	36,3	18,3	3,6

INQUÉRITO AOS COLABORADORES - Não Dirigentes

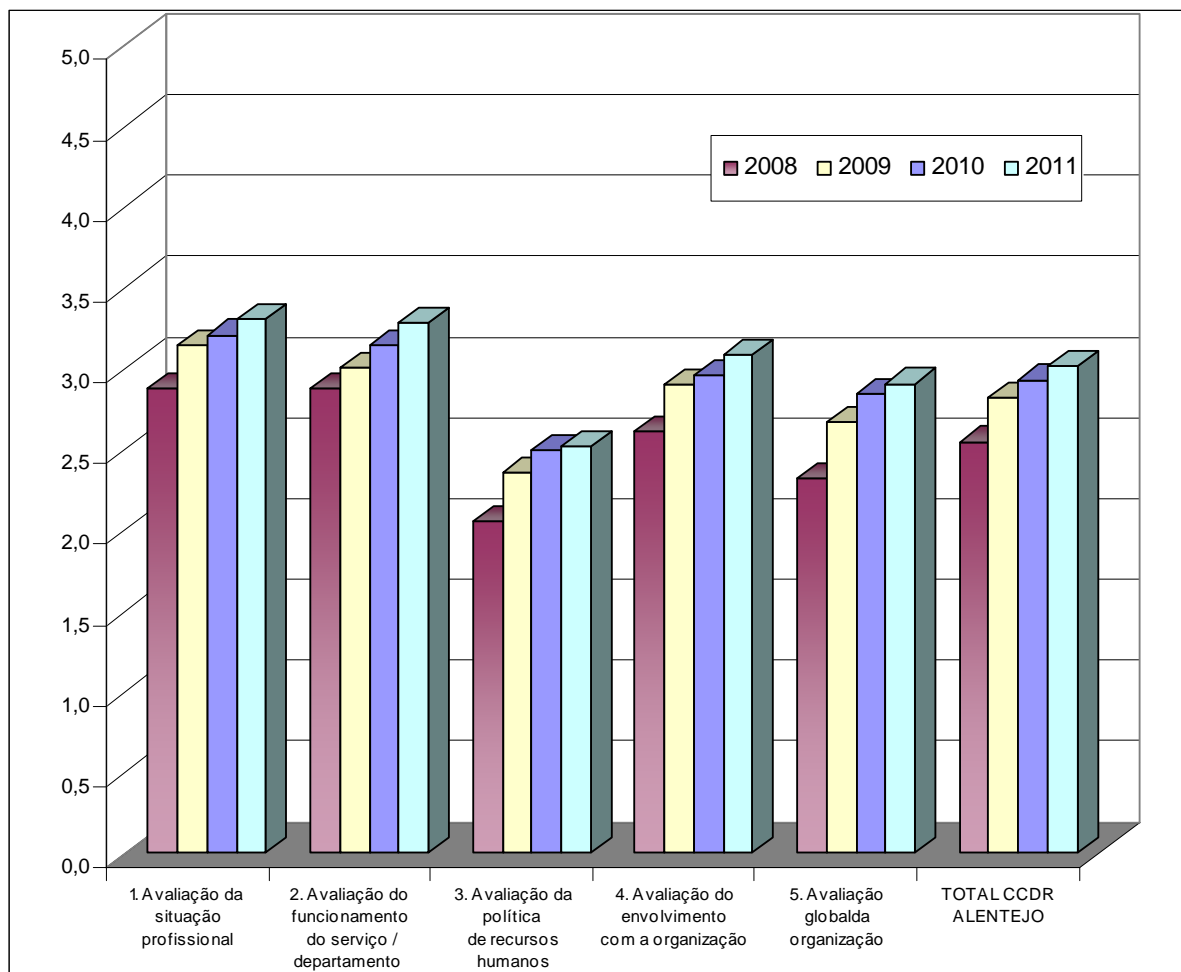
Questões	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Média escala 1 a 5
	Discordo totalmente %	Discordo parcialmente %	Concordo %	Concordo muito %	Concordo em Absoluto %	
1. Avaliação da situação profissional	6,4	19,2	39,2	24,9	10,2	3,1
2. Avaliação do funcionamento do serviço / departamento	11,7	19,6	34,7	21,5	12,5	3,0
3. Avaliação da política de recursos humanos	27,2	26,4	37,4	6,8	2,3	2,3
4. Avaliação do envolvimento com a organização	9,4	28,7	35,5	20,0	6,4	2,9
5. Avaliação global da organização	9,4	31,3	39,2	15,8	4,2	2,7
TOTAL - Não Dirigentes - CCDR ALENTEJO	12,8	25,1	37,2	17,8	7,1	2,8

INQUÉRITO AOS COLABORADORES - QUAR 2011 - RESULTADOS ESTATÍSTICOS

Questões	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Média escala 1 a 5
	Discordo totalmente %	Discordo parcialmente %	Concordo %	Concordo muito %	Concordo em Absoluto %	
1. Avaliação da situação profissional	5,4	15,1	37,1	29,5	12,9	3,3
2. Avaliação do funcionamento do serviço / departamento	8,8	15,6	32,0	26,8	16,8	3,3
3. Avaliação da política de recursos humanos	21,2	24,6	39,3	12,0	2,9	2,5
4. Avaliação do envolvimento com a organização	7,6	22,9	35,1	23,2	11,2	3,1
5. Avaliação global da organização	8,3	24,6	41,5	20,0	5,6	2,9
TOTAL CCDR ALENTEJO	10,2	20,6	37,0	22,3	9,9	3,0

INQUÉRITO AOS COLABORADORES - RESULTADOS ESTATÍSTICOS
Valores médios numa escala de 1 a 5 valores

INQUÉRITO AOS COLABORADORES - QUAR 2011 - RESULTADOS ESTATÍSTICOS
Valores médios numa escala de 1 a 5 valores



TERCEIRA PARTE – BALANÇO SOCIAL

1 SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL

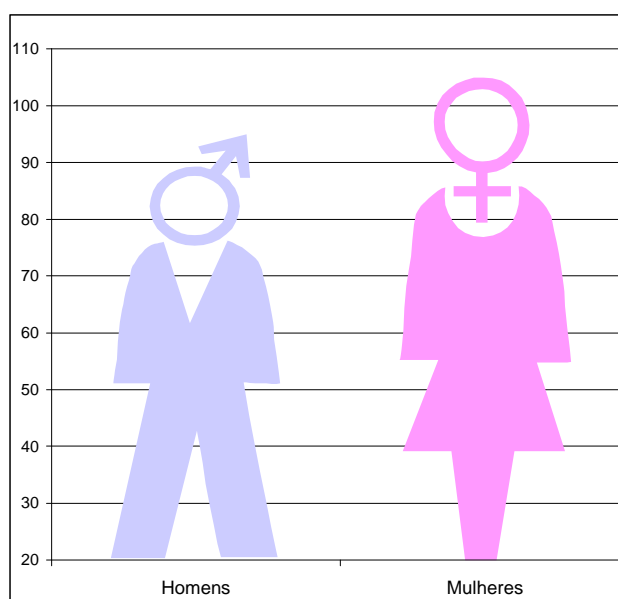
Efectivos segundo o sexo

Na Comissão de Coordenação da Região do Alentejo encontram-se a desempenhar funções 200 trabalhadores efectivos, aos quais acrescem 7, que, embora pertençam à organização, se encontram a exercer funções noutras entidades.

A repartição de género dos recursos humanos apresenta-se equilibrada com ligeira maioria para as mulheres, que viram a sua proporção ligeiramente aumentada desde o último ano, (51,8 vs 52,5%, em 2010 e 2011, respectivamente). A Comissão de Coordenação da Região do Alentejo apresenta assim um bom equilíbrio quanto à proporcionalidade na igualdade de género, contribuindo também desta forma para a Estratégia de Modernização da Administração Pública.

Efectivos segundo o sexo

Sexo	Valor	%
Homens	95	47,5
Mulheres	105	52,5
Total	200	100,0



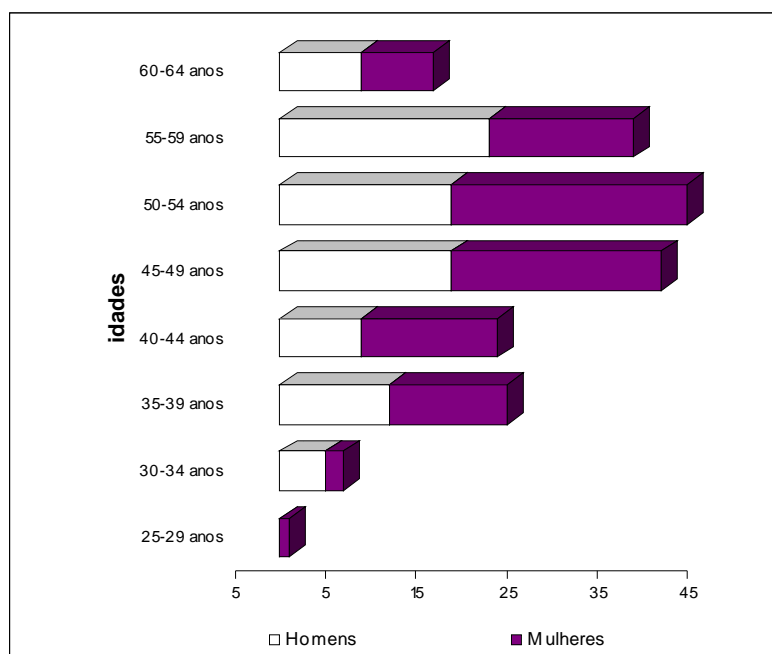
Efectivos segundo a idade

A estrutura etária dos recursos humanos caracteriza-se por uma elevada idade média.(49.4 anos), com tendência crescente, evidenciando um valor ligeiramente menor nas mulheres (49.8 vs 49 anos).

A classe modal nos homens situa-se nos 55-59 anos (24%), enquanto que nas mulheres as idades com mais ocorrências situam-se nos 50-54 anos (25.0%), facto que evidencia um menor nível de envelhecimento dos trabalhadores do sexo feminino. Em termos gerais, a maior ocorrência regista-se nas idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos (22.5%).

Efectivos segundo a estrutura etária

Idades	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
25-29 anos		0,0	1	1,0	1	0,5
30-34 anos	5	5,2	2	1,9	7	3,5
35-39 anos	12	12,5	13	12,5	25	12,5
40-44 anos	9	9,4	15	14,4	24	12,0
45-49 anos	19	19,8	23	22,1	42	21,0
50-54 anos	19	19,8	26	25,0	45	22,5
55-59 anos	23	24,0	16	15,4	39	19,5
60-64 anos	9	9,4	8	7,7	17	8,5
Total	96	100,0	104	100,0	200	100,0
Idade Média (anos)	49,8		49,0			49,4

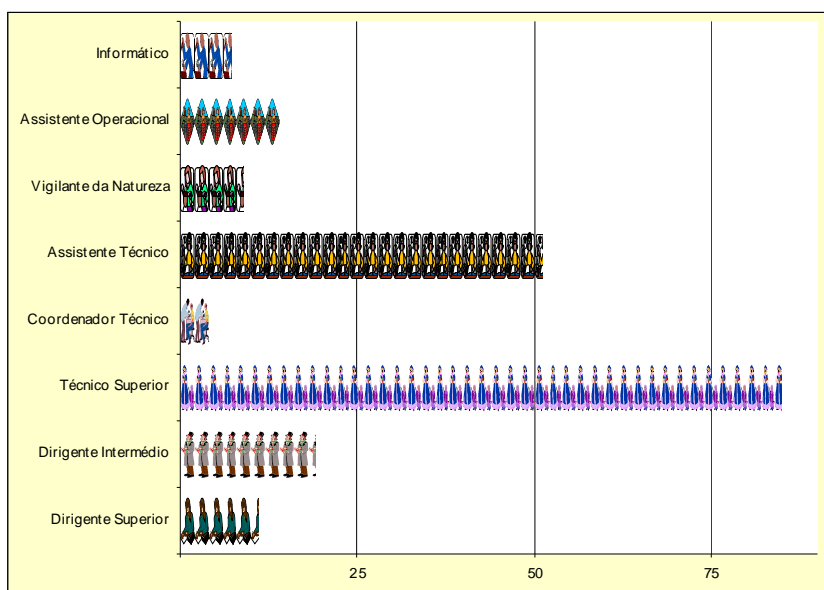


Efectivos segundo o grupo profissional.

A estrutura das qualificações aponta para um elevado grau de qualificações profissionais, com preponderância para a carreira técnica superior (42.5%), seguida a distância considerável pelos assistentes técnicos (25.5%) e pelos dirigentes intermédios (9.5%).

Efectivos segundo o grupo profissional.

Grupo de Pessoal	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Dirigente Superior	6	6,3	5	4,8	11	5,5
Dirigente Intermédio	12	12,5	7	6,7	19	9,5
Técnico Superior	41	42,7	44	42,3	85	42,5
Coordenador Técnico	0	0,0	4	3,8	4	2,0
Assistente Técnico	16	16,7	35	33,7	51	25,5
Vigilante da Natureza	8	8,3	1	1,0	9	4,5
Assistente Operacional	7	7,3	7	6,7	14	7,0
Informático	6	6,3	1	1,0	7	3,5
Total	96	100,0	104	100,0	200	100



Esta estrutura é semelhante no contexto dos sexos, tanto nos homens como nas mulheres, o maior grupo enquadra-se na carreira técnica superior (42.7 e 42.3 % respectivamente), tendo mesmo este grupo de colaboradores registado um aumento face ao ano anterior, que se manifestou em ambos os sexos, com maior relevância no sexo feminino.

O segundo grupo com maior importância é constituído pelos assistentes técnicos, com preponderância no sexo feminino, onde atinge os 33.7%, enquanto que nos homens esta proporção não chega aos 17%.

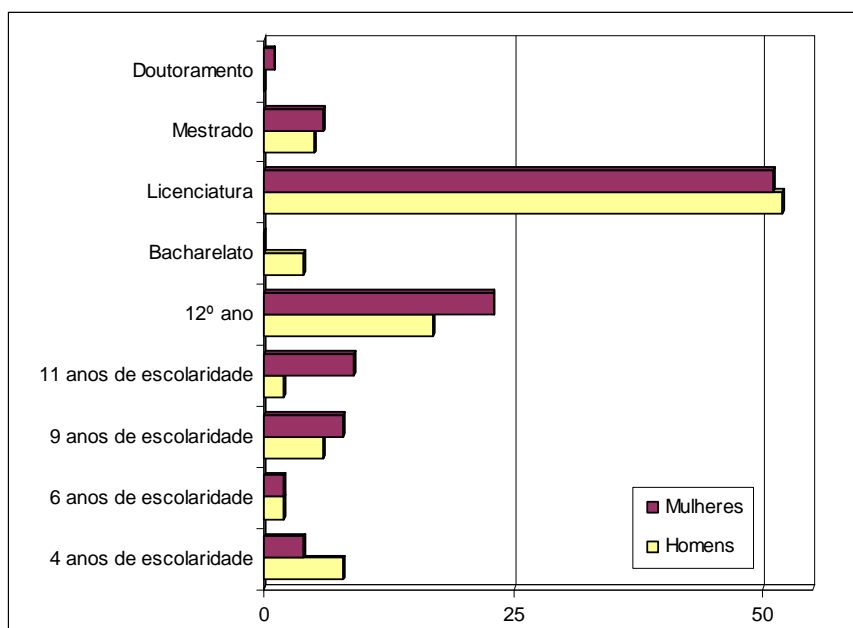
Efectivos segundo o grau de escolaridade e sexo

Naturalmente que a estrutura profissional sustenta-se nas qualificações escolares dos recursos humanos, onde o maior grupo é representado pelos licenciados (54.2 %), e pelos detentores de mestrados (5.2%).

Com um segundo nível de importância, aparece o grupo de profissionais com 12 anos de escolaridade (17.7%).

Efectivos segundo o grau de escolaridade e sexo

Nível de escolaridade	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
4 anos de escolaridade	8	8,3	4	3,8	12	6,0
6 anos de escolaridade	2	2,1	2	1,9	4	2,0
9 anos de escolaridade	6	6,3	8	7,7	14	7,0
11 anos de escolaridade	2	2,1	9	8,7	11	5,5
12º ano	17	17,7	23	22,1	40	20,0
Bacharelato	4	4,2	0	0,0	4	2,0
Licenciatura	52	54,2	51	49,0	103	51,5
Mestrado	5	5,2	6	5,8	11	5,5
Doutoramento	0	0,0	1	1,0	1	0,5
Total	96	100,0	104	100,0	200	100



Esta estrutura é muito semelhante em ambos os sexos, embora os homens apresentem um grupo ligeiramente maior de níveis de escolaridade superiores, mas também de recursos humanos com níveis de escolaridade inferiores a 6 anos.

Efectivos segundo a relação jurídica com o emprego

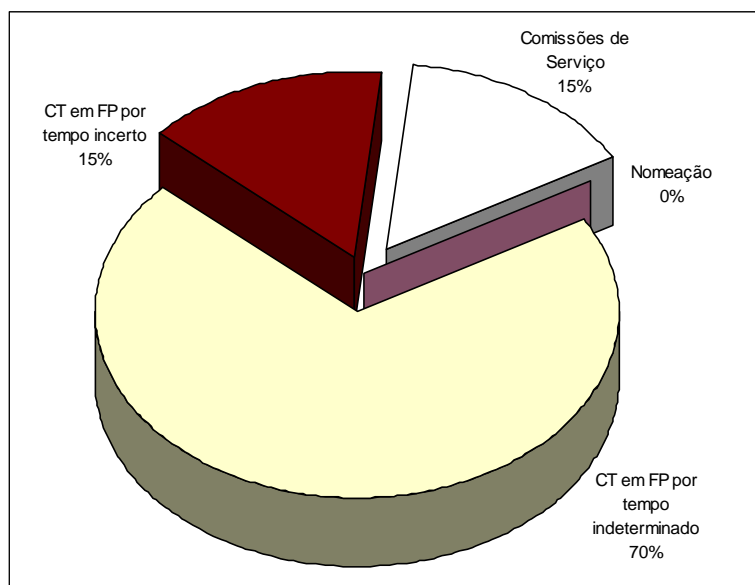
A grande maioria dos recursos humanos da CCDRALentejo apresenta uma relação jurídica baseada num contexto de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado (70%).

Dos restantes tipos possíveis de vinculação dos recursos humanos, referência para os Contratos de Trabalho em Funções Públicas por Tempo incerto, que ascendem a um número próximo dos 15%, proporção igual àqueles que se encontram em Comissão de Serviço.

Salienta-se que os contratos por tempo indeterminado, sofreram uma diminuição, relativamente ao ano anterior, numa proporção de 1.2%, em benefícios das outras formas de relação jurídica com o emprego que aumentaram, em particular no caso das comissões de serviço que cresceram 5%.

Efectivos segundo a relação jurídica com o emprego

Relação Jurídica	HM	%
Nomeação	0	0,0
CT em FP por tempo indeterminado	140	70,0
CT em FP por tempo incerto	30	15,0
Comissões de Serviço	30	15,0
Total	200	100,0



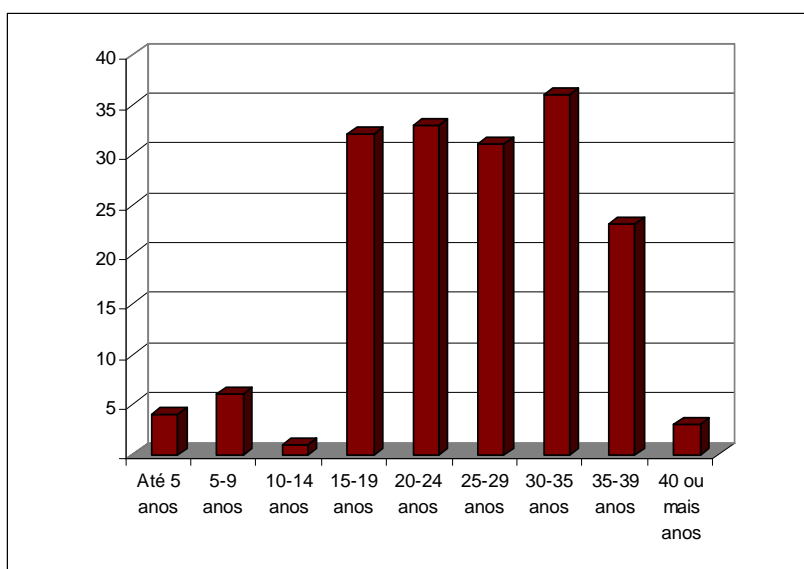
Efectivos segundo a antiguidade na função pública

A elevada idade média dos recursos humanos reflecte-se também na antiguidade que os funcionários detêm na função pública. Mais de 1/3 dos funcionários (36.7%) registam mais de 30 anos de antiguidade no trabalho para a administração pública. Esta situação revela que a organização possui recursos humanos com um bom nível de experiência em funções públicas, podendo constituindo-se este factor como um bom aporte para o resultado alcançado quanto à satisfação dos “stakeholders” externos.

Efectivos segundo a antiguidade na função pública

Antiguidade na Função Pública	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Até 5 anos	2	2,4	2	2,3	4	2,4
5-9 anos	4	4,8	2	2,3	6	3,6
10-14 anos	1	1,2	0	0,0	1	0,6
15-19 anos	14	16,9	18	20,9	32	18,9
20-24 anos	13	15,7	20	23,3	33	19,5
25-29 anos	16	19,3	15	17,4	31	18,3
30-35 anos	18	21,7	18	20,9	36	21,3
35-39 anos	13	15,7	10	11,6	23	13,6
40 ou mais anos	2	2,4	1	1,2	3	1,8
Total	83	100,0	86	100,0	169	100

Obs: Existem efectivos que não têm nível de antiguidade por terem CTFP a termo resolutivo incerto



O grupo com maior importância situa-se nos 30 a 35 anos, com mais de 1/5 dos funcionários (21.3%), enquanto que apenas cerca de 6% têm menos de 10 anos de antiguidade, reflexo da contenção que se tem vindo a verificar nos últimos anos no contexto da contratualização de novos trabalhadores.

Movimento dos Recursos Humanos

A contenção no recrutamento de recursos humanos para a administração pública tem sido acompanhada paralelamente por uma redução dos efectivos, que na CCDRA em 2011 se caracterizou por uma saída de 13 trabalhadores, numa proporção correspondente a 6.1% do total dos efectivos.

As situações de aposentação constituem-se como o principal factor de redução de efectivos, correspondendo a mais de $\frac{3}{4}$ das saídas (76.9%), o que confirma a tendência que tem vindo a ser observada em toda a Administração Pública. Salienta-se assim, que a CCDRA, ultrapassou os 2% de redução de efectivos previstos como meta pelo actual governo, tendo-se verificado uma redução de 6,1%.

Saída de Efectivos em 2011

Modalidade de Saída	HM	%
Aposentação	10	76,9
Falecimento	1	7,7
Mobilidade	1	7,7
Rescisão	1	7,7
Total	13	100,0

Variação de efectivos 2010 - 2011

Efectivos	HM	%
1 de Janeiro de 2011	213	
31 de Dezembro de 2011	200	
Redução em 2011	13	6,1

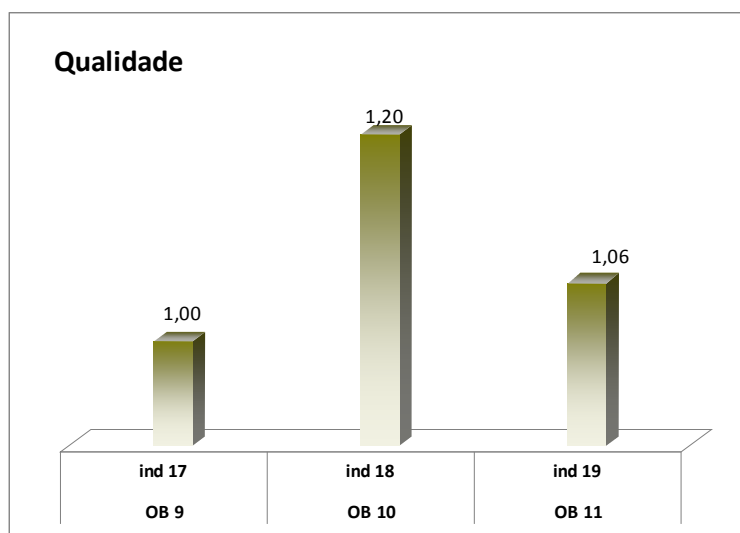
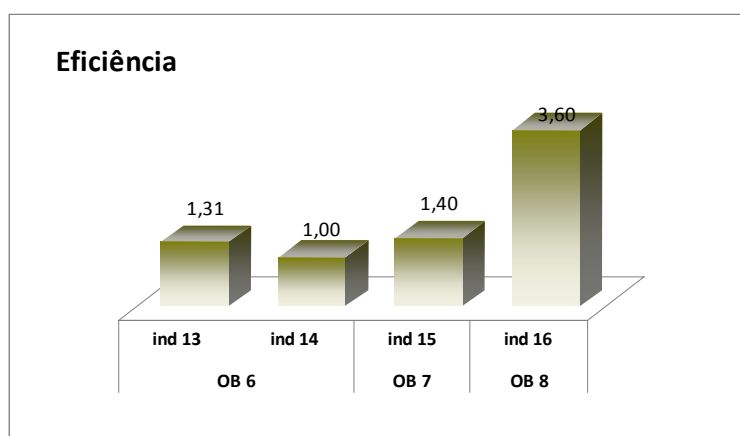
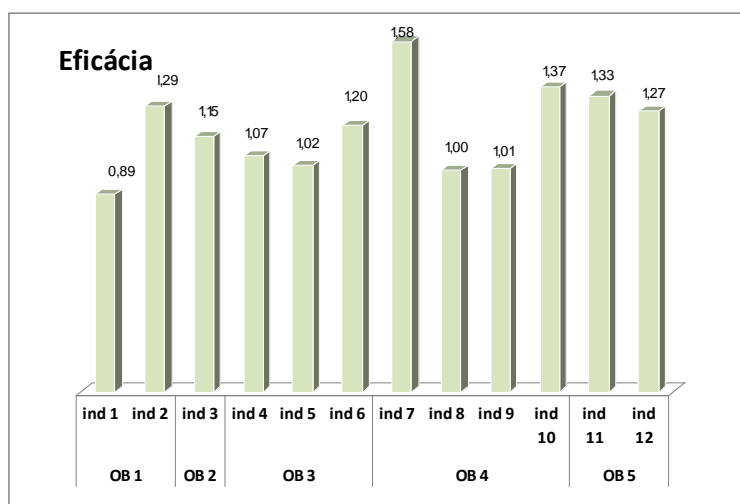
QUARTA PARTE – AVALIAÇÃO FINAL

1 APRECIÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Avaliação - Objectivos e Indicadores							OBS	
Avaliação		Avaliação por objectivo						
Indicadores		Objectivo	Quantitativa	Qualitativa com critério de superação	Peso obj	Relevante		
Eficácia	ind 1	89%	Objectivo 1	104,8%	Atingido	4%		
	ind 2	129%						
	ind 3	115%	Objectivo 2	114,9%	Superado	6%		
	ind 4	107%						
	ind 5	102%	Objectivo 3	107,4%	Atingido	12%		Sim
	ind 6	120%						
	ind 7	158%						
	ind 8	100%						
	ind 9	101%	Objectivo 4	126,5%	Superado	12%		Sim
	ind 10	137%						
	ind 11	133%	Objectivo 5	130,0%	Superado	6%		
	ind 12	127%						
Eficiência	ind 13	131%	Objectivo 6	109,4%	Atingido	15%	Sim	
	ind 14	100%						
	ind 15	140%	Objectivo 7	139,5%	Superado	6%		
	ind 16	360%						
Qual.	ind 17	100%	Objectivo 9	100,0%	Atingido	12%		
	ind 18	120%						
	ind 19	106%	Objectivo 10	120,0%	Superado	12%	Sim	
			Objectivo 11	105,7%	Superado	6%		

PARAMETROS

AVALIAÇÃO GLOBAL					
Eficácia		Eficiência		Qualidade	
Ponderação	40%	Ponderação	30%	Ponderação	30%
46,95%		57,18%		32,74%	



AVALIAÇÃO FINAL DA CCDR ALENTEJO		
Bom	Satisfatório	Insuficiente
136,9%		

Face aos resultados alcançados e aqui apresentados e com base na Lei 66-B/2007 de 28-12 nomeadamente no ponto 1 do seu Artigo 18º, propõe-se para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, a menção de **Desempenho Bom**, como avaliação qualitativa, sustentada numa avaliação final alcançada, que superou em boa medida o cumprimento normal exigido (**136,9%**)

Parece-nos de justiça a classificação proposta baseada na superação de 7 dos 11 objectivos, bem como no resultado obtido quanto à apreciação do nível de envolvimento dos dirigentes e quanto à apreciação por parte dos utilizadores externos.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, entende reunir as condições de desempenho exigidas para vir a alcançar uma distinção de mérito, atendendo aos seus resultados e reconhecimento dos mesmos, pelos seus parceiros.

1.1 Conclusões Prospectivas

Da leitura do presente relatório é observável que o ano de 2011 decorreu sob rigoroso controlo financeiro, o que teve como reflexo a necessidade de com frequência se reavaliar a disponibilidade de desenvolver algumas actividades previstas ou repensar as mesmas. Este facto exigiu uma maior disponibilidade para a gestão, uma boa compreensão para os problemas por parte de toda a organização, uma boa coesão entre todas as Unidades Orgânicas, forte criatividade para manter a motivação dos colaboradores, abertura para os processos de mudança e apelo a uma atitude e competência de resiliência com vista a retirar dos processos de mudança e inovação os melhores resultados.

Prevê-se desta forma, continuar a melhorar em alguns aspectos ligados às atribuições de prestação dos nossos serviços em áreas chave como sejam a Fiscalização no domínio do ambiente e do ordenamento do território e em toda a área Administrativa e de Recursos Humanos que merecerá certamente durante o ano de 2012 uma atenção redobrada promovendo uma gestão de recursos assertiva e motivadora contribuindo para a melhoria dos índices de satisfação.

ANEXO I - AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE CADA UNIDADE ORGÂNICA

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES - TÉCNICOS AFECTOS À PRE

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Elaboração do II volume do estudo sobre os Aproveitamentos Hidroagrícolas do Baixo Alentejo	Estudo apresentado	100	365	349	104	104	PRE
Colaboração em estudos a realizar pela DSDR (Relatórios de observação das dinâmicas regionais)	1º Relatório	50	166	166	100	100	PRE
	2º Relatório	50	350	350	100		
Assessorar os SSB em matéria de ambiente, Ordenamento do território, administração local e INALENTEJO	Índice de pareceres elaborados	100	95	100	105	105	PRE
Assegurar todas as representações da CCDR em que é elemento permanente	Índice de reuniões asseguradas	100	100	100	100	100	PRE
Assegurar todas as representações da CCDR de carácter pontual, para as quais venha a ser designado pela presidência	Índice de reuniões asseguradas	100	90	100	111	111	PRE
Participação em reuniões com membros da CNREN, consultores e SEOTC	Índice de reuniões participadas	100	95	100	105	105	PRE
Produção de recomendações técnicas para a elaboração da nova cartografia da REN	Nº de contributos produzidos	100	10	5	50	50	PRE
Produção de guias de apoio para a elaboração da nova cartografia da REN	Nº de contributos produzidos	100	10	3	30	30	PRE
Emissão de pareceres	Índice de pareceres levados a reunião	100	95	100	105	105	PRE
Recolha de informação com vista à avaliação da gestão da REN	Nº de contributos recolhidos	100	6	4	67	67	PRE
Produção de relatório de avaliação	percentagem de contributos para o conteúdo do relatório	100	10	10	100	100	PRE
Concepção de projectos piloto	Nº de projectos elaborados	100	2	0	0	0	PRE

Concepção do sistema de monitorização	Sistema concluído	100	180	0	0	0	PRE
Elaborar o Plano de Actividades	Data de conclusão do Plano	100	74	31	158	158	PRE
Monitorização do QUAR 2011	1ª Monitorização enviada ao DPP	50	213	207	103	104	PRE
	2ª Monitorização enviada ao DPP	50	305	287	106		
Elaboração do Relatório de Actividades e Auto-Avaliação	Relatório elaborado	100	105	159	49	49	PRE
Avaliação Global PRE						80,6	

Justificação de Desvios - PRE

UO	Actividades	Resultado	Justificação
PRE	Recolha de informação com vista à avaliação da gestão da REN	66,7	A actividade foi desenvolvida apenas até ao dia 30 de Abril de 2011 por motivo de aposentação.
	Produção de recomendações técnicas para a elaboração da nova cartografia da REN	50,0	A actividade foi desenvolvida apenas até ao dia 30 de Abril de 2011 por motivo de aposentação.
	Elaboração do Relatório de Actividades e Auto-Avaliação	48,6	O período estipulado para a entrega dos resultados por parte de cada uma das Unidades Organicas foi bastante ultrapassado. A informação relativa ao Balanço Social também foi disponibilizada com atraso significativo.
	Produção de guias de apoio para a elaboração da nova cartografia da REN	30,0	A actividade foi desenvolvida apenas até ao dia 30 de Abril de 2011 por motivo de aposentação.
	Concepção de projectos piloto	0,0	A actividade foi desenvolvida apenas até ao dia 30 de Abril de 2011 por motivo de aposentação.
	Concepção do sistema de monitorização	0,0	A actividade foi desenvolvida apenas até ao dia 30 de Abril de 2011 por motivo de aposentação.

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – DSDR

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Elaboração de uma matriz <i>input-output</i> para a região Alentejo, nos termos do protocolo celebrado entre a CCDR, a UE e o INE	Painel de peritos constituído após a aprovação da candidatura	35	60	11	182	64	DSDR
	Relatório sobre o roteiro metodológico elaborado após a aprovação da candidatura	65	180	0	0		
O turismo regional no período 2000/2010 no quadro dos instrumentos de apoio financeiro existentes	Elaboração de relatório	100	350	0	0	0	DSDR
Dinamização de uma rede regional de oferta formativa	Reuniões com parceiros	100	3	4	133	133	DSDR
Acordo estratégico para a inovação e o empreendedorismo na região Alentejo	Constituição de parceria	20	181	144	120	66	DSDR
	Elaborar documento/plano de acção	40	151	144	105		
	Rede de apoio ao investimento e ao empreendedorismo	40	334	0	0		
Relatório anual de aplicação dos fundos comunitários na região	Prazo de elaboração	100	360	336	107	107	DSDR
Elaboração de relatórios de Observação das Dinâmicas Regionais	1º Relatório	50	166	166	100	99	DSDR
	2º Relatório	50	350	357	98		
Edição trimestral de boletim de monitorização de aplicação dos fundos comunitários na região	Prazo de elaboração, após disponibilização da informação	100	30	26	113	113	DSDR
Implementação do projecto "Construção Sustentável" nos termos do protocolo celebrado entre a CCDR e a Associação Terras Dentro	Participação em reuniões	60	80	0	0	0	DSDR
	Resposta a solicitações	40	80	0	0		
Representação da CCDR em Comités colegiais e grupos de trabalho (CA do PRODER, PROMAR, Rede Rural Nacional, Conselho Consultivo do Observatório Regional do Turismo do Alentejo, Comité de Acompanhamento local do projecto Odyssea, Conselho Consultivo Regional	Participação em reuniões	60	80	96,15	120	122	DSDR
	Resposta a solicitações	40	80	100	125		

Preparação de informação sistematizada sobre a situação regional e a execução do INALENTEJO para apoio técnico à Comissão de Aconselhamento Estratégico do INALENTEJO	Resposta no prazo às solicitações	100	80	0	0	0	DSDR
Análise e acompanhamento regional de projectos no âmbito do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas-Obras	Relatórios de análise ou acompanhamento de projectos elaborados nos 30 dias subsequentes à respectiva solicitação	70	70	76,9	110	123	DSDR
	Relatórios semestrais de acompanhamento do programa	30	30	14	153		
Apreciação do mérito regional das candidaturas ao sistemas de incentivo do QREN	Pareceres emitidos dentro dos prazos	100	80	100	125	125	DSDR
Apreciação e acompanhamento de projectos (contratos programa, programa de equipamentos da DGAL...)	Relatórios de análise de candidaturas elaborados nos 30 dias subsequentes à respectiva solicitação	30	80	100	125	125	DSDR
	Relatórios de acompanhamento elaborados nos 15 dias subsequentes à respectiva solicitação	70	80	100	125		
Análise de relatórios de acompanhamento e de propostas de reprogramação de programas de acção	Reuniões com entidades (3x7 devendo ser pelo menos uma por PROVERE)	50	21	30	143	148	DSDR
	Proposta de decisão das reprogramações em curso	50	30	14	153		
Elaboração de pareceres de enquadramento dos projectos candidatos a financiamento do QREN	Prazo para emissão de parecer	100	15	14	107	107	DSDR
Relatório global de avaliação decorridos 24 meses sobre a aprovação dos 7 PROVERE regionais	Prazo para elaboração do relatório	100	273	270	101	101	DSDR
Análise da componente económica e de acessibilidades e conteúdos em instrumentos de gestão territorial	Pareceres emitidos dentro dos prazos	100	60	85,7	143	143	DSDR
Análise da componente económica e de acessibilidades em estudos de impacte ambiental referentes a projectos de investimento estruturantes do desenvolvimento regional	Pareceres emitidos dentro dos prazos	100	70	82	117	117	DSDR
Análise da componente económica e de acessibilidades em planos e programas de investimento com incidência regional	Pareceres emitidos dentro dos prazos	100	60	100	167	167	DSDR

Elaboração dos contributos da DSDR para o QUAR, o Plano de Actividades e o Relatório de Actividades	No prazo definido	100	80	100	125	125	DSDR
Apoio técnico/informático à elaboração e à monitorização destes documentos	No prazo definido	100	80	100	125	125	DSDR
Coordenação e monitorização das actividades da DSDR	Realização de 4 reuniões/ano (Janeiro, Abril, Julho, Outubro)	60	75	5	7	54	DSDR
	Disponibilização de informação para monitorização dentro do prazo definido	40	80	100	125		
Implementação do classificador de processos da DSDR, após a operacionalização da aplicação informática	Prazo para implementação	100	40	60	50	50	DSDR
Observatório dos países do mediterrâneo sobre energias renováveis	Participação em reuniões	60	80	0	0	0	DSDR
	Resposta a solicitações	40	80	0	0		
Actualização de informação no site da CCDR	Trimestral dos conteúdos da cont do desenvolvimento regional	40	30	28	107	107	DSDR
	Quadrimestral dos conteúdos sobre a região	40	30	28	107		
	Notas informativas semanais sobre acções e/ou eventos que a DSDR participa ou promove	20	80	85	106		
Reorganização da base de dados de suporte à análise prospectiva regional	Revisão da estrutura da(s) Base(s) de Dados	70	59	48	119	83	DSDR
	Definição dos responsáveis pela actualização dos conteúdos	30	59	0	0		
Avaliação Global DSDR						92,4	

Justificação de Desvios - DSDR

UO	Actividades	Resultado	Justificação
DSDR	Análise de relatórios de acompanhamento e de propostas de reprogramação de programas de acção	148,1	23 reuniões efectuadas na ccdr e 7 com entidades líderes de consórcio e promotores de projectos âncora Média de todas as propostas
	Análise da componente económica e de acessibilidades e logística em instrumentos de gestão territorial	142,8	Das 7 solicitações 6 foram respondidos no prazo solicitado
	Apreciação e acompanhamento físico projectos (contratos programa, programa de equipamentos da DGAL...)	125,0	Houve apenas uma candidatura objecto de análise, o que se verificou no prazo de 12 dias As 13 solicitações efectuadas tiveram o respectivo relatório elaborado em prazo inferior a 15 dias
	Análise e acompanhamento regional de projectos no âmbito do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas-Obras	122,9	Das 13 solicitações 1 tiveram o respectivo relatório elaborado nos 3 dias subsequentes O prazo indicado foi para cada relatório

Representação da CCDR em órgãos colegiais e grupos de trabalho (CA do PRODER, PROMAR, Rede Rural Nacional, Conselho Consultivo do Observatório Regional do Turismo do Alentejo, Comité de Acompanhamento local do projecto Odyssea, Conselho Consultivo Regional	122,1	Participou-se em 50 das 52 reuniões para as quais fomos convocados Foram analisados os 29 documentos recebidos
Análise da componente económica e de acessibilidades em estudos de impacte ambiental referentes a projectos de investimento estruturantes do desenvolvimento regional	117,1	Das 38 solicitações 32 foram respondidas no prazo solicitado
Edição trimestral de boletim de monitorização de aplicação dos fundos comunitários na região	113,3	Prazo médio
Elaboração de pareceres de enquadramento dos projectos candidatos a financiamento do QREN	106,7	Foram solicitados 9 pedidos de enquadramentos, todos respondidos numa média de 14 dias
Relatório global de avaliação decorridos 24 meses sobre a aprovação dos 7 PROVERE regionais	101,1	Concluído em 20-09 mas introduzido na gestão documental em 27-09
Reorganização da base de dados de suporte à análise prospectiva regional	83,1	Esta acção não foi ainda conclusiva, encontrando-se cerca de 80% da análise efectuada
Acordo estratégico para a inovação e o empreendedorismo na região Alentejo	65,9	A meta desta actividade foi alterada para 181 dias, tal como consta no QUAR. Actividade com coordenação executiva da VPR/Dra. Paula de Deus O protocolo que formaliza a parceria integra já o respectivo Plano de Acção. Actividade com coordenação executiva da VPR/Dra. Paula de Deus Esta acção não foi ainda conclusiva, encontrando-se cerca de 15% da análise efectuada
Elaboração de uma matriz <i>input-output</i> para a região Alentejo, nos termos do protocolo celebrado entre a CCDR, a UE e o INE	63,6	Os contactos para a constituição do painel iniciou-se antes da aprovação formal da candidatura e do respectivo contrato de financiamento Sendo a coordenação do projecto da responsabilidade da Universidade de Évora, o seu desenvolvimento não se processou de acordo com o cronograma previsto devido a dificuldades na articulação entre os parceiros e a colaboração do DPP. É expectável que no pr
Implementação do projecto "Construção Sustentável" nos termos do protocolo celebrado entre a CCDR e a Associação Terras Dentro	0,0	Não houve qualquer reunião promovida pela Associação Terras Dentro, entidade coordenadora do projecto Não houve qualquer solicitação
Preparação de informação sistematizada sobre a situação regional e a execução do INALENTEJO para apoio técnico à Comissão de Aconselhamento Estratégico do INALENTEJO	0,0	Não houve qualquer reunião da Comissão nem qualquer solicitação em conformidade.
O turismo regional no período 2000/2010 no quadro dos instrumentos de apoio financeiro existentes	0,0	Não foi elaborado o relatório uma vez que o técnico afecto ao mesmo esteve praticamente todo o ano no regime de faltas por doença, tendo-se mesmo aposentado no passado dia 1 de novembro
Observatório dos países do mediterrâneo sobre energias renováveis	0,0	A candidatura em parceria com várias regiões europeias apresentada a financiamento não foi aprovada pela CE e como tal o projecto não teve desenvolvimento. Idem

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – DSOT

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Definição das funcionalidades das componentes do Sistema de Monitorização e Avaliação do PROTA	Índice de articulação com o Sistema Nacional de Indicadores e Informação de Base do Ordenamento do Território e Urbanismo e com o QREN	40	90	75	83	33	DSOT
	Prazo para identificação das funcionalidades	60	272	0	0		
Análise e emissão de pareceres sobre Definições de Âmbito, Relatórios Ambientais, Estudos de Impacte Ambiental.	Índice de pareceres produzidos face às solicitações	100	95	100	105	105	DSOT
Pareceres sobre as diversas fases dos Instrumentos de Gestão Territorial.	Índice e de pareceres produzidos face às solicitações	100	95	100	105	105	DSOT
Pareceres sobre Programas de Acção e Programas Estratégicos dos instrumentos da Política de Cidades Parcerias para a Regeneração Urbana e Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação.	Índice de pareceres produzidos face às solicitações	100	95	100	105	105	DSOT
Análise e procedimentos subsequentes de autorização ou registo de comunicação prévia no âmbito da aplicação do regime da REN.	Índice de pareceres produzidos face às solicitações	100	95	100	105	105	DSOT
Procedimentos inerentes ao regime Jurídico da Urbanização e Edificação.	Índice de procedimentos operados.	100	95	100	105	105	DSOT
Procedimentos inerentes ao regime Jurídico da RAN.	Índice de procedimentos operados.	100	95	100	105	105	DSOT
Participação no âmbito dos cronograma aprovado do projecto PEGLA	Plano estratégico apresentado.	100	365	NA	0	0	DSOT
Participação no âmbito do plano de trabalho da Rede NECSTOUR	Relatório produzido	100	365	348	105	105	DSOT
Aplicação adequada do Regime Jurídico da REN	Sessões realizadas	60	4	0	0	0	DSOT
	Índice de participação das autarquias	40	75	0	0		
Avaliação Global						77,0	

Justificação de Desvios - DSOT

UO	Actividades	Resultado	Justificação
DSOT	Definição das funcionalidades das componentes do Sistema de Monitorização e Avaliação do PROTA	33,3	Por razões orçamentais não foi possível implementar o Projecto Sistema de Monitorização do PROT Alentejo de que o indicador dependia.
	Aplicação adequada do Regime Jurídico da REN	0,0	Não foram publicadas as Orientações Estratégicas de âmbito Nacional e Regional que regulamentariam os critérios e metodologias a aplicar na demitação dos vários sistemas. Não foram publicadas as Orientações Estratégicas de âmbito Nacional e Regional que regulamentariam os critérios e metodologias a aplicar na demitação dos vários sistemas.
	Participação no âmbito dos cronograma aprovado do projecto PEGLA	0,0	Não foi possível a sua conclusão em 2011 (horizonte temporal previsto), uma vez que o correspondente projecto PIDDAC que permitiria assegurar a respectiva contrapartida nacional foi objecto de medidas excepcionais de contenção de despesa a partir de Março de 2011

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES - DSA

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Gestão dos processos de AIA enquanto Autoridade de AIA	Índice de processos desenvolvidos (Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 1009	90	100	100	100	111	DSA
	Nº processos respondidos em 90% do prazo legal / Nº processos solicitados x100	10	10	21	210		
Colaboração com outras Autoridades de AIA	Índice de processos desenvolvidos (Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100)	90	100	100	100	118	DSA
	Nº processos respondidos em 90% do prazo legal / Nº processos solicitados x100	10	10	28	280		
Participação em processos de Avaliação Ambiental Estratégica	Índice de processos desenvolvidos (Nº processos respondidos/ nº total de processos solicitados x 100)	100	95	100	105	105	DSA
Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias	Índice de processos desenvolvidos (Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100)	90	100	100	100	190	DSA
	Nº processos respondidos em 90% do prazo legal / Nº processos solicitados x100	10	10	100	1000		
Participação no processo de licenciamento de unidades extractivas	Índice de processos desenvolvidos (Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100)	90	100	100	100	179	DSA
	Nº processos respondidos em 90% do prazo legal / Nº processos solicitados x100	10	10	89	890		
Licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros	Índice de processos desenvolvidos (Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100)	90	100	100	100	123	DSA
	Nº processos respondidos em 90% do prazo legal / Nº processos solicitados x100	10	10	33	330		
Exploração da rede de monitorização da qualidade do ar	Índice de eficiência das estações (Somatório ponderado da taxa de eficiência de cada estação / Nº de estações*100 (sendo que o cálculo da Taxa de eficiência da estação = Somatório ponderado da Taxa de eficiência de cada parâmetro/ Nº de parâmetros da res	100	90	73	81	81	DSA
Avaliação de mapas e planos de ruído	Nº de mapas de ruído e planos de ruído acompanhados/nº solicitações x 100	100	90	92	102	102	DSA
Implementação de processos de pós-avaliação em AIA	Nº de novos processos pós-avaliação implementados	100	5	6	120	120	DSA

Análise de relatórios exigidos em fase de licenciamento	Índice de análise de relatórios recebidos (PCIP, pedreiras, emissões para a atmosfera, ruído e resíduos)	100	75	85	113	113	DSA
Desenvolvimento de serviço multi-canal de comunicação de dados de auto-controlo das emissões gasosas	1 novo serviço disponibilizado	100	304	304	100	100	DSA
Acompanhamento técnico e ou financeiro de protocolos/projectos da área da DSA ("GISA" e "Reabilitação para Valorização e Qualificação Ambiental")	Índice de execução PIDDAC (Despesa realizada em PIDDAC / despesa prevista em PIDDAC x 100)	50	75	51,26	68	90	DSA
	Índice de respostas a solicitações externas	50	90	100	111		
Resposta a solicitações de parecer por parte do QREN	Nº de respostas / nº de solicitações x 100	100	100	86	86	86	DSA
Disponibilização online de processos de Avaliação Ambiental	Funcionalidade instalada para disponibilização online de processos	100	350	350	100	100	DSA
Disponibilização ao público de dados de qualidade do ar	Nº de dias em que o registo regional surge na base de dados nacional (ar) / nº de dias do ano (excepto domingos e feriados)	100	100	113	113	113	DSA
Sistematização de informação produzida ou disponível sobre ar, ruído e resíduos para o CODR	Actualização anual de informação relativa ao ano anterior	100	180	0	0	0	DSA
Avaliação Global DSA						108,2	

Justificação de Desvios - DSA

UO	Actividades	Resultado	Justificação
DSA	Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias	190,0	Os processos REAL correm numa plataforma electrónica em que foi possível dar resposta em prazos muito curtos; os processos REAP revelaram-se pouco complexos, permitindo a emissão de pareceres em prazos reduzidos
	Disponibilização ao público de dados de qualidade do ar	113,0	O resultado obtido justifica-se pelo facto do envio de dados se ter efectuado em domingos e feriados (ao contrário do que estava previsto)
	Desenvolvimento de serviço multi-canal de comunicação de dados de auto-controlo das emissões gasosas	100,0	Serviço disponibilizado em tempo, encontrando-se em fase de validação por entidade externa
	Acompanhamento técnico e ou financeiro de protocolos/projectos da área da DSA ("GISA" e "Reabilitação para Valorização e Qualificação Ambiental")	89,7	O despacho do Ministro das Finanças de Abril de 2011 não permitiu executar a percentagem restante por ter sido suspenso o financiamento nacional
	Resposta a solicitações de parecer por parte do QREN	86,0	Nota: foi alterada a forma de verificação do objectivo, que passou a ser efectuada através do SIGPOA. Todas as candidaturas passaram a ser enviadas para apreciação, sem qualquer triagem prévia; no início do processo, houve algumas falhas que se traduziram no resultado obtido
	Exploração da rede de monitorização da qualidade do ar	81,1	Meta não alcançada por não ter sido possível reparar analisadores avariados, devido às contenções orçamentais
	Sistematização de informação produzida ou disponível sobre ar, ruído e resíduos para o CODR	0,0	Foi reestruturada a filosofia do CODR, não tendo sido solicitado à DSA a informação aqui prevista

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – DSAJAL

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Cooperação Técnica e Financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e Suas Associações e Particulares	Grau de execução de programas de financiamento (Processos executados / Processos entrados) x 100	100	95	97	102	102	DSAJAL
Análises Financeiras Regionais – Administração Local	Volume de informação analisada (municípios e suas associações) – (Prestações de contas analisadas / Prestações de contas entradas) x 100	30	98	100	102	110	DSAJAL
	Volume de informação analisada (freguesias) – (Prestações de contas analisadas / Prestações de contas entradas) x 100	20	70	95	136		
	Quota de execução do relatório preliminar de execução financeira para 2010 – municípios alentejanos	50	95	100	105		
Estudo das Finanças Municipais (2003/2010) – Análise por Município	Quota de execução do estudo	100	50	70	140	140	DSAJAL
Validação entre as Prestações de Contas Municipais e o SIIAL (DGAL)	Grau de execução – (Nº de prestações validadas / Nº de prestações apresentadas) x 100	100	95	100	105	105	DSAJAL
Tratamento da informação das autarquias (área financeira e cooperação), pareceres jurídicos e contra-ordenações	Grau de execução da disponibilização da informação relativa à área financeira e da cooperação autárquica	70	85	100	118	124	DSAJAL
	Quadro relativo à informação nas áreas dos pareceres jurídicos e das contra-ordenações	30	152	91	140		
Apoio Técnico às Autarquias Locais	Acréscimo do índice de resposta aos pedidos de parecer jurídico – ((pareceres emitidos / pareceres solicitados) x100) – Índice base 66%	40	5	18	360	210	DSAJAL
	Grau de execução de pareceres (divulgação) – (pareceres executados / pareceres solicitados) x 100	20	90	100	111		
	Grau de execução dos pedidos (via telefone ou presencial) de informação e esclarecimento das autarquias ((respostas/solicitações) x100)	40	90	99	110		
Acompanhar a execução do Plano Oficial de Contabilidade Para as Autarquias Locais (POCAL)	Grau de execução do POCAL – (Nº de suportes de apoio ou esclarecimento elaborados ou participados / Nº de suportes de apoio ou esclarecimento solicitados) x 100	40	90	100	111	108	DSAJAL
	Grau de resposta – (Nº de solicitações respondidas / Nº de solicitações entradas) x 100	60	95	100	105		
Acompanhar os processos relativos à Administração Local (Fundo Social Municipal e Outros)	Grau de execução dos processos – (processos executados / processos em carteira) x 100	100	85	96	113	113	DSAJAL

Participação em reuniões	Grau de participação – (Eventos participados / eventos realizados) * 100	100	95	100	105	105	DSAJAL
Elaboração de propostas	Grau de execução de propostas – (Propostas elaboradas / propostas solicitadas) * 100	100	95	100	105	105	DSAJAL
Instauração de Processos de Contra-Ordenação no âmbito do Ambiente e Conservação da Natureza	Índice de instauração de processos – (Nº de processos instaurados / Nº de processos jurídicos) x 100	100	60	85	142	142	DSAJAL
Instauração de Processos de Contra-Ordenação no âmbito do Ordenamento do Território	Índice de instauração de processos – (Nº de processos instaurados / Nº de processos jurídicos) x 100	100	60	100	167	167	DSAJAL
Instrução de Processos de Contra-Ordenação	Índice de decisão de processos – (Nº de notificações de decisão / Nº de processos em instrução) x 100	100	43	60	140	140	DSAJAL
Elaboração de pareceres e esclarecimentos de natureza jurídica aos Serviços da CCDRALentejo	Índice de resposta – (Nº de respostas / Nº solicitações) x 100	100	75	91	121	121	DSAJAL
Acessibilidade à Rede de Conhecimento	Prazo para a operacionalização da Rede	100	305	209	131	131	DSAJAL
Avaliação Global DSAJAL						128,3	

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES - DSF

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
PAF 2011	PAF 2011 executado	100	350	297	115	115	DSF
Formação SSB	N.º de acções	100	1	0	0	0	DSF
Formação SSL	N.º de acções	100	1	0	0	0	DSF
Formação SSP	N.º de acções	100	1	0	0	0	DSF
Formação SSB	N.º de acções	100	2	0	0	0	DSF
Formação SSL	N.º de acções	100	2	0	0	0	DSF
Formação SSP	N.º de acções	100	2	0	0	0	DSF
Resolução de denúncias no prazo médio de 60 dias úteis desde a data de recepção na DSF	Numero médio de dias decorridos entre a recepção da denúncia/reclamação e a sua verificação/arquivamento	100	60	45	125	125	DSF
Elaborar o auto de notícia no menor número possível de dias	Numero médio de dias decorridos entre a inspecção e a elaboração dos autos de notícia	100	20	2	190	190	DSF
Avaliação Global						47,8	

Justificação de Desvios - DSF

UO	Actividades	Resultado	Justificação
DSF	Formação SSB	0,0	As acções de formação em causa encontravam-se enquadradas numa acção de formação conjunta com os militares da GNR/SEPNA e a ser ministrada pela DSF em parceria com a DSAJAL, no âmbito de protocolo a celebrar entre aquela entidade e a CCDRA, durante o ano
	Formação SSL	0,0	As acções de formação em causa encontravam-se enquadradas numa acção de formação conjunta com os militares da GNR/SEPNA e a ser ministrada pela DSF em parceria com a DSAJAL, no âmbito de protocolo a celebrar entre aquela entidade e a CCDRA, durante o ano
	Formação SSP	0,0	As acções de formação em causa encontravam-se enquadradas numa acção de formação conjunta com os militares da GNR/SEPNA e a ser ministrada pela DSF em parceria com a DSAJAL, no âmbito de protocolo a celebrar entre aquela entidade e a CCDRA, durante o ano
	Formação SSB	0,0	As acções de formação em causa encontravam-se enquadradas numa acção de formação conjunta com os militares da GNR/SEPNA e a ser ministrada pela DSF em parceria com a DSAJAL, no âmbito de protocolo a celebrar entre aquela entidade e a CCDRA, durante o ano
	Formação SSL	0,0	As acções de formação em causa encontravam-se enquadradas numa acção de formação conjunta com os militares da GNR/SEPNA e a ser ministrada pela DSF em parceria com a DSAJAL, no âmbito de protocolo a celebrar entre aquela entidade e a CCDRA, durante o ano
	Formação SSP	0,0	As acções de formação em causa encontravam-se enquadradas numa acção de formação conjunta com os militares da GNR/SEPNA e a ser ministrada pela DSF em parceria com a DSAJAL, no âmbito de protocolo a celebrar entre aquela entidade e a CCDRA, durante o ano

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES - DSCGAF

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Implementação e actualização de aplicações na área da gestão financeira	Nº de novas funcionalidades implementadas ou actualizadas	100	2	3	150	150	DSCGAF
Implementação e actualização de aplicações na área da gestão de recursos humanos	Nº de novas funcionalidades implementadas ou actualizadas	100	3	5	167	167	DSCGAF
Implementação do Sistema de Pagamentos On-line	Data início de disponibilização do serviço	100	304	304	100	100	DSCGAF
Regulamentação do Funcionamento do Arquivo Geral da CCDRA	Data de aprovação do Regulamento de Arquivo	100	304	0	0	0	DSCGAF
Implementação de Actividades de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	Medidas Implementadas	100	3	0	0	0	DSCGAF
Implementação do Portal do Trabalhador	Data de Início de funcionamento do Portal	100	180	-	0	0	DSCGAF
Executar o Plano de Formação da CCDRA para 2011	N.º Trabalhadores integrados em acções de formação em 2011/ Total de Trabalhadores	100	25	48	192	192	DSCGAF
Implementar uma metodologia de proactividade na execução do Plano de Formação	Nº de Propostas formação apresentadas trimestralmente / Nº Total de Acções de Formação Identificadas no Plano de Formação.	100	80	100	125	125	DSCGAF
Implementar o Regulamento Interno de Formação	Data de aprovação do Regulamento de Formação	100	120	0	0	0	DSCGAF
Assegurar o funcionamento integrado de todos os módulos das aplicações de gestão de recursos humanos, gestão orçamental e aprovisionamento	Nº Processos de Aquisição de bens e serviços iniciados no módulo de aprovisionamento / N.º total de Aquisição de bens e serviços realizados	50	30	0	0	56	DSCGAF
	Nº Processamentos de despesas com o pessoal iniciados no módulo de Recursos Humanos / N.º total de processamentos de despesas com o pessoal realizados	50	80	89	111		
Aumentar o nível de eficácia na concretização dos projectos PIDDAC	Saldo Financeiro PIDDAC não utilizado em 31/12/2011/Total Receita PIDDAC	50	25	12	48	169	DSCGAF

	Reuniões de Acompanhamento do PIDDAC realizadas com os responsáveis dos projectos	50	20	58	290		
Assiduidade e Remunerações	Nível de Fiabilidade dos Serviços Prestados = N.º Processamentos Correctos / N.º total de Processamentos	100	95	99,9	105	105	DSCGAF
Gestão de Carreiras e de Processos Individuais	Nível de Fiabilidade dos Serviços Prestados = N.º Processamentos Correctos / N.º total de Processamentos	50	95	0	0	0	DSCGAF
	Redução do tempo de resposta a requerimentos	50	10	0	0		
Balanço Social	Prazo de Conclusão	100	75	90	80	80	DSCGAF
Arquivo e Expediente	Nível de Fiabilidade dos Serviços Prestados = N.º Processamentos Correctos / N.º total de Processamentos	100	95	97,2	102	102	DSCGAF
Deslocações em Serviço	Taxa de cobertura das necessidades de deslocações em serviço = N.º Solicitações Satisfeitas / N.º total solicitações	100	90	99,8	111	111	DSCGAF
Gestão do Património e Inventário	Data aprovação de Regulamento de Inventário e Cadastro	20	304	0	0	0	DSCGAF
	Data conclusão do Registo de Inventário	60	212	0	0		
	Data Aprovação de Regulamento de utilização da frota automóvel	20	90	0	0		
Gestão do Aprovisionamento	Prazo médio entre o despacho inicial de início de procedimento e a data de adjudicação	100	60	59	102	102	DSCGAF
Gestão Orçamental	Data de apresentação mensal dos Pedidos de Libertação de Crédito (dias do início mês)	30	8	8	100	100	DSCGAF
	Actualização mensal de todos os sistemas de Informação Financeira e Orçamental (do mês seguinte)	35	12	12	100		
	Prazo médio entre a solicitação de emissão de guias de receita e a sua emissão	35	5	5	100		
Gestão de Tesouraria	Nível de Fiabilidade dos Serviços Prestados = N.º Pagamentos Correctos / N.º total de Pagamentos	100	95	99,9	105	105	DSCGAF
Avaliação Global DSCGAF						83,2	

Justificação de Desvios - DSCGAF

UO	Actividades	Resultado	Justificação
DSCGAF	Assegurar o funcionamento integrado de todos os módulos das aplicações de gestão de recursos humanos, gestão orçamental e aprovisionamento	55,6	Medida não implementada por falta de recursos humanos regulares na Secção de Aprovisionamento por motivo de uma funcionaria ser trabalhadora estudante e a responsável do serviço se encontrar de baixa nos últimos meses do ano, o que condicionou o serviço a
	Gestão do Património e Inventário	0,0	Medida não implementada por insuficiência de recursos humanos, materiais e financeiros adequados. O registo de inventário encontra-se em fase de elaboração com o levantamento de existências já efectuado em todo o Edifício-sede e Serviço Sub-Regional de Santo André, com excepção das estações. Faltam ainda os Serviços Sub-Regionais de Beja e Portalegre. Medida não implementada por insuficiência de recursos humanos, materiais e financeiros adequados.
	Implementar o Regulamento Interno de Formação	0,0	Medida não implementada por insuficiência de recursos humanos, materiais e financeiros adequados.
	Implementação do Portal do Trabalhador	0,0	Medida não implementada em função das restrições administrativas e orçamentais em vigor durante o ano 2011, que inviabilizaram o desenvolvimento em tempo útil, do respectivo processo de aquisição.
	Regulamentação do Funcionamento do Arquivo Geral da CCDRA	0,0	Medida não implementada em função da cessação antecipada do contrato de estágio no âmbito do PEPAC, celebrado com licenciado na área do arquivo e documentação, não dispo de a CCDR Alentejo de outros recursos com conhecimento técnico especializado que perm
	Gestão de Carreiras e de Processos Individuais	0,0	Dados não apurados por dificuldade do sistema de aferição Dados não apurados por dificuldade do sistema de aferição
	Implementação de Actividades de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	0,0	Apesar de ter sido proposta a implementação de três medidas de carácter relevante em matéria de higiene, saúde e segurança no trabalho, não foi possível a sua implementação, em função das restrições administrativas e orçamentais em vigor durante o ano 2

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES - DCI

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Auditoria de despesas	Despesas entradas em 2011 auditadas	80	95	100	105	89	DCI
	Verificações <i>in situ</i>	20	95	25	26		
Assessoria técnica	Alterações a projectos para decisão superior apreciados	50	95	100	105	110	DCI
	Apoio técnico e operacional prestado a beneficiários	25	95	100	105		
	Comunicação, publicidade e promoção efectuada	25	12	15	125		
Participação nos órgãos de gestão	Comités de Acompanhamento participados	50	2	1	50	50	DCI
	Comités de Gestão participados	50	2	1	50		
Dinamizar a Comunidade de Trabalho Eurorregião EUROACE	Observatório da Cooperação transfronteiriça implantado	30	180	120	133	110	DCI
	Comissões Sectoriais dinamizadas	70	5	5	100		
Comunicação, promoção e divulgação	Portal web alimentado com conteúdos	50	10	26	260	200	DCI
	Promoção e divulgação realizada	50	10	14	140		
Implementar a Comunidade de Trabalho Eurorregião EUROAAA	Órgãos de gestão implementados	50	365	90	175	147	DCI
	Estratégia de cooperação transfronteiriça implementada	50	365	300	118		
Comunicação, promoção e divulgação	Portal web alimentado com conteúdos	50	10	24	240	220	DCI
	Promoção e divulgação realizada	50	10	20	200		
Execução do projecto GIT ACE IV	Comunidade de trabalho dinamizada	35	2	1	50	67	DCI
	Ações de formação, divulgação, comunicação e publicidade realizadas	35	10	14	140		
	Peças documentais para o encerramento realizadas	30	120	0	0		
Implementação do projecto GIT EUROACE	Comunidade de trabalho dinamizada	50	1	0	0	0	DCI
	Ações de formação, divulgação, comunicação e publicidade realizadas	50	5	0	0		
Execução do projecto GIT AAA	Comunidade de trabalho dinamizada	35	2	1	50	161	DCI
	Ações de formação, divulgação, comunicação e publicidade realizadas	35	10	41	410		
	Peças documentais para o encerramento realizadas	30	120	0	0		
Implementação do projecto GIT EUROAAA	Comunidade de trabalho dinamizada	50	1	0	0	10	DCI
	Ações de formação, divulgação, comunicação e publicidade realizadas	50	5	1	20		
Dinamizar programas de cooperação transnacional e interregional	Órgãos de gestão participados	30	3	2	67	131	DCI
	Assessoria técnica realizada	35	6	7	117		

	Comunicação, promoção e divulgação efectuada	35	6	12	200		
Participação em entidades europeias representativas de espaços específicos	Órgãos de gestão participados	30	5	2	40	12	DCI
	Assessoria técnica realizada	35	8	6	0		
	Comunicação, promoção e divulgação efectuada	35	8	8	0		
Participação em projectos de cooperação transnacionais e interregionais	Projecto Winnet8 coordenado	60	6	12	200	160	DCI
	Projecto Pirene IV acompanhado	40	2	2	100		
Eventos internacionais de promoção e difusão da cooperação territorial	Evento Open Days organizado e coordenado	50	1	2	200	100	DCI
	Número de parceiros acrescidos nas Andalusiadas	50	10	0	0		
Avaliação Global DCI						104,4	

Justificação de Desvios - DCI

UO	Actividades	Resultado	Justificação
DCI	Comunicação, promoção e divulgação	220,0	Criação, adaptação, tradução, verificação e inserção de conteúdos na web; a maioria destes conteúdos foi replicada na rede social Facebook, atingindo por essa via um público alvo bastante superior e diversificado. 14 reuniões sectoriais; workshop transfronteiriço intersectorial para preparação, reflexão e debate conjunto do Pact-A3; lançamento do Caderno de Tapas e Petiscos; criação e difusão de material publicitário e promocional; organização, coordenação e implantação de exposição "Terra de Linces"; organização, coordenação e implantação da exposição "Al Hilo del Guadiana"; apoio à realização de dois cursos de espanhol, promovidos pela ADPMértola; promoção da Euroregião na edição bilingue do Diário do Sul; concebida, organizado em Sines um workshop transfronteiriço sobre o tema "O papel da Euroaaa na Europa do Mar"
	Comunicação, promoção e divulgação	200,0	A maioria dos conteúdos foi replicada na rede social Facebook, atingindo por essa via um público alvo bastante superior e diversificado. 9 iniciativas difundidas no âmbito da Euroace; celebração do Dia da Europa; Difusão da Brochura Euroace; colaboração na difusão da criação da rede de Cidades Euroace; organização de um curso de espanhol; publicação de anúncios de promoção e difusão da Euroregi
	Execução do projecto GIT AAA	161,0	A meta indicada está errada, provavelmente devendo-se a um erro de simpatia pela existência de duas comunidades de trabalho correspondentes a dois projectos GIT, que, no entanto, se encontram autonomizados no presente Plano de Actividades. Redacção e inserção de 20 conteúdos na web e na rede social Facebook; 14 reuniões sectoriais e 1 workshop transfronteiriço intersectorial organizadas e suportadas financeiramente; organização do lançamento do Caderno de Tapas e Petiscos; lançamento e supor O projecto GIT AAA aprovado na I convocatória do POCTEP foi sucessivamente prorrogado para 30 de Junho e para 31 de Dezembro, pelo que esta actividade se não aplicou no decurso de 2011.
	Participação em projectos de cooperação transnacionais e interregionais	160,0	Participação de excepcional qualidade e relevância regional e social, animada por e num contexto de participação e intercâmbio local, regional e interregional, que culminou a nível nacional na criação do primeiro Centro de Recursos para o empreendedorismo Tratou-se de um acompanhamento permanente das acções desenvolvidas e estruturas de pressão montadas, já que a interposição de acções
	Implementar a Comunidade de Trabalho Euroregião EUROAAA	146,6	Implantada a Comunidade de Trabalho e as Comissões Sectoriais no decurso da Reunião do Conselho da Comunidade em Março (9-10, Sevilha) Entregue documento ao promotor principal, a Junta de Andaluzia, em Outubro

			A conjuntura económica e financeira dificultou a participação presencial nos órgãos de gestão e acompanhamento, tendo sido possível assegurar a presença em acções do Espaço MED, com comunicação sobre Vias verdes no Alentejo e difusão do Interreg IVC. No contexto da cooperação numa envolvente transnacional permitida pelo Programa ESPON, assegurou-se a participação da CCDR no projecto ULYSSES, mediante a organização e participação em órgãos de coordenação e de acompanhamento e assessoria técnica. Entre muitas solicitações por meios não contabilizados, foi possível divulgar e promover acções de sensibilização e difusão em número superior ao previsto
	Dinamizar programas de cooperação transnacional e interregional	130,8	
	Assessoria técnica	110,2	12 Relatórios mensais efectuados sobre a execução dos projectos POCTEP; 1 acção de divulgação dos resultados da segunda convocatória; 1 acção de difusão, promoção e incentivo à execução financeira de projectos que implicou acções de recolha, selecção e in
	Eventos internacionais de promoção e difusão da cooperação territorial	100,0	Foi concebida, orientada, organizada e assegurada a presença em Bruxelas de um orador e um representante da região; foi concebido, organizado, promovido e participado um evento em Sines sob a égide da participação nos Open Days de 211 no quadro da Europa O evento Andalusiadas correspondente ao ano de 21 e da responsabilidade organizativa da Andaluzia foi celebrado apenas no decurso de 211, pelo que a organização do evento pelo Alentejo ficou prejudicada.
	Auditoria de despesas	89,5	Todas as actividades inerentes à verificação de despesas (em gabinete e físicas <i>in situ</i>) decorrentes do contrato celebrado entre a Autoridade de Gestão do POCTEP e a CCDR enquanto Organismo Intermédio regional responsável pela auditoria às despesas dos pr
	Execução do projecto GIT ACE IV	66,5	A meta indicada está errada, provavelmente devendo-se a um erro de simpatia pela existência de duas comunidades de trabalho correspondentes a dois projectos GIT, que, no entanto, se encontram autonomizados no presente Plano de Actividades. 9 pequenas iniciativas de cooperação apoiadas publicitariamente e difundidas no quadro do projecto; organização do Dia da Europa; organização do lançamento do livro "Os Conceitos de Velho e novo..."; organização de 2 cursos de espanhol; promoção do Gabinete O projecto GIT Ace aprovado na I convocatória do POCTEP foi sucessivamente prorrogado para 30 de Junho e para 31 de Dezembro, pelo que esta actividade se não aplicou no decurso de 2011.
	Participação nos órgãos de gestão	50,0	As autoridades responsáveis pelo POCTEP apenas convocaram uma reunião do Comité de Acompanhamento (8/6/11) As autoridades responsáveis pelo POCTEP apenas convocaram uma reunião do Comité de Gestão (8/6/11)
	Participação em entidades europeias representativas de espaços específicos	12,0	A conjuntura económica e financeira dificultou a participação presencial nos órgãos de gestão e acompanhamento, tendo sido possível assegurar a presença no Comité Executivo da ARFE e organizado em Sines o Bureau Político da Comissão Arco Atlântico
	Implementação do projecto GIT EUROAAA	10,0	A prorrogação sucessiva do projecto GITEUROAAA, aprovado na I convocatória do POCTEP, com finalização, após prorrogação, em 31/12/211, impediu, do ponto de vista físico e financeiro, a execução das acções previstas, sobrepostas, na sua quase totalidade, Idem. A título excepcional, por razões de cumprimento de normas atinentes ao POCTEP, foi apoiada financeiramente no quadro deste projecto uma acção publicitária transfronteiriça.
	Implementação do projecto GIT EUROACE	0,0	A prorrogação sucessiva do projecto GITEUROACE, aprovado na I convocatória do POCTEP, com finalização, após prorrogação, em 31/12/211, impediu, do ponto de vista físico e financeiro, a execução das acções previstas, sobrepostas, na sua quase totalidade, Idem

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – DII

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Reengenharia de Processos da CCDRA	Manual de Normas e Especificações para Aplicações Informáticas	50	150	224	51	86	DII
	Desenvolvimento das aplicações identificadas	50	240	191	120		
Monitorização da utilização da Aplicação	Alterações introduzidas / alterações solicitadas	50	80	100	0	0	DII
	Relatórios de monitorização	50	10	100	0		
Dinamização do Centro de Documentação	Publicações registadas na base de dados / publicações recebidas	30	90	100	111	92	DII
	Procedimentos de divulgação no site e intranet de publicações / publicações recebidas	40	90	100	111		
	Contactos com instituições efectuados	30	24	11	46		
Manutenção de "sites" da internet	Procedimentos de manutenção / pedidos de assistência	40	90	100	111	167	DII
	Procedimentos de dinamização e divulgação de informação efectuados	25	40	84	210		
	Novas funcionalidades implementadas	35	4	8	200		
Garantia de efectivação da actividade editorial	Participações efectuadas / participações solicitadas	30	90	100	111	113	DII
	Edição de um número da Revista da CCDR	40	1	2	200		
	Edição de Cadernos Temáticos da CCDR	30	4	5	0		
Suporte logístico à realização de eventos e certames de promoção e marketing institucional e territorial	Participações efectuadas / participações solicitadas	100	100	100	100	100	DII
Difusão interna da informação e de indicadores de natureza geográfica de apoio às atribuições da CCDR	Acções de divulgação periódicas	100	3	5	167	167	DII
Gestão dos Recursos Informáticos (Infra-estrutura)	Tempo de resolução dos problemas de inoperacionalidade do hardware face à sua sinalização	20	20	23	85	207	DII
	Tempo de resolução dos problemas de inoperacionalidade dos serviços face à sua sinalização	30	50	48	104		
	Tempo médio entre falhas ao nível do hardware	50	90	286	318		
Gestão dos Recursos Informáticos (Infra-estrutura)	Tempo médio entre falhas ao nível dos serviços	100	30	196	653	653	DII
Gestão e Manutenção de Aplicações e Dados	Tempo de inoperacionalidade de aplicações contratadas	40	100	30	170	135	DII
	Recuperação de dados / solicitações de recuperação	30	90	100	111		
	Intervenções concretizadas / intervenções solicitadas	30	90	100	111		
Segurança dos Dados da Organização	Intromissões no Sistema Informático	100	2	1	50	50	DII

Apoio à gestão do SIGPOA	Necessidades de apoio expressas / reuniões técnicas realizadas	100	90	100	111	111	DII
Apoio à aplicação do SIGPOA na perspectiva do utilizador interno	Apoios prestados / apoios solicitadas	100	90	100	111	111	DII
Modelo de Dados de Suporte ao SIG do PROT: conclusão da sua estruturação, compreendendo: a criação dos metadados em falta; a criação dos documentos que sintetizam o contexto e as normas orientadoras aplicáveis às componentes da informação geográfica.	Temas de informação geográfica objecto de criação/actualização de metadados	50	12	11	92	108	DII
	Documentos de e de normas orientadoras	50	12	15	125		
Inserção do SIG do PROT nas Infra-estruturas de Dados Espaciais (IDE) Nacionais, em particular no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT)	Sistemas Territoriais do PROT inseridos no SNIT	50	4	0	0	0	DII
	Instrumentos de observação territorial envolvidos	50	3	0	0		
Desenvolvimento da aplicação WebSIG para o PROT Alentejo	Serviços Web a criar no sentido de disponibilizar a informação referente ao PROT Alentejo	50	6	4	67	67	DII
	Aplicações para consulta, através da Internet, dos documentos fundamentais do PROT Alentejo	50	6	4	67		
Processamento, com recurso às funcionalidades SIG, de informação geográfica de suporte ao desenvolvimento regional, territorial e ambiental, resultante de solicitações internas ou externas, com o correspondente reforço do SIG geral da CCDR Alentejo	Solicitações apoiadas / solicitações apresentadas	60	80	95	0	0	DII
	Temas de informação geográfica incorporados no SIG geral da CCDRA	40	6	9	0		
Criação do Sistema de Indicadores Sócio-ambientais (SISA) de suporte à formulação de Análises Espaciais tendo em vista a definição de prioridades e o apoio à tomada de decisões.	Número de variáveis processadas	40	10	4	0	0	DII
	Número de indicadores de síntese obtidos	60	4	0	0		
Estruturação de Sistema de Informação de apoio à gestão e acesso aos processos de AIA	Nº de estudos de AIA incluídos no sistema	100	5	5	100	100	DII
Participação no Projecto OTALEX C – Observatório Territorial e Ambiental Alentejo-Extremadura – Centro	Actualização de cartografia e ortofotomapas da área da Região Alentejo (serviços WMS a subscrever)	50	3	0	0	0	DII

	Melhoria tecnológica e funcional do nó local da IDE OTALEX (serviços WMS a disponibilizar)	50	4	0	0		
Modernização da infraestrutura de suporte à tecnologia de comunicações da CCDR Alentejo	Funcionalidades implementadas	100	360	336	107	107	DII
Remodelação do Centro de Dados e implementação de procedimentos em conformidade com as Normas de Segurança ISO/IEC 27000	Funcionalidades e procedimentos implementados	100	360	0	0	0	DII
Aquisição de meios de suporte à implementação da Assinatura Electrónica	Meios e funcionalidades implementadas	100	180	0	0	0	DII
Avaliação Global DII						103,2	

Justificação de Desvios - DII

UO	Actividades	Resultado	Justificação
	Dinamização do Centro de Documentação	91,5	Entidades com quem se estabeleceram contactos e se realizou intercâmbio de documentos
	Reengenharia de Processos da CCDRA	85,5	Atraso no desenvolvimento do projecto por parte da equipa de outsourcing
	Criação do Sistema de Indicadores Sócio-ambientais (SISA) de suporte à formulação de Análises Espaciais tendo em vista a definição de prioridades e o apoio à tomada de decisões.	0,0	O SIG foi objecto de alteração de prioridades tendo esta actividade sido preterida em relação a actividades de suporte a instrumentos de gestão do território
	Participação no Projecto OTALEX C - Observatório Territorial e Ambiental Alentejo-Extremadura – Centro	0,0	Não houve lugar à participação prevista por que não houve autorização da tutela para execução da despesa PIDDAC inscrita em orçamento de 2011
DII	Inserção do SIG do PROT nas Infra-estruturas de Dados Espaciais (IDE) Nacionais, em particular no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT)	0,0	Não houve autorização da tutela para execução da despesa PIDDAC inscrita em orçamento de 2011
	Desenvolvimento da aplicação WebSIG para o PROT Alentejo	0,0	Não houve autorização da tutela para execução da despesa PIDDAC inscrita em orçamento de 2011 ; Executado internamente
	Remodelação do Centro de Dados e implementação de procedimentos em conformidade com as Normas de Segurança ISO/IEC 27000	0,0	Não houve autorização da tutela para execução da despesa PIDDAC inscrita em orçamento de 2011
	Aquisição de meios de suporte à implementação da Assinatura Electrónica	0,0	Não houve autorização da tutela para execução da despesa PIDDAC inscrita em orçamento de 2011

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – SSP

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Gestão corrente da RAN e REN	Taxa de processos apreciados	100	95	100	105	105	SSP
Emissão de pareceres sobre uso, alteração e transformação do solo;	Taxa de processos apreciados	100	95	100	105	105	SSP
Acompanhamento de planos de ordenamento do território e planos sectoriais	Redução em 5% do prazo médio de emissão de pareceres face ao ano anterior.	75	5	5	100	101	SSP
	Assegurar em 98% a presença para as reuniões para que o Serviço Sub-Regional é convocada quando a presidência do acompanhamento não cabe à CCDR	25	98	100	102		
Acção de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	Número de acções desenvolvidas	100	10	12	120	120	SSP
Acção de dinamização para intervenção em locais de deposição ilegal de resíduos	Número de acções desenvolvidas	100	3	3	100	100	SSP
Acções de fiscalização realizadas no âmbito do plano anual	Nº acções realizadas/nº acções previstas	100	90	100	111	111	SSP
Apreciação e acompanhamento de projectos	informações e pareceres elaborados/informações e pareceres solicitados*100	50	90	90	100	100	SSP
	comparticipações propostas/comparticipações apresentadas*100	50	90	90	100		
Avaliação Global						106,0	

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES - SSL

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Análise e emissão de pareceres sobre Definições de Âmbito, Relatórios Ambientais, Estudos de Impacte Ambiental.	Nº processos apreciados pelo SSL / nº total de processos solicitados ao SSL até 30.11.2011 x 100	100	95	0	0	0	SSL
Pareceres sobre as diversas fases dos Instrumentos de Gestão Territorial.	Nº processos apreciados pelo SSL / nº total de processos solicitados ao SSL até 30.11.2011 x 100	100	95	97	102	102	SSL
Pareceres sobre Programas de Acção e Programas Estratégicos dos instrumentos da Política de Cidades Parcerias para a Regeneração Urbana e Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação.	Nº processos apreciados pelo SSL / nº total de processos solicitados ao SSL até 30.11.2011 x 100	100	95	0	0	0	SSL
Análise e procedimentos subsequentes de autorização ou registo de comunicação prévia no âmbito da aplicação do regime da REN.	Nº processos apreciados pelo SSL / nº total de processos solicitados ao SSL até 30.11.2011 x 100	100	95	100	105	105	SSL
Procedimentos inerentes ao regime Jurídico da Urbanização e Edificação.	Nº processos apreciados pelo SSL / nº total de processos solicitados ao SSL até 30.11.2011 x 100	100	95	0	0	0	SSL
Exploração da rede de monitorização da qualidade do ar	Somatório ponderado da taxa de eficiência de cada estação / Nº de estações*100 (sendo que o cálculo da Taxa de eficiência da estação = Somatório ponderado da Taxa de eficiência de cada parâmetro/ Nº de parâmetros da respectiva estação* 100)	100	90	73	81	81	SSL
Acompanhamento técnico e financeiro do Projecto GISA e Projecto de Reabilitação para Valorização e Qualificação Ambiental	Incremento na Taxa de execução do PIDDAC a 31/12/2011, face ao ano 2010	50	5	51,3	1026	578	SSL
	N.º de campanhas de tubos difusores efectuadas no âmbito do protocolo do Projecto GISA	25	2	0	0		
	N.º de campanhas da estação móvel efectuadas no âmbito do protocolo do Projecto GISA	25	5	13	260		
Disponibilização ao público de dados de qualidade do ar	Nº de dias em que o registo regional surge na base de dados nacional (ar) / nº de dias do ano (excepto domingos e feriados)	100	100	113	113	113	SSL
Plano Anual de Fiscalização para a NUT III Alentejo Litoral	Fiscalização de Operadores de Resíduos do Alentejo Litoral até 30.11.2011	25	6	8	67	117	SSL

	Fiscalização da aplicação do Regime Jurídico da REN no território da NUT III Alentejo Litoral relativa a autorizações entradas no SSL até 31.08.2011	25	60	100	167		
	Cumprimento do prazo definido para o PAF 2011	50	350	292	117		
Avaliação Global						121,8	

Justificação de Desvios - SSL

UO	Actividades	Resultado	Justificação
SSL	Acompanhamento técnico e financeiro do Projecto GISA e Projecto de Reabilitação para Valorização e Qualificação Ambiental	578,0	Não foi possível a realização de qualquer campanha por razões que se prenderam com as contenções orçamentais o que não permitiu a contratação das análises ao material amostrado durante as campanhas. Este resultado deve-se a uma alteração de estratégia, decidida pela coordenação do Projecto GISA, que determinou que os locais de amostragem fossem além das cinco sedes de concelho onde o projecto se desenvolve e passassem também por localizações em áreas
	Disponibilização ao público de dados de qualidade do ar	113,0	O resultado obtido justifica-se pelo facto do envio dos dados se ter efectuado em domingos e feriados (ao contrário do que estava previsto)
	Exploração da rede de monitorização da qualidade do ar	81,1	Meta não alcançada por não ter sido possível reparar analisadores que apresentaram avarias, devido às contenções orçamentais.
	Procedimentos inerentes ao regime Jurídico da Urbanização e Edificação.	0,0	Não entraram quaisquer solicitações nesta matéria
	Análise e emissão de pareceres sobre Definições de Âmbito, Relatórios Ambientais, Estudos de Impacte Ambiental.	0,0	Não entraram quaisquer solicitações nesta matéria
	Pareceres sobre Programas de Acção e Programas Estratégicos dos instrumentos da Política de Cidades Parcerias para a Regeneração Urbana e Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação.	0,0	Não entraram quaisquer solicitações nesta matéria

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – SSB

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Gestão corrente da RAN e REN	Taxa de processos apreciados	100	100	100	100	100	SSB
Emissão de pareceres sobre uso, alteração e transformação do solo;	Taxa de processos entrados até 30-11-2011, apreciados	100	95	100	105	105	SSB
Acompanhamento de planos de ordenamento do território e planos sectoriais	Redução em 5% do prazo médio de emissão de pareceres face ao ano anterior.	75	5	0,1	2	28	SSB
	Assegurar em 98% a presença para as reuniões para que o Serviço Sub-Regional é convocada quando a presidência do acompanhamento não cabe à CCDR	25	95	100	105		
Acção de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	Número de acções desenvolvidas	100	1	0	0	0	SSB
Acção de dinamização para intervenção em locais de deposição ilegal de resíduos	Número de acções desenvolvidas	100	100	133	133	133	SSB
Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias	Nº processos participados/ nº total de processos solicitados x 100	100	100	0	0	0	SSB
Participação no processo de licenciamento de pedreiras	Nº processos participados/ nº total de processos solicitados x 100	100	100	0	0	0	SSB
Apoio no Licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros	Nº processos participados/ nº total de processos solicitados x 100	100	100	100	100	100	SSB
Acções de fiscalização realizadas no âmbito do plano anual	Índice de acções realizadas (Nº acções realizadas/nº acções previstas)	100	90	100	111	111	SSB
Apreciação e acompanhamento de projectos	Índice de pareceres elaborados (informações e pareceres elaborados/informações e pareceres solicitados*100)	50	90	100	111	111	SSB
	Índice de participações propostas (comparticipações propostas/comparticipações apresentadas*100)	50	90	100	111		
Avaliação Global						68,8	

Justificação de Desvios - SSB

UO	Actividades	Resultado	Justificação
SSB	Apoio no Licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros	100,0	Foram solicitados 9 processos tendo sido todos participados pelo SSB
	Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias	0,0	Não houve qualquer solicitação ao SSB neste sentido
	Participação no processo de licenciamento de pedreiras	0,0	Não houve qualquer solicitação ao SSB neste sentido
	Acção de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	0,0	Não houve qualquer situação identificada que justificasse este tipo de acção na área de competência do SSB

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES - UCIA

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Acções de controlo e auditoria	Relatório elaborado	100	330	352	93	93	UCIA
Elaboração de Relatório de acompanhamento do Plano de 2010	Relatório elaborado	100	330	314	105	105	UCIA
Avaliação Global						99,1	

Justificação de Desvios - UCIA

UO	Actividades	Resultado	Justificação
UCIA	Acções de controlo e auditoria	93,3	dificuldades de obtenção dos elementos fornecidos pelos serviços para tratamento em relatório

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES - INALENTEJO							
Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Monitorização do programa INALENTEJO	Elaboração de relatórios mensais	50	12	12	100	100	INALENTEJO
	Pedidos de Certificação de despesa	50	3	3	100		
Desenvolvimento e acompanhamento do SIGPOA	sessões de trabalho com equipa do SIGPOA	50	10	9	110	105	INALENTEJO
	Funcionalidades alteradas ou criadas de novo	50	3	3	100		
Avaliação e reprogramação do Programa	Elaboração de relatório preliminar	40	1	0	200	136	INALENTEJO
	Recomendações cumpridas do relatório de avaliação	30	40	35	88		
	Reprogramações apresentadas	30	1	1	100		
Elaboração de pareceres de natureza jurídica	Nº de pareceres jurídicos emitidos	100	25	25	100	100	INALENTEJO
Avaliação e análise de candidaturas do eixo 1, 2,3,4,5 e 6	Índice de cumprimento do prazo médio de análise previsto nos Avisos de Concurso - Eixo 2,3 e 4	40	70	65	93	112	INALENTEJO
	Índice de cumprimento do prazo médio de apreciação técnica - Eixo 1 e 5	40	70	77,78	111		
	Prazo médio de apreciação técnica - Eixo 6 (dias úteis ao prazo definido no Aviso)	20	2	1	150		
Análise e proposta de validação da despesa apresentada dos pedidos de pagamento dos eixos1, 2,3,4, 5 e 6 (assistência técnica)	Despesa Pública validada até 31/12/2011 / Despesa Pública programada para o ano de 2007 - Eixos 2, 3 e 4	35	85	158,25	186	99	INALENTEJO
	Prazo médio Eixos 1 e 5	35	30	62	-7		
	Prazo médio de apreciação técnica - Eixo 6 (dias úteis)	30	20	16	120		
Elaboração de relatórios de Verificação Física	Nº de dias entre o pedido do ST e a execução do relatório	100	18	15	117	117	INALENTEJO
Realização de acções de controlo interno	Esforço de controlo interno	100	5	7,79	156	156	INALENTEJO
Realização de acção de controlo aos Sistemas de Gestão e Controlo dos OI - Sistemas de Incentivos	Realização da acção	100	10	12,91	129	129	INALENTEJO
Ações de promoção do INALENTEJO	Realização de Evento anual	100	1	1	100	100	INALENTEJO
Ações de divulgação do INALENTEJO	Comemoração da Semana da Europa	100	1	1	100	100	INALENTEJO
Avaliação Global						113,9	

Justificação de Desvios - INALENTEJO

UO	Actividades	Resultado	Justificação
INALENTEJO	Avaliação e reprogramação do Programa	136,3	Tendo em consideração o nível de execução do Programa do Operacional , foi entendido como preferível adiar o processo de avaliação intercalar para 2012.
	Avaliação e análise de candidaturas do eixo 1, 2,3,4,5 e 6	111,6	Considero a meta como quase cumprida, uma vez que esta não se refere ao cumprimento de 100% do prazo previsto. Com efeito e embora da parte dos técnicos esta meta seja cumprida e muitas vezes superada, da parte da Seretária Técnica , como existem outras prioridades, não atribui desde logo as candidaturas para análise técnica pelo que relativamente a alguns Avisos o prazo de 100% não foi possível cumprir. Refiro ainda que dada a natureza do Indicador e estarem em causa muitos Avisos, note-se que devemos também incluir os da Contratualização, cujo parecer também é dado pela UVT, nomeadamente pela Seretária Técnica, torna-se muito difícil o apuramento exaustivo desta situação. O desvio positivo evidenciado resultou do esforço da UFC em cumprir as expectativas de prazo de decisão geradas nos beneficiários de acordo com a definição dos prazos previstos nos avisos. Este esforço de cumprimento visou ainda potenciar um mais célere início de execução das operações com vista à realização de despesa. 70% cumprimento do prazo médio/ 40% cumprimento com prazo inferior a 2 dias do prazo médio.
	Acções de divulgação do INALENTEJO	100,0	Apenas foi comemorado o Dia da Europa, obrigatório no âmbito do Plano de Comunicação do INALENTEJO, de acordo com a decisão da Comissão Directiva do INALENTEJO"
	Acções de promoção do INALENTEJO	100,0	" A Reprogramação do INALENTEJO e Perspectivas Futuras" 12-12-2011
	Análise e proposta de validação da despesa apresentada dos pedidos de pagamento dos eixos 1, 2,3,4, 5 e 6 (assistência técnica)	98,8	Foi realizado um esforço de validação de despesa que permitiu a superação da meta prevista. Base de Cálculo - Despesa total para financiamento INALENTEJO - Eixos 2, 3 e 4 - 17 864 874; Despesa Pública validada até 31/12/211 - Eixos 2,3 e 4 - 17 7 556 O desvio verificado resultou sobretudo do esforço de cumprimento dos prazos de apreciação técnica definidos no Programa 2. Não obstante o prazo médio de validação de despesa estar acima do previsto, decorrente das Orientações de Gestão relativas aos Pagam

ANEXO II - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NO ANO 2011

Data	Fornecedor	Descrição	Valor C/ IVA (€)
02/02/2011	Modjo Design, Unipessoal, Lda.	Proc.n. 37/2010 - Aquisição de materiais promocionais no âmbito do INALENTEJO	3.206,50
02/02/2011	Modjo Design, Unipessoal, Lda.	Proc.n. 37/2010 - Aquisição de materiais promocionais no âmbito do INALENTEJO	4.114,00
27/04/2011	Município de Portel	Publicação de anúncio referente à XI Feira do Montado/10	40,84
27/04/2011	Município de Portel	Publicação de anúncio referente à XI Feira do Montado/10	231,41
27/04/2011	Joaquim A. A. Emídio e Maria de Fátima Emídio	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	182,66
27/04/2011	Joaquim A. A. Emídio e Maria de Fátima Emídio	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	1.035,04
27/04/2011	Sociedade Instrutiva Regional Eborense, S A	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	83,03
27/04/2011	Sociedade Instrutiva Regional Eborense, S A	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	470,47
27/04/2011	Retrato Falado - Imprensa, Comunicação e Eventos, Lda.	Plano de Comunicação de INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	46,13
27/04/2011	Retrato Falado - Imprensa, Comunicação e Eventos, Lda.	Plano de Comunicação de INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	261,37
27/04/2011	Nothing Else - Meios & Comunicação, Lda.	Plano de Comunicação de INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	55,35
27/04/2011	Nothing Else - Meios & Comunicação, Lda.	Plano de Comunicação de INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	313,65
27/04/2011	PUBLIARVIS Publicidade e Artes Visuais, Lda.	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	69,19
27/04/2011	PUBLIARVIS Publicidade e Artes Visuais, Lda.	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	392,06
27/04/2011	CTCS - Composição de Texto para Comunicação Social e Afins, Lda.	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	111,62

Data	Fornecedor	Descrição	Valor C/ IVA (€)
27/04/2011	CTCS - Composição de Texto para Comunicação Social e Afins, Lda.	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	632,53
04/05/2011	Associação Académica da Universidade de Évora	Publicidade no encontro dos conselhos municipais da juventude no Palácio D. Manuel	1.000,00
04/05/2011	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	Publicidade/Promoção das EUROACE e EURO AAA e anúncio das pequenas iniciativas de cooperação tranfronteiriça - PIC-T 2011	307,50
04/05/2011	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	Publicidade/Promoção das EUROACE e EURO AAA e anúncio das pequenas iniciativas de cooperação tranfronteiriça - PIC-T 2011	922,50
04/05/2011	Mediasado, Lda.	Publicação de anúncio do INALENTEJO	92,25
04/05/2011	Mediasado, Lda.	Publicação de anúncio do INALENTEJO	522,75
05/05/2011	João Arruda, Sucessores, Lda	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	83,03
05/05/2011	João Arruda, Sucessores, Lda	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	470,47
05/05/2011	Jortejo - Jornais, Rádio e Televisão, Lda.	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	101,48
05/05/2011	Jortejo - Jornais, Rádio e Televisão, Lda.	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	575,02
05/05/2011	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	125,46
05/05/2011	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	710,94
05/05/2011	Sociedade Editorial Bética, Lda	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	55,35
05/05/2011	Sociedade Editorial Bética, Lda	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	313,65
05/05/2011	JOTA CBS Comunicação e Imagem Lda.	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	83,03
05/05/2011	JOTA CBS Comunicação e Imagem Lda.	Plano de Comunicação do INALENTEJO - Proposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	470,47

Data	Fornecedor	Descrição	Valor C/ IVA (€)
05/05/2011	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	Plano de Comunicação de INALENTEJO - Prosposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	184,50
05/05/2011	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	Plano de Comunicação de INALENTEJO - Prosposta de Publicitação do Plano Anual de Concursos de 2011	1.045,50
19/05/2011	JOTA CBS Comunicação e Imagem Lda.	inserção anúncios INALENTEJO, jornal Correio Alentejo e revista 30 Dias, âmbito Ovibeja 2011	142,99
19/05/2011	JOTA CBS Comunicação e Imagem Lda.	inserção anúncios INALENTEJO, jornal Correio Alentejo e revista 30 Dias, âmbito Ovibeja 2011	810,26
19/05/2011	Voz da Planície - Cooperativa Cultural de Animação Radiofónica, CRL	inserção publicação INALENTEJO âmbito Ovibeja 2011	69,19
19/05/2011	Voz da Planície - Cooperativa Cultural de Animação Radiofónica, CRL	inserção publicação INALENTEJO âmbito Ovibeja 2011	392,06
31/05/2011	Sociedade Editorial Bética, Lda	Publicação de anúncio sobre o INALENTEJO	73,80
31/05/2011	Sociedade Editorial Bética, Lda	Publicação de anúncio sobre o INALENTEJO	418,20
02/06/2011	Município de Portel	Aluguer do espaço para participação na feira do montado de 2010	146,93
02/06/2011	Município de Portel	Aluguer do espaço para participação na feira do montado de 2010	832,63
16/06/2011	Câmara Municipal de Évora	Publicidade/Promoção da EUROACE no decurso do evento "2º encontro empresarial de Évora-Mérida"	375,00
16/06/2011	Câmara Municipal de Évora	Publicidade/Promoção da EUROACE no decurso do evento "2º encontro empresarial de Évora-Mérida"	1.125,00
16/06/2011	ACOS - Associação de Criadores de Ovinos do Sul	Participação na Ovibeja 2011	670,10
16/06/2011	ACOS - Associação de Criadores de Ovinos do Sul	Participação na Ovibeja 2011	3.797,26
16/06/2011	PGM - Projectos Globais de Media Unipessoal Unip, Lda	Aquisição de 2 vídeos sobre os apoios concedidos pelo INALENTEJO	894,83
16/06/2011	PGM - Projectos Globais de Media Unipessoal Unip, Lda	Aquisição de 2 vídeos sobre os apoios concedidos pelo INALENTEJO	5.070,67
13/07/2011	Clube de Ténis de Montemor-O-Novo	Publicidade/Promoção no âmbito do Euroace no "Torneio Internacional de Ténis Montemor - Ladies Open 2011"	2.000,00

Data	Fornecedor	Descrição	Valor C/ IVA (€)
13/07/2011	JOTA CBS Comunicação e Imagem Lda.	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	359,78
13/07/2011	JOTA CBS Comunicação e Imagem Lda.	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	2.038,72
27/07/2011	Clube de Badminton de Évora	Publicidade/Promoção no âmbito do Euroace no "V Luso-Espanhol de Badminton"	2.000,00
08/08/2011	PFM - Radiodifusão, Lda	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	138,38
08/08/2011	PFM - Radiodifusão, Lda	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	784,12
08/08/2011	PUBLICREATIVE Associação Promoção e Desenvolvimento Cultural	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	138,38
08/08/2011	PUBLICREATIVE Associação Promoção e Desenvolvimento Cultural	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	784,12
08/08/2011	Retrato Falado - Imprensa, Comunicação e Eventos, Lda.	Plano de comunicação do Inalentejo - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	55,35
08/08/2011	Retrato Falado - Imprensa, Comunicação e Eventos, Lda.	Plano de comunicação do Inalentejo - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	313,65
08/08/2011	CEDA - Centro Estudos Documentais do Alentejo	Publicação de anúncio INALENTEJO	369,00
08/08/2011	CEDA - Centro Estudos Documentais do Alentejo	Publicação de anúncio INALENTEJO	2.091,00
24/08/2011	Joaquim A. A. Emídio e Maria de Fátima Emídio	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	618,08
24/08/2011	Joaquim A. A. Emídio e Maria de Fátima Emídio	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	3.502,42
25/08/2011	Jortejo - Jornais, Rádio e Televisão, Lda.	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	254,40
25/08/2011	Jortejo - Jornais, Rádio e Televisão, Lda.	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	1.441,60
25/08/2011	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	461,25

Data	Fornecedor	Descrição	Valor C/ IVA (€)
25/08/2011	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	2.613,75
25/08/2011	Mediasado, Lda.	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO-2ª Fase	156,83
25/08/2011	Mediasado, Lda.	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO-2ª Fase	888,67
25/08/2011	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	230,63
25/08/2011	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	1.306,87
25/08/2011	Media Borba - Sociedade de Comunicação Social, Unipessoal, Lda	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011-2ª Fase	46,13
25/08/2011	Media Borba - Sociedade de Comunicação Social, Unipessoal, Lda	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011-2ª Fase	261,37
25/08/2011	Ecos do Sôr - Centro Paroquial	Edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	83,95
25/08/2011	Ecos do Sôr - Centro Paroquial	Edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	475,70
25/08/2011	Sociedade Instrutiva Regional Eborense, S A	Edição e distribuição do suplemento do INALENTEJO 2011	64,58
25/08/2011	Sociedade Instrutiva Regional Eborense, S A	Edição e distribuição do suplemento do INALENTEJO 2011	365,92
25/08/2011	PUBLIARVIS Publicidade e Artes Visuais, Lda.	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	73,80
25/08/2011	PUBLIARVIS Publicidade e Artes Visuais, Lda.	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	418,20
25/08/2011	CTCS - Composição de Texto para Comunicação Social e Afins, Lda.	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	405,90
25/08/2011	CTCS - Composição de Texto para Comunicação Social e Afins, Lda.	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	2.300,10
25/08/2011	João Arruda, Sucessores, Lda	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	110,70

Data	Fornecedor	Descrição	Valor C/ IVA (€)
25/08/2011	João Arruda, Sucessores, Lda ^a	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011	627,30
25/08/2011	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	anúncios "Exploração bovinos Herdade Sobral"	0,00
25/08/2011	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	anúncio "Exploração bovinos Herdade Sobral"	0,00
25/08/2011	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	Publicação de aviso de abertura de procedimento concursal para 2 postos de técnico superior	0,00
25/08/2011	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	Publicação de aviso de abertura de procedimento concursal para 2 postos de técnico superior	0,00
25/08/2011	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	Anúncio relativo ao "Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE) da Pedreira da Areia da Bendada"	0,00
25/08/2011	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	Anúncio relativo ao "Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE) da Pedreira da Areia da Bendada"	0,00
25/08/2011	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	Anúncio relativo a "Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE) da Pedreira de Areia da Bendada"	0,00
25/08/2011	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	Anúncio relativo a "Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE) da Pedreira de Areia da Bendada"	0,00
26/08/2011	Cooperativa Cultural Alentejana, CRL	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento do INALENTEJO	92,25
26/08/2011	Cooperativa Cultural Alentejana, CRL	Plano de comunicação do INALENTEJO - proposta de edição e distribuição do suplemento do INALENTEJO	522,75
15/09/2011	Sociedade Editorial Bética, Lda	Edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011-5ª fase	64,58
15/09/2011	Sociedade Editorial Bética, Lda	Edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011-5ª fase	365,92
15/09/2011	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	anúncio "Parque Eólico Santiago Escoural"	0,00
15/09/2011	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	anúncio "Parque Eólico Santiago Escoural"	0,00
15/09/2011	Município de Grândola	Participação na feira de Agosto 2011	294,12

Data	Fornecedor	Descrição	Valor C/ IVA (€)
15/09/2011	Município de Grândola	Participação na feira de Agosto 2011	1.666,65
29/09/2011	AMBAAL-Associação de Municípios Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	Edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011-4ª fase	106,09
29/09/2011	AMBAAL-Associação de Municípios Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	Edição e distribuição do suplemento INALENTEJO 2011-4ª fase	601,16
24/10/2011	Associação de Paralisia Cerebral de Évora	Publicidade/Promoção EUROACE - 1º Festival Aquático 6 de Setembro em Évora	1.600,00
24/10/2011	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	anúncio "Parque Eólico Alto Forninhos"	0,00
24/10/2011	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	anúncio "Parque Eólico Alto Forninhos"	0,00
25/10/2011	Associação Coral Évora	Publicidade/Promoção no âmbito do EUROAAA - IV Encontro Coral Internacional Coria Del Rio 8 de Outubro em Sevilha	2.000,00
27/10/2011	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	Publicação anúncio - Consulta Pública no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental do projecto "Unidade Industrial EOC"	0,00
27/10/2011	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	Publicação anúncio - Consulta Pública no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental do projecto "Unidade Industrial EOC"	0,00
27/10/2011	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	anúncio "licenciamento pedra Poço Bravo nº 2"	0,00
27/10/2011	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	anúncio "licenciamento pedra Poço Bravo nº 2"	0,00
15/11/2011	Retrato Falado - Imprensa, Comunicação e Eventos, Lda.	Publicidade relativa ao INALENTEJO	307,50
30/11/2011	Modjo Design, Unipessoal, Lda.	Aquisição de material promocional referente ao INALENTEJO	719,55
30/11/2011	Modjo Design, Unipessoal, Lda.	Aquisição de material promocional referente ao INALENTEJO	4.077,45
30/11/2011	Tipocor	Aquisição de material promocional referente ao INALENTEJO	885,60
30/11/2011	Tipocor	Aquisição de material promocional referente ao INALENTEJO	5.018,40
05/12/2011	Joaquim A. A. Emídio e Maria de Fátima Emídio	Publicação de anúncio no semanário "O Mirante" referente ao Inalentejo	221,40

Data	Fornecedor	Descrição	Valor C/ IVA (€)
05/12/2011	Joaquim A. A. Emídio e Maria de Fátima Emídio	Publicação de anúncio no semanário "O Mirante" referente ao lanlentejo	1.254,60
07/12/2011	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	Publicidade / Promoção EUROACE	2.500,00
07/12/2011	CIMAA Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	promoção/publicidade Euroace âmbito circuito BTT norte alentejano	2.000,00
09/12/2011	Externato Oratório S. José - Escola Salesiana de Évora	Publicidade/Promoção da Euroace no decurso do evento "Intercâmbio de Alunos de Língua Espanhola e Língua Portuguesa"	1.500,00
15/12/2011	Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S A	Proc.nº 26/2011 - aquisição de serviços para assegurar a operacionalidade do SIGPOA - pagamento de anúncio de concurso público	54,27
15/12/2011	Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S A	Proc.nº 26/2011 - aquisição de serviços para assegurar a operacionalidade do SIGPOA - pagamento de anúncio de concurso público	307,53
19/12/2011	Diferença de Tom - Publicidade & Merchandising, Unipessoal Lda.	Aquisição de material promocional	5.467,35
27/12/2011	Retrato Falado - Imprensa, Comunicação e Eventos, Lda.	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	41,51
27/12/2011	Retrato Falado - Imprensa, Comunicação e Eventos, Lda.	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	235,24
27/12/2011	Modjo Design, Unipessoal, Lda.	Plano de comunicação do INALENTEJO - Campanha de divulgação e lançamento do novo Website do INALENTEJO	147,60
27/12/2011	Modjo Design, Unipessoal, Lda.	Plano de comunicação do INALENTEJO - Campanha de divulgação e lançamento do novo Website do INALENTEJO	836,40
27/12/2011	Município de Coruche	Publicidade no catálogo da Ficor 2011, no âmbito do plano de comunicação do INALENTEJO	96,86
27/12/2011	Município de Coruche	Publicidade no catálogo da Ficor 2011, no âmbito do plano de comunicação do INALENTEJO	548,89
30/12/2011	Joaquim A. A. Emídio e Maria de Fátima Emídio	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	201,11
30/12/2011	Joaquim A. A. Emídio e Maria de Fátima Emídio	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	1.139,59
30/12/2011	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	184,50
30/12/2011	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	1.045,50

Data	Fornecedor	Descrição	Valor C/ IVA (€)
30/12/2011	Município de Portel	Participação na XII Feira do Montado 2011	150,00
30/12/2011	Município de Portel	Participação na XII Feira do Montado 2011	850,00
30/12/2011	Município de Portel	Participação na XII Feira do Montado 2011	9,00
30/12/2011	Município de Portel	Participação na XII Feira do Montado 2011	51,00
30/12/2011	Município de Portel	Participação na XII Feira do Montado 2011	19,65
30/12/2011	Município de Portel	Participação na XII Feira do Montado 2011	111,35
30/12/2011	Município de Vendas Novas	Ação de publicidade/promoção EUROACE no âmbito da 17ª Edição da Exposição Internacional de Artes Plásticas de 22/10/2011 a 20/11/2011	2.000,00
30/12/2011	PUBLIARVIS Publicidade e Artes Visuais, Lda.	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	69,19
30/12/2011	PUBLIARVIS Publicidade e Artes Visuais, Lda.	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	392,06
30/12/2011	João Arruda, Sucessores, Lda	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	83,03
30/12/2011	João Arruda, Sucessores, Lda	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	470,47
30/12/2011	CTCS - Composição de Texto para Comunicação Social e Afins, Lda.	Plano de comunicação - divulgação do novo website do INALENTEJO	52,58
30/12/2011	CTCS - Composição de Texto para Comunicação Social e Afins, Lda.	Plano de comunicação - divulgação do novo website do INALENTEJO	297,97
30/12/2011	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	125,46
30/12/2011	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	710,94
30/12/2011	AMBAAL-Associação de Municípios Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	69,19
30/12/2011	AMBAAL-Associação de Municípios Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	392,06

Data	Fornecedor	Descrição	Valor C/ IVA (€)
30/12/2011	Jortejo - Jornais, Rádio e Televisão, Lda.	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	101,48
30/12/2011	Jortejo - Jornais, Rádio e Televisão, Lda.	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	575,02
30/12/2011	Sociedade Editorial Bética, Lda	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	64,58
30/12/2011	Sociedade Editorial Bética, Lda	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	365,92
30/12/2011	PUBLICREATIVE Associação Promoção e Desenvolvimento Cultural	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	64,58
30/12/2011	PUBLICREATIVE Associação Promoção e Desenvolvimento Cultural	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	365,92
30/12/2011	Sociedade Instrutiva Regional Eborense, S A	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	83,03
30/12/2011	Sociedade Instrutiva Regional Eborense, S A	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	470,47
30/12/2011	JOTA CBS Comunicação e Imagem Lda.	Plano de comunicação - Divulgação do novo Website do INALENTEJO	78,41
30/12/2011	JOTA CBS Comunicação e Imagem Lda.	Plano de comunicação - Divulgação do novo Website do INALENTEJO	444,34
30/12/2011	Mediasado, Lda.	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	92,25
30/12/2011	Mediasado, Lda.	Plano de comunicação - divulgação do novo Website do INALENTEJO	522,75
30/12/2011	Município de Portel	Página de publicidade a inserir na revista da XII Feira do Montado 2011	73,80
30/12/2011	Município de Portel	Página de publicidade a inserir na revista da XII Feira do Montado 2011	418,20

ANEXO III - DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DO RECONHECIMENTO DE MÉRITO

Referem-se algumas menções que pela sua natureza, evidenciam resultados muito positivos relativamente ao excelente desempenho da organização ao nível dos diversos serviços prestados, dos quais destacamos os seguintes:

Cara Dra. Jesuína Rosalino,

Só posso dar os meus mais sinceros parabéns pela excelência dos relatórios elaborados. Neste elogio, acredite, que nada existe de condescendência. É, de facto, muito louvável o esforço técnico e a qualidade global do trabalho conseguido, denotando uma articulação bem sucedida de todas as unidades orgânicas da CCDRA. Parabéns!

Se tivesse que vos sugerir algo para melhorar, julgo que apenas a formulação de indicadores de medida mereceria, em muitos casos, correcção técnica e maior clareza.

Obrigado por me ter dado a oportunidade de apreciar o meritoso trabalho realizado.

Entretanto, deixo-lhe as minhas desculpas por só agora responder a esta sua amável iniciativa.

Um abraço e disponha sempre, quando lhe poder ser útil,

António Pais

Partner



Edifício Uninova | Campus FCT/UNL
Monte da Caparica | 2829-516 Caparica

Tel.: +351 212 947 816

Fax: +351 212 957 786

antonio.pais@neobiz-consulting.pt

<http://www.neobiz-consulting.pt/>